

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE CLÍNICA E CULTURA

MARISA BATISTA WARPECHOWSKI

**A passagem adolescente em contextos de vulnerabilidade
e exclusão social**

Porto Alegre
2017

MARISA BATISTA WARPECHOWSKI

**A passagem adolescente em contextos de vulnerabilidade
e exclusão social**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura.

Área de concentração: Psicanálise, teoria e dispositivos clínicos – linha 1.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Luciane De Conti

**Porto Alegre
2017**

Warpechowski, Marisa Batista

A passagem adolescente em contextos de vulnerabilidade e exclusão social

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura.

Área de concentração: Psicanálise, teoria e dispositivos clínicos – linha 1.

Aprovado em: _____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jorge Broide – PUC/SP

Profª Drª Mirian Debieux Rosa – USP-SP

Profª Drª Sandra D. Torossian – UFRGS

A meus pais José de Souza Batista e Olinda Pantes Batista (*in memoriam*)

A Ceslaw Warpechowski (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ao Programa de Pós-Graduação Psicanálise: Clínica e Cultura.

A minha orientadora Prof^a Dr^a Luciane De Conti, pela acolhida ao meu projeto de pesquisa e por sua importante leitura e apontamentos quanto à construção deste trabalho.

Aos colegas do grupo de pesquisa por suas contribuições e incentivo.

À professora Marta Regina de Leão D'Agord, pelo auxílio durante o percurso.

Aos meus queridos colegas do mestrado, foi um privilégio conhecer e compartilhar, com cada um, essa trajetória de formação.

De forma especial, a todos os adolescentes que participaram desta pesquisa me ensinando com suas histórias.

Às minhas amigas e colegas Luciane Susin e Maria de Lurdes Duque Scarparo, pela inspiração, incentivo e leitura atenta de meus escritos.

À Lilian Rodrigues Cruz, pelo incentivo quando estava em dúvida quanto a participar do processo seletivo para este mestrado. E por sua leitura atenta na banca de qualificação do projeto desta pesquisa.

À Rosane Ramalho que, pela escuta, me ajudou a construir e sustentar o desejo para a realização desse mestrado.

À Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), pelo acolhimento e autorização para a realização desta pesquisa.

Aos meus colegas do CREAS, em especial, à coordenadora assistente social Lucimar Souza, pelo apoio e pela compreensão ao longo de toda a pesquisa; à Leonilda Maria Foschiera e Aline Rocha da Silva, pela parceria de trabalho; à Ana Terezinha Pellegrine, pela força e incentivo na construção das rodas de conversa. À educadora e assistente social Karina Costa, pelo fazer em parceria, por compartilhar comigo a aposta de escuta e cuidado com os adolescentes.

A Rodrigo e Tiago, meus filhos que me ensinam a cada dia sobre o intenso trabalho psíquico em curso na constituição de um sujeito e sobre o que realmente importa nesta vida.

Ao Paulo, meu companheiro de todas as horas, meu parceiro de caminhada, pelo incentivo, por sua paciência e compreensão, por suportar minhas ausências.

À Luiza Pavinatto, pelo cuidado com minha casa e com minha família durante minhas ausências na escrita da dissertação.

Ao meu fiel amigo Spike, por sua companhia que, com seu olhar silencioso, me acolhia e apaziguava.

O tecido social põe em cena os fios dos quais irá se tecer o lugar do sujeito. As configurações que a trama destes fios tomarão não estão contidas nos fios mesmos. Tanto é assim que, com os mesmos fios, temos acontecimentos de sujeito completamente singulares. Nessa medida o lugar sujeito é, paradoxalmente, ao mesmo tempo, singular e coletivo: fazemos-nos com as palavras de todos ordenadas por cada um de nós. De qualquer sorte, vale não negligenciar que a vida narrada é sempre uma versão que, quando dita, deixa escapar a potência que animou a voz que a proclama.

(Rickes,S.M).

A maior riqueza do homem é sua incompletude.

Nesse ponto sou abastado.

Palavras que me aceitam como sou _ eu não aceito.

Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que compra pão às 6 da tarde, que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva, etc, etc.

Perdoai. Mas eu preciso ser Outros.

Eu penso renovar o homem usando borboletas.

(Manoel de Barros- Retrato do artista quando coisa)

RESUMO

Warpechowski, M. B.(2017). *A passagem adolescente em contextos de vulnerabilidade e exclusão social*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo interrogar e analisar, a partir do referencial psicanalítico e da escuta clínica, as singularidades da passagem adolescente para jovens marcados por processos de vulnerabilidade e exclusão social atendidos na política pública em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Nesse serviço, a partir do trabalho de acolhimento e de escuta a famílias em situação de violações de direitos, passamos a interrogar a passagem adolescente para estes jovens que trazem em sua história as marcas da vulnerabilidade e exclusão social, que vivem em comunidades conflagradas pela violência, que sofrem pelo efeito do desamparo social e discursivo. Este trabalho se inscreve na articulação da psicanálise e da política pública de assistência social e visa a enlaçar as questões subjetivas e políticas, considerando o sujeito em sua posição desejante no laço social, bem como sua posição de cidadão de direitos. Com a psicanálise, reconhecemos a adolescência como um trabalho psíquico, como momento de construir uma nova posição subjetiva, em que ocorre uma ressignificação da imagem corporal diante de um outro olhar, diferente daquele do grande Outro materno. Nesta ressignificação, o enfrentamento com o real pubertário pode produzir efeitos da ordem do traumático. Nesse processo, o adolescente tem de construir um lugar social diferente daquele da família, porém, um lugar subjetivo enquanto sujeito no mundo, fazendo parte desta construção tomar a palavra e falar em nome próprio. No percurso dessa pesquisa, construímos nossas referências teóricas a partir de Freud, Lacan e outros analistas contemporâneos que articulam subjetividade e política. Fundamentamos nossa proposta metodológica no entendimento acerca da pesquisa psicanalítica, que enlaça a clínica, pesquisa e intervenção. Para atingir nosso objetivo, escutamos os adolescentes atendidos no CREAS utilizando o dispositivo de rodas de conversa. Entendemos as rodas de conversa como uma tessitura, como produto de diversas conexões entre os sujeitos, os diferentes fios da vida que cada um vai entrelaçando e formando uma rede. Apostamos que o acontecer grupal pode construir redes que acolham estes sujeitos em seus desamparos e também descubra suas potências construindo outras formas de nomeação e inscrição no laço social mais satisfatórias e menos destrutivas. A partir da escuta de alguns significantes que emergiram nas rodas de conversa, realizamos a construção de três casos clínicos. Nos casos trabalhados, podemos apontar que os adolescentes — mesmo compartilhando de uma mesma trama social — constroem modos singulares de realizar a passagem adolescente e que, nesse contexto social, os obstáculos e limites que esses jovens encontram tornam esse trabalho psíquico de adotar ainda mais difícil.

Palavras-chave: Passagem adolescente. Psicanálise. Assistência social. Vulnerabilidade. Exclusão social.

ABSTRACT

Warpechowski, Marisa Batista (2017). *The adolescent process in social exclusion and vulnerability contexts*. Master's Dissertation, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

This research work aims at interrogating and analyzing, based on the psychoanalytical approach and clinical listening, the singularities of the adolescent process in youngsters marked by processes of vulnerability and social exclusion attended to in public policy at a Specialized Center of Reference in Social Assistance - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). In this service, we begin by welcoming and listening to families from contexts of violation of rights; then, we start interrogating the adolescent process for these youngsters whose stories are marked by vulnerability and social exclusion, and who live in communities consumed by violence and suffer from discursive and social abandonment. This work is subscribed to the articulation of psychoanalysis and the public policy of social assistance and aims at strengthening the ties between political and subjective matters, taking into consideration the subject in its desiring position in the social bond, as well as its position as a citizen with rights. From psychoanalysis, we understand adolescence as a psychic movement, as a moment to build a new subjective position, in which there is a resignification of the body image towards another look, different from the maternal big Other's. In this resignification, facing puberty can produce traumatic effects. In this process, the adolescent has to build a social place different from its family's, but a subjective place as a subject in the world, a construction which taking the floor and speaking for itself are part of. During this research, we formed our theoretical references from Freud, Lacan, and other contemporary analysts who articulate subjectivity and politics. We based our methodological proposal on the understanding of the psychoanalytical research, which brings together the medical office, research, and intervention. To accomplish our goal, we listened to the adolescents attended to at CREAS by using conversation circles, which we see as the act of weaving, as the product of many connections among the subjects, the different threads of life that each person intertwines until a net is formed. We believe group meetings can form nets which welcome these subjects in their abandonment, as well as help them discover their strengths by building other forms of naming and participating in the social bond, more satisfactory and less destructive. By listening to some significant accounts which emerged in the conversation circles, three clinical cases were constituted. In these cases, we could identify that the adolescents — even those sharing the same social situation — develop singular ways to go through the adolescent process and that, in this social context, the obstacles and limits these youngsters face make this adolescent psychic movement even harder.

Keywords: The adolescent process. Psychoanalysis. Social assistance. Vulnerability. Social exclusion.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

APA	Área de Preservação Ambiental
ESF	Estratégia da Saúde da Família
CAPS	Centro de Atendimento Psicossocial
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MSE	Medida Socioeducativa
PAEFI	Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviço a Comunidade
PSEMC	Proteção Social Especial de Média Complexidade
SCFV	Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O CAMPO DA EXPERIÊNCIA	15
1.1 Do acolhimento e escuta do sofrimento à construção de interrogantes	17
1.2 O silenciamento da violência	19
1.3 Objetivos	24
2 ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA	25
2.1 Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	26
2.2 Proteção social no SUAS	29
2.3 Implantação e qualificação dos serviços do SUAS em Porto Alegre: avanços e dificuldades	31
2.4. Nas tramas e avessos da cidade	33
2.4.1 Andanças pelo Centro	35
2.4.2 Andanças pelo Arquipélago	38
2.4.3 Andanças por Humaitá/Navegantes	40
3 VULNERABILIDADE E DESAMPARO	45
3.1 Uma clínica em construção	51
4 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA ADOLESCÊNCIA	53
4.1 Adolescência: implicações subjetivas de um processo de passagem	59
5 MAPEAMENTO METODOLÓGICO	70
5.1 Psicanálise: clínica e pesquisa	70
5.2 Rodas de conversa	73
5.3 A construção do trabalho com os adolescentes e a operacionalização da pesquisa	78
5.4 Diários da experiência	84
6 VOANDO FORA DA ASA: a construção do caso	87
6.1 Mar: o amor foi para o espaço	87
6.2 Luís: saindo do sufoco	94
6.3 Ariel: do silêncio à palavra	102
TEMPO DE CONCLUIR	107
REFERÊNCIAS	112

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre Esclarecido para Pais ou Responsáveis	122
APÊNDICE B – Termo de Assentimento para os Adolescentes	124
APÊNDICE C – Termo de Anuência da Instituição	125
ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Conselho de ética Profissional – CEP- Instituto de Psicologia – UFRGS	126

INTRODUÇÃO

Lançamos o barco, sonhamos a viagem, quem navega é sempre o mar.
(Mia Couto)

A adolescência tem se destacado como objeto de interesse por diferentes disciplinas, como psicologia, psicanálise, sociologia, antropologia, assistência social e educação. São muitos os campos dedicados a pensar sobre este momento de transição na vida de um sujeito e sua inscrição no laço social, bem como, os impasses e mal-estar produzidos nesse momento de passagem do familiar ao social, do privado ao público.

Destaca-se também o lugar que a adolescência ocupa na mídia, com inúmeras reportagens, debates, entrevistas, propagandas que visam atingir o público adolescente. Em geral, essas leituras midiáticas vão da superficialidade à espetacularização. Vemos no imaginário social sobre o adolescente na atualidade, enunciados antagônicos que os exaltam e enaltecem, associando a adolescência à felicidade, como também, enunciados que os lastimam e demonizam, associando adolescência à violência. Enunciados que vão da idealização à patologização (Rosa & Vicentin, 2010, Coutinho, 2009).

Ao longo da história, a adolescência nem sempre ocupou lugar especial, passou a despertar interesse enquanto designando um período particular da vida de um indivíduo, situado entre infância e idade adulta, a partir do século XX, considerado o século da adolescência.

Podemos dizer que a questão da adolescência, enquanto uma fase da vida delimitada e específica, é típica de nossas sociedades ocidentais modernas e contemporâneas. Em outras culturas, não há adolescência, mas um momento de passagem marcado por cerimônias ou atos rituais. Bastava essa passagem ritualizada para que fosse atribuído ao jovem seu lugar no laço social e nas trocas afetivas e sexuais.

A adolescência evoca um sujeito em processo de subjetivação, processo que se produz numa sociedade também em movimento, marcada pela quebra da tradição e dos grandes ideais que serviam como referências e identificações. Na modernidade, sustentada pelo discurso individualista, a cada um é dada a responsabilidade de gestão de seu próprio destino, inscrevendo-se no laço social da maneira que lhe for preferível ou possível (Coutinho, 2009).

Com a psicanálise, reconhecemos que a adolescência, muito mais que um tempo cronológico, é um tempo de construir uma nova posição subjetiva, o que exigirá um intenso trabalho psíquico. Nesse processo, o adolescente tem de construir um lugar social que não é mais aquele da família, porém, um lugar subjetivo enquanto sujeito no mundo.

O interesse em investigar o tema surgiu a partir das interrogações que o acolhimento a famílias em situações de vulnerabilidade e exclusão social tem me suscitado ao longo de vários anos de trabalho no campo da política pública de Assistência Social, junto à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Essa fundação é responsável pela gestão e execução da política pública de assistência social no município.

Também, não posso deixar de reconhecer que estou acompanhando o processo de adolecer de meus dois filhos e que acompanhá-los neste percurso também me revira e me implica, incidindo no desejo de pesquisa.

De forma mais específica, meu interesse surgiu a partir da escuta das dificuldades e do sofrimento enunciado pelas mães, através dos atendimentos realizados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no que diz respeito aos seus filhos adolescentes.

Somado a isto, temos as discussões de casos entre os serviços que compõem a rede de proteção, escolas, conselhos tutelares, postos de saúde, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, onde surge, para os técnicos desses serviços, muitos interrogantes relacionados à adolescência dos jovens atendidos e às situações de risco nas quais se envolvem.

As pesquisas sociológicas apontam uma visão extremamente preocupante com relação ao número de jovens que são vítimas de violência, nas quais se observa o número crescente de jovens que morrem vítimas de homicídios. Esses jovens pertencem, na grande maioria, à classe pobre que habita as vilas e periferias dos grandes centros urbanos.

Tomando em conta esses discursos e essa realidade social, foi que construímos os interrogantes que orientam esta pesquisa. Como se produz esse processo de passagem da cena familiar à cena social para esses jovens marcados por situação de vulnerabilidade e exclusão social? Quais as possibilidades de inscrição no laço social para esses adolescentes que já têm uma história que porta as marcas da exclusão? Como essas vivências incidem e/ou transformam a constituição subjetiva?

Nessa direção, a pesquisa tem como objetivo geral interrogar e analisar, a partir do referencial psicanalítico e da escuta clínica, as singularidades da passagem adolescente para

jovens marcados por processos de vulnerabilidade e exclusão social atendidos em um CREAS.

Dessa forma, o trabalho se constitui a partir do que podemos nomear, inspirados nos estudos de Rosa (2012a, 2016a), de psicanálise implicada, uma vez que tomamos a escuta dos sujeitos situados precariamente no campo social, evidenciando as tramas do discurso social e político que lhes aponta um lugar desubjetivado no laço social.

Para dar forma a nossas reflexões, compomos a dissertação em seis capítulos. No capítulo 1, exploramos o campo de trabalho onde a pesquisa foi realizada, apontando certas características e especificidades do trabalho no campo da política pública de Assistência Social com sujeitos marcados pela miséria, violência e trauma, que vivem em situação de desamparo social, cultural, político e discursivo. E os interrogantes que fomos construindo a partir desta escuta que nos permitiu a construção das questões para esta pesquisa.

No capítulo 2, examinamos brevemente o histórico da construção da política de Assistência Social como política de garantia de direitos, apontando seus avanços a partir da implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nesta trajetória, há um esforço no sentido da garantia de direitos e na superação de uma concepção assistencialista e caritativa. Ainda neste capítulo, exploramos como vem se construindo a implantação do SUAS em Porto Alegre, bem como as particularidades dos territórios referenciados ao CREAS, tomando o conceito de território conforme leitura de Santos (2005), que propõe que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (p. 255).

Prosseguindo, no capítulo 3, exploramos algumas concepções de vulnerabilidade social e de desamparo, percorrendo autores do campo social e buscando principalmente a partir dos textos freudianos fazer uma articulação entre o conceito de vulnerabilidade social e de desamparo psíquico. Também tecemos algumas ideias sobre o trabalho clínico em construção nestes contextos.

No capítulo 4, estudamos a construção histórica e social do conceito de adolescência e as implicações subjetivas que esse processo de passagem produz, examinando a adolescência a partir do referencial psicanalítico que a concebe como momento de um intenso trabalho psíquico na construção de um novo lugar, de uma nova posição subjetiva e as particularidades dessa passagem para os adolescentes atendidos.

Já no capítulo 5, apresentamos a proposta metodológica da pesquisa que se sustenta no entendimento da pesquisa psicanalítica, fazendo um enlace entre clínica, pesquisa e intervenção. Para tal, partimos da escuta do sujeito através do dispositivo clínico das rodas de

conversa que utilizamos para o acompanhamento dos adolescentes no trabalho desenvolvido no CREAS.

Para finalizar, no capítulo 6, trabalhamos com os fragmentos dos diários da experiência construídos no *a posteriori* como efeitos dos significantes que decantaram desta escuta e que permitiram fazer a construção dos casos clínicos. A partir dos significantes, realizamos a construção de três casos clínicos que nos permitiram desvelar as singularidades da passagem adolescente e os efeitos subjetivos singulares a cada um imbricados na trama social.

1 O CAMPO DA EXPERIÊNCIA

... não renunciamos a salvar o navio da tempestade só porque não
saberíamos impedir o vento de soprar.
(Thomas Morus)

Esta pesquisa surgiu a partir da minha experiência de trabalho no campo da política pública de Assistência Social, junto à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) do município de Porto Alegre, em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). “Esta política é definida como direito de cidadania com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social” (MDS, 2005, p. 68).

Minha prática nesse campo vem se construindo há 16 anos, nos quais, através de diferentes programas sociais, sempre estive trabalhando com o acolhimento e escuta de sujeitos nas mais diversas “situações sociais críticas” (Broide, 2008, 2015) envolvendo diferentes violações de direitos.

Desta forma, o trabalho que realizamos no CREAS procura fazer um diálogo entre assistência social e psicanálise, considera questões da ordem das políticas públicas e dos direitos sociais, articulada a uma concepção de sujeito atravessada por suas determinações inconscientes. Para a psicanálise, pensar o enlace entre as dimensões subjetiva e política vêm avançando, como vemos nos trabalhos de Rosa (2012), Broide (2008, 2015) e também de Guerra e Martins (2013) mas, na política de assistência social, abrir espaço à escuta da subjetividade articulando com os direitos sociais ainda é um desafio, uma vez que em muitas situações as intervenções ainda se sustentam num “fazer”, num agir em nome do bem do outro, muito mais do que dar espaço para a escuta e a construção de alternativas com o sujeito e não pelo sujeito.

No CREAS, realizamos o acolhimento das famílias e indivíduos com situações de vulnerabilidade e violações de direitos, situações que envolvem: negligência com as crianças e/ou adolescentes, maus tratos, violência sexual, situação de rua, exploração sexual infantil, trabalho infantil, abandono, ato infracional, entre outros. De forma que trabalhamos com inúmeras e diversas formas de violências. A diversidade de situações que atendemos nos coloca no enfrentamento com um excesso, sendo comum as queixas de que a assistência social “tem que dar conta de tudo”, “lidar com todas as mazelas do mundo”, o que tem nos

levado a constituir certos anteparos diante desse excesso, construir certas bordas para pensar o trabalho. É neste sentido também que se construiu esta pesquisa, para fazer uma pausa, eleger um foco, fazer um recorte e construir algumas questões que nos permitam avançar teoricamente como também na qualificação de nossa prática.

O trabalho de escuta clínica sustentado pela psicanálise, realizado no campo da assistência social, tem nos levado a apontar, junto a outros autores, como (Broide, 2008, Rosa, 2002a e Soares, Susin, & Warpechowski, 2009), que os sujeitos submetidos a condições de vulnerabilidades e exclusão social enfrentam-se constantemente com situações de desamparo. Nesses casos, revela-se uma precariedade tanto de recursos materiais como de recursos simbólicos para enfrentar situações onde os acontecimentos são, muitas vezes, da ordem do destrutivo, do traumático, e os recursos para elaboração do trauma são diminuídos, ou dificultados por toda uma maquinaria do poder que enreda o sujeito nas malhas da dominação, levando a processos dessubjetivantes no sujeito. Ou seja, o sujeito fica colado, identificado com o lugar de resto, de dejetos que o discurso social inscreve sobre ele e sua dimensão de sujeito de desejo, que tem uma história singular e também coletiva, fica relegada ao apagamento, ao silenciamento.

Falamos de sujeitos com histórias de vida marcadas por muitas perdas, tanto afetivas como materiais. Crianças que crescem sem conhecer sua história, que circulam por várias famílias ou equipamentos de abrigamento, que sofrem situações de miséria, abandono, violência de várias ordens (familiar, de Estado), que habitam territórios e zonas irregulares e de risco, em moradias precárias que ficam desatendidos em suas necessidades básicas (saneamento, energia, saúde, educação, trabalho). Outros ainda são impedidos de circular nos territórios devido à guerra conflagrada pelo tráfico de drogas que tem se constituído como um poder paralelo em muitas regiões.

Sujeitos com pouca ou nenhuma formação escolar, o que lhes obriga a exercer atividades informais de trabalho, catação de resíduos recicláveis, ou ainda, estabelecem relações de trabalho precarizadas que, em geral, não estão assegurados pelos direitos trabalhistas. Os adolescentes muito cedo abandonam a escola e se lançam em estratégias de sobrevivência pelas ruas, através do trabalho infantil, mendicância, exploração sexual, e também com o tráfico de drogas. o que tem levado muitos desses jovens à morte ou ao encarceramento.

Também, muitas famílias, diante do desespero e da ameaça, são obrigadas a abandonarem suas casas, perdendo o pouco que possuíam, sendo expulsas violentamente. São famílias que vivem em constantes situações de violência, excluídas do acesso a seus direitos

básicos. Todas estas situações fragilizam e/ou rompem os vínculos de pertencimento na família e no território, levando os jovens a inscreverem-se num “sem lugar” no tecido social, ou identificarem-se aos lugares de marginal, delinquente que lhe são apontados pelo discurso social, ficando de fora as determinações políticas desses processos.

Foi a partir do trabalho com essas famílias e adolescentes atendidas no CREAS, que as questões que desenvolvemos nesta pesquisa se delinearam. Para esta pesquisa, portanto, direcionamos nossa lente para esses jovens marcados por situação de vulnerabilidade e exclusão social e propomos aproximar o foco recortando como tema a adolescência, examinando como se produz esse processo de passagem da cena familiar à cena social.

A partir desse recorte, várias questões nos interpelam e constituem esta dissertação. Como se produz essa passagem para os adolescentes em contextos de miséria, abandono, violência, em comunidades submetidas ao abandono do Estado e em poder das organizações criminosas? Quais as possibilidades de inscrição no laço social para estes adolescentes que já têm uma história que porta as marcas da exclusão? Como essas vivências incidem e/ou transformam a constituição subjetiva? Que adolescência é essa que se produz nesses contextos? Que interrogantes esse cenário de desproteção social e política pode produzir à psicanálise?

Nesta dissertação, nossa aposta é que estas perguntas nos coloquem em movimento, que possam mais que encontrar respostas desdobrar ainda mais nossas perguntas.

1.1 Do acolhimento e escuta do sofrimento à construção de interrogantes

No trabalho de acolhimento e escuta realizado no CREAS, muitas famílias chegam dizendo de suas dificuldades na relação de cuidado e proteção com seus filhos adolescentes. Dizem que sua palavra e seus atos já não produzem efeito, que já não conseguem impor limites aos filhos. Esse sofrimento os leva a construir saídas desesperadas: como amarrar o filho em casa, situações de violência com agressões físicas e verbais, pedido pela retirada do filho da comunidade, que o conselho tutelar e o juiz o leve para um abrigo, para um colégio interno, construindo-se, assim, um pedido pela intervenção de um terceiro que possa ali produzir uma marca, fazer uma borda, oferecer proteção e cuidado. Também acolhemos quando a implicação e responsabilização com aquele filho não se inscreve para a família, revelando-se uma situação de abandono.

Essas famílias chegam fragilizadas no exercício das funções materna e paterna, o que dificulta o exercício do cuidado e da proteção. Para muitas, o cuidado dos filhos no período da infância já apresentou muitas dificuldades – tanto de ordem subjetiva quanto material – mas a chegada desses filhos na adolescência instaura de forma muito intensa o conflito e, em muitos casos, o rompimento dos vínculos.

Este rompimento ocorre pelo abandono familiar, quando a família se sente derrotada e diz “larguei de mão, já fiz tudo, já falei tudo” e o adolescente fica, assim, jogado ao abandono mesmo que permaneça na família. Muitos são expulsos e mandados a viver com avós, ou tios em outras regiões, ou buscam amparo junto aos traficantes do território, ou passam a viver pelas ruas. Esse abandono produz uma circulação desse jovem no território, circulação sem pertencimento efetivo, ficando assim num sem lugar.

A essa dificuldade das famílias em dar continência, fazer borda aos excessos pulsionais presentes nesse tempo de adolecer, soma-se também o desamparo comunitário devido à fragilidade nas redes de pertencimento na comunidade, à ausência de espaços para o lazer, para a cultura, o que acaba por deixar os adolescentes em um radical desamparo.

Muitas famílias também vivem o trauma da perda dos filhos, vítimas da violência e da guerra do tráfico nos territórios. Muitas são obrigadas a deixarem o pouco que possuem e buscarem segurança em outras regiões. Essas mudanças urgentes as colocam em situação de extrema vulnerabilidade e violação, visto que terão de adquirir tudo novamente. Sofrem também processos de rompimento de vínculos com os territórios, perdem suas redes afetivas e sociais, nas quais encontravam uma sustentação, ainda que frágil. Conforme informa Haesbaert (2004): “... é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais radicais de apego às identidades territoriais” (p. 4).

Encontramos famílias que vão desacreditando de suas possibilidades de construir um saber sobre o que se passa com seu filho, ficando também coladas a um discurso social dominante que enxerga para o jovem das periferias um destino de delinquência e morte. Também sobre estas famílias recai um discurso social desqualificador, atravessado por preconceitos e juízos morais que contribui para fragilização de seu saber e daquilo que poderá transmitir para o filho.

A esses pedidos de ajuda das famílias soma-se também o discurso produzido pelas equipes dos serviços da rede¹ que, nas reuniões de equipe ou entre serviços em discussões de casos, trazem a preocupação com o envolvimento dos adolescentes em situações de risco nas

¹ Escolas, postos de saúde, assistência social, conselho tutelar, programas educativos e recreativos que atendem as crianças e os adolescentes nas comunidades.

comunidades. Esses serviços observam o envolvimento cada vez mais cedo destes jovens — antes mesmo da puberdade para muitos — em situações de risco. E assim, o adolescente, com seus excessos, seus atos, seu silêncio, interroga o saber dos “especialistas” e das políticas públicas.

Do lado dos adolescentes escutamos um silenciamento que se expressa pelo afastamento da família, da escola, dos projetos sociais, uma recusa às possibilidades ofertadas pelas políticas públicas e seu envolvimento com situações de rua, uso e tráfico de drogas, situações de violência, situações de exploração sexual infantil, atos infracionais, trabalho infantil, gravidez precoce, apatia e negativismo. Importante tomar essas respostas dos adolescentes como interrogantes para pensar de que família ele está se afastando? Que escola não quer mais frequentar? Que projetos sociais eles estão recusando? De que forma são acolhidos e escutados nesses espaços? Que movimentos subjetivos podem estar operando para este adolescente?

Esses são interrogantes importantes que abrem para que não olhemos somente buscando a implicação/responsabilização do adolescente, mas que também possamos colocar em questão como estão sendo construídas essas relações nas quais o jovem está ou não inserido, como estão sendo efetivadas essas práticas? Será que há espaço para o sujeito? Quais as implicações sociais e políticas nos processos de subjetivação desses jovens?

1.2 O silenciamento da violência

Nós vós pedimos com insistência
 Nunca digam - isso é natural
 Diante dos acontecimentos de cada dia
 Numa época em que reina a confusão
 Em que corre o sangue
 Em que ordena-se a desordem
 Em que o arbítrio tem força de lei
 Em que a humanidade se desumaniza
 Não digam nunca- isso é natural.
 (Bertolt Brecht)

Ainda tocados pelos acontecimentos violentos² desses últimos anos, quando jovens foram assassinados a sangue frio pelas facções ligadas ao tráfico de drogas nas periferias de nossa cidade, onde outros são chacinados pela polícia sem possibilidades de defesa, ônibus são incendiados como revanche, moradores atônitos e assustados com a violência que limita o ir e vir diário, imprimindo assim outros ritmos e percursos à vida cotidiana, acompanhamos os acontecimentos apreensivos com o receio de nos depararmos com alguns dos jovens acompanhados por nós no trabalho realizado no CREAS, pois, tanto os jovens que morrem quanto os que por vezes matam, fazem parte do público atendido nos serviços de assistência social. Todos, de alguma forma, estão submetidos a uma violência mais silenciosa e velada que é a fragilidade do Estado em garantir direitos.

Conforme a leitura de Endo (2005):

As violências cometidas na cidade, não podem ser desatreladas da violência que a cidade por meio de seus dispositivos públicos, pratica contra seus cidadãos e dos mecanismos que a alicerçam... a cidade recortada em função da discriminação e da segregação entre os espaços elitizados e os espaços deteriorados, clandestinos e ilegais, define linhas de corte que recaem invariavelmente sobre o corpo do cidadão. (p. 53)

Endo (2005) acrescenta:

Sempre que alguém é assassinado, espancado, torturado, sequestrado, detido, removido, é da cidade sem cidadania que lembramos. Da ausência de intermediações eficazes, capazes de impedir desfechos, nos quais se objetiva ferir o corpo, desapropriando-o de singularidade e autonomia, por meio da violência. (p. 65)

Keil (2005) trabalha com a ideia de que a desigualdade social e sua expressão jurídica, a desigualdade de direitos e o afastamento dos jovens da política, espaço de socialização positiva e de reivindicações coletivas vinculam-se, aumentando os índices de violência urbana. A desigualdade social e seus desdobramentos não atingem somente os jovens, mas fazem deles suas principais vítimas.

Conforme esta autora, temos vivido nos últimos anos a crescente dificuldade de integração dos jovens na sociedade, os mecanismos de ascensão social via escolarização estão em franco esgotamento, criando tensão entre o desejo de estar integrado numa situação de reconhecimento social e a possibilidade de realmente conseguir esse reconhecimento.

² Adolescente de 14 anos assassinado com oito tiros na cabeça na frente da mãe, por homens encapuzados que invadiram a casa da família na região da Vila Cruzeiro – Porto Alegre. Na mesma ação, outro jovem de 26 anos também foi assassinado. Conforme Jornal Zero Hora de 09/12/15. Corpo de um adolescente de 16 anos jogado de um carro em bairro nobre de Porto Alegre com marcas de três disparos de arma de fogo em plena manhã de sábado 03/09/16, conforme Rádio Gaúcha. Vários jovens atendidos no CREAS foram assassinados. Família sofre chacina, dois jovens assassinados dentro da casa da família e uma menina ferida gravemente.

Agravando ainda mais a precariedade da experiência desses jovens, temos hoje a ideia de que a qualidade de vida se vincula à participação no consumo, vivemos numa sociedade do consumo e a possibilidade de reconhecimento social passa por portar objetos. Keil (2005) ressalta que “a cidadania passa pela capacidade de consumir, pois a lógica econômica da sociedade contemporânea exige menos trabalhadores e mais consumidores” (p. 29). Passamos de uma sociedade de produção para a sociedade de consumo, esse movimento fragiliza as relações políticas e as referências culturais, que são instâncias de referências normativas, contribuindo para o aumento da violência urbana. Essa situação produz para alguns jovens a busca da cidadania via consumo e a saída encontrada, muitas vezes, é a inserção em atividades vinculadas ao tráfico de drogas e demais ações violentas.

Nessa busca de reconhecimento e inscrição social, um grande número de jovens vem sendo assassinado pelas guerras entre quadrilhas e também pela polícia. São jovens e famílias que vivem em comunidades marcadas por situações de violência e tráfico de drogas, onde a morte pode estar à espreita em cada beco.

Conforme destaca Broide (2008):

A violência sem limite no território das periferias traz como consequência a manutenção do sujeito em alerta máximo, acontecimentos destrutivos podem acontecer a qualquer momento. O que se instala então é ação reativa que alimenta o circuito fechado da violência, o sujeito tomado pelo medo faz com que tenha de mostrar-se valente e violento. (p. 116)

Acompanhamos através de várias pesquisas o alto índice de jovens envolvidos em situações de violência, tanto ocupando a posição de vítima como de produtor de violência. Muitos pesquisadores têm chamado de genocídio de jovens, principalmente jovens negros, uma vez que a violência sofrida por estes ainda é muito maior do que a violência praticada. O relatório Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (2015) aponta que jovens negros aparecem nas pesquisas como as principais vítimas e estão em situação de maior vulnerabilidade. O relatório mostra que em quase todos os Estados brasileiros os negros com idades entre 12 e 29 anos correm maior risco de exposição à violência que os jovens brancos nesta faixa etária. Esta pesquisa construiu um novo indicador chamado Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) - violência e desigualdade racial (Presidência da República, 2015).

Conforme propõe Soares (2004), em função do que chama genocídio, já existe um déficit de jovens do sexo masculino em partes da estrutura demográfica brasileira. Essa condição assemelha-se às sociedades que estão em situação de guerra. Dessa forma, temos vivido em guerra em nossas vilas e periferias.

Nas pesquisas do sociólogo Spagnol (2004)³, destaca-se o homicídio como a primeira causa de morte entre os jovens na faixa de 15-24 anos. O número de jovens que morrem assassinados no Brasil, segundo a Polícia Militar, é quase sete vezes maior do que o número de vítimas de homicídios na população total.

Também o sociólogo Weiselfisz (2015), autor do Mapa da Violência 2015⁴, aponta neste relatório o crescimento preocupante do número de jovens mortos por homicídios. De 1980 a 2013, os homicídios passam de 0,7% para 13,9% na faixa de 0 a 19 anos. O autor destaca que entre todas as demais causas externas de morte de jovens a violência é o que mais mata. Entre todas as demais causas externas como acidentes de transporte, outros tipos de acidentes, suicídios e outras formas externas, o homicídio se apresenta como o mais elevado.

Entre a faixa etária de 16 e 17 anos de idade, os homicídios representam nos dias de hoje quase metade da mortalidade. O mapa da violência aponta que, ao observar a violência homicida nesta faixa etária, as previsões são preocupantes se não houver mediação com ações concretas que possibilitem reverter este cenário.

No CREAS onde trabalho, temos atualmente em acompanhamento 120 adolescentes em diferentes modalidades de cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto devido à prática de ato infracional, somente no território de abrangência do CREAS que compreende as regiões Centro, Ilhas, Humaitá e Navegantes.

Como resposta institucional a essa realidade, assistimos o incremento de práticas de repressão e encarceramento dos jovens considerando a discussão que se travou em torno da aprovação da redução da maioria penal pela Câmara dos Deputados, como forma falaciosa de diminuir os índices de violência e impunidade, sem colocar em causa toda uma sociedade desigual onde os direitos, infelizmente, ainda não são para todos, apesar de um conjunto de leis e garantias. Vivemos dias sombrios com o risco de retrocessos e perdas de direitos e retorno de práticas ainda mais violentas e discriminatórias.

Toda essa violência e mortalidade juvenil contrasta com o conjunto de inúmeras leis que deveriam proteger a infância e a adolescência como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente em 1959, a Constituição Federal de 1988 no seu art. 227 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990. Apesar de todo esse aparato de recomendações, normas e resoluções, ainda

³ Jovens em busca de um caminho: um estudo sobre jovens delinquentes na cidade de SP. 2004. Recuperado de www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75325

⁴ Relatório do Mapa da Violência 2015. Recuperado de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf

vivemos graves violações dos direitos de crianças e adolescentes por atos de extrema barbárie praticados, em muitos casos, por pessoas ou instituições que deveriam proteger e zelar pela vida e integridade destas crianças e jovens. O direito à vida é um bem fundamental, sem o qual nenhum outro é possível e é precisamente este direito que atualmente estamos negando a uma parcela significativa de nossos adolescentes.

Esta realidade nos leva a pensar nos estudos de Agamben (1997, 1999), citados por Koltai (2014), ao dizer que “os campos de extermínios deixou de ser um fato histórico, uma anomalia do passado, para se tornar uma matriz escondida do espaço político em que vivemos” (p. 26). Assim, parece que uma parcela específica da população, especialmente os jovens pobres e negros são os matáveis, aqueles que não lhes conta nem a vida e nem sua morte.

No Brasil, temos, ao lado dos jovens que cometem infração transformados em manchetes em todas as mídias, milhares de outros que são vitimados em homicídios que sedimentam as estatísticas, mas praticamente permanecem quase invisíveis nas notas das páginas policiais. “Tais situações implicam em certo anonimato, uma vez que destes jovens pouco sabemos, seja quando eles matam, seja quando eles morrem” (Oliveira, 2005, p. 14). Sobre o adolescente pobre como destaca Soares (2008) “desce o véu escuro da invisibilidade social” (p. 197).

Hannah Arendt (2000) no livro *A condição humana*, situa a violência como geradora de um emudecimento, apontando que tal ato jamais terá grandeza, uma vez que produz um declínio no poder da palavra, fragilizando as possibilidades de diálogo. Esse emudecimento produz danosos efeitos subjetivos que decorrem desse diálogo rompido, fracassado, do emudecimento do campo enunciativo.

Refletir a respeito do envolvimento dos jovens como sofrendores e autores de violência significa colocar em causa à própria sociedade e suas contradições. Na possibilidade de levantar o véu da invisibilidade que recai sobre estes adolescentes e o silenciamento produzido pelas violências sofridas e praticadas é que este trabalho de pesquisa se inscreve, no sentido de construir interrogações, desdobrar perguntas, problematizar as lógicas instituídas e construir um saber que nos possibilite operar com estes jovens de forma a construir outras possibilidades de inclusão no laço social menos mortíferas.

1.3 Objetivos

Diante das questões anteriormente delimitadas nesta dissertação, temos como objetivo geral interrogar e analisar, a partir do referencial psicanalítico e da escuta clínica, as singularidades da passagem pela adolescência para os jovens marcados por processos de vulnerabilidade e exclusão social atendidos em um CREAS.

Como objetivos específicos temos:

- a) problematizar o envolvimento dos adolescentes com situações consideradas de risco e sua articulação a este tempo de intenso trabalho psíquico que denominamos passagem adolescente;
- b) construir dispositivos clínicos de intervenção capazes de acolher a palavra e o sofrimento psíquico que podem advir nesse momento de passagem adolescente.
- c) contribuir para a construção de políticas sociais, de programas e serviços capazes de um acolhimento mais humanizado onde a dimensão do sujeito do desejo encontre lugar

2 ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

Como a pesquisa tem como campo de experiência o trabalho desenvolvido em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social, é importante examinar brevemente a história da assistência social e sua constituição enquanto política pública, que tem o objetivo e o desafio de garantir direitos sociais e superar concepções assistencialistas.

Historicamente, as práticas assistenciais foram reguladas pela caridade e filantropia, inicialmente pela igreja e depois pelo Estado. Até a Revolução de 1930, o Estado não intervinha, considerava que a área social não era função pública, assim, a assistência era desenvolvida pela igreja católica (Cruz & Guareschi, 2009).

Dos anos 30 até a atualidade, muitas mudanças ocorreram no país, resultado da luta de diversos segmentos da população organizados através dos movimentos sociais, em ações coletivas que culminaram com a Constituição Federal de 1988. Com esta Constituição, um novo marco foi estabelecido como um modelo de segurança social, de caráter universalista baseado em direitos de cidadania.

A assistência social passa a constituir junto com a saúde e a previdência social a base da seguridade social, inspirada na noção de Estado de Bem-Estar Social. A assistência social assume o status de política pública, sendo referenciada na Constituição de 1988 que a reconhece como um direito universal.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei 8742, aprovada em dezembro de 1993, afirma em seu capítulo I art. 1º:

A Assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (p. 49)

A LOAS destaca a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, como objetivo de proteção social, determinando-a como um dos focos de atenção da política. No entanto, o cenário de crise econômica do país não permitiu que se viabilizassem reformas institucionais mais amplas no sistema de proteção social. As medidas adotadas com a aprovação da LOAS, foram realizadas ainda priorizando programas focalizados de cunho assistencialista, fundos sociais de emergência e programas sociais compensatórios.

Como propõem Cruz e Guareschi (2009), a introdução da assistência social como uma política social da área da seguridade social traz uma inovação conceitual, através das garantias legais, mas ainda mantêm certas heranças históricas constitutivas da cultura brasileira.

Autores como Mota (2010) consideram ainda insuficientes as proposições das políticas públicas, sendo mesmo ideológica a ideia de que capitalismo e bem-estar social possam coexistir. Acreditam que os avanços na política de assistência social deslocam para os direitos a assistência enquanto deixam de enfrentar as verdadeiras causas da desigualdade social.

Souza, J. (2009), na introdução ao livro *Ralé brasileira: quem é e como vive*, criticam a forma como a sociedade brasileira percebe seus problemas sociais e políticos, reduzindo esse entendimento a uma visão economicista, redutora e quantitativa da realidade social, reduzindo todos os problemas sociais e políticos à lógica da acumulação econômica e a uma questão de gestão de recursos. Anulando a diferença de classes e culturas entendendo os problemas sociais como contingentes e passageiros, facilmente reversíveis com uma ajuda passageira do Estado. Os autores apresentam sua crítica a essa lógica que identificam nas políticas públicas.

Sposati (2015) aponta que, apesar das legislações (LOAS, PNAS, SUAS) que garantem direitos, ainda é muito forte o peso do conservadorismo no presente. O desafio é dar um salto, fazer uma ruptura com este passado conservador. Para a autora, isso depende muito dos trabalhadores e da orientação da gestão, dos gestores desta política. Tomando em conta o momento histórico e político atual do país, com a aprovação de medidas que congelam investimentos em políticas públicas, como foi o caso da PEC 55, os retrocessos nas políticas sociais e na garantia de direitos já são uma realidade que nos cabe enfrentar através da luta e da resistência com ações e movimentos coletivos.

Contudo, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, em 2004, e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aprovado em 2005, houve, sem dúvida, avanço em termos de legislação, cabe agora o desafio de sua garantia e sustentação.

2.1 Sistema Único de Assistência Social (SUAS): família e território

Apesar do risco de desmonte das políticas públicas que a aprovação da PEC 55 coloca, seguiremos explorando nesta dissertação aquilo que já construímos. O SUAS constituiu-se

como instrumento para a unificação das ações da Assistência Social em todo país, materializando as diretrizes da LOAS. Ratificando o caráter de política pública de garantia de direitos contrariando o histórico de assistencialismo e do primeiro-damismo.

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. (MDS 2005, p. 39)

Destacamos entre os eixos estruturantes do SUAS a matricialidade sociofamiliar e a territorialização na organização dos serviços.

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Essa correta percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do Idoso. (MDS, 2005, pp. 40-41)

A Política Nacional da Assistência Social e o SUAS levam em conta as alterações e reconfigurações da família neste momento histórico e a concebe como: “... um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade” (MDS, 2005 p. 41).

Também no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária-- PNCFC (Brasil, 2006), encontramos um conceito ampliado de família ao apontar que, em âmbito simbólico e relacional que varia muito entre os grupos sociais, muitas pessoas podem ser consideradas como família, valorizando além dos laços consanguíneos, também laços de aliança e de afinidades. “Além da relação parentalidade/filiação diversas outras relações de parentesco compõe uma família extensa” (p. 25). O Plano Nacional apresenta também o conceito de “rede social de apoio” que aponta para outros vínculos que pressupõe obrigações mútuas, mas não de caráter legal, e sim de caráter simbólico e afetivo que são as relações de apadrinhamento, amizade e vizinhança. Essas relações de cuidados estabelecidas de forma espontânea, pelo afeto se revelam muitas vezes mais fortes do que as relações de parentesco. Essas relações não contam com reconhecimento legal, mas nada impede de que venham a ser formalizadas com guarda legal e/ou adoção, tendo em vista a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

A concepção de família concebida para além das relações consanguíneas e o conceito de rede social de apoio representam um avanço, uma vez que, em muitas situações atendidas, o sujeito encontra amparo e apoio em outras relações afetivas, de amizade, solidariedade e cuidado e estas relações funcionam como ancoragens para o sujeito. (Broide, J. & Broide, E.2015). Vemos isso nesse pequeno recorte: W. 9 anos foi acolhido em uma casa lar devido à situação de negligência e abandono em que estava vivendo junto a seu pai. O pai, apesar de afetivo, por sua enorme dificuldade com o alcoolismo não conseguia dar o cuidado necessário ao filho. Durante o acolhimento de W, a equipe da Casa Lar identifica uma vizinha que foi também sua professora em um serviço de extraclasse e que mantém laço afetivo importante com a criança. Com base nessa relação afetiva, as equipes da Casa Lar e de CREAS vêm construindo o plano de atendimento, onde essa vizinha constitui ancoragem para essa criança, realizando visitas na casa lar e levando-o para passar os finais de semana em sua casa. Essa situação poderá evoluir em direção a que a vizinha venha a obter a guarda legal da criança, caso o pai não consiga superar as suas dificuldades.

Assim como este exemplo, temos outras tantas situações onde as saídas são construídas contando com outras pessoas que se mostram dispostas a amparar o sujeito, quando, muitas vezes, o cuidado e o acolhimento já não são mais possíveis com a família de origem. Isto tem sido comum também no atendimento com adultos em situação de rua, onde a possibilidade de reconstruir sua vida conta com a ajuda do dono do bar da esquina que auxilia com alimento, que deixa o morador de rua dormir em sua garagem. Por isto, é muito importante compor o mapa afetivo com o sujeito e ver quem pode funcionar como ancoragens (Broide, J & Broide, E.2015).

O conceito de território também ocupa lugar importante na PNAS e no SUAS, uma vez que considera a heterogeneidade e desigualdade socioterritorial do país, apontando para as particularidades de cada Estado, região, município. Pensar os programas, serviços e ações tomando as particularidades territoriais possibilita uma maior efetividade destas ações. Ao invés de metas setoriais a partir de demandas genéricas, trata de identificar os problemas, as potencialidades e construir as soluções tomando o particular daquela coletividade em dado território. Esta concepção representa ainda grandes desafios, mas é um conceito potente. Desenvolveremos melhor esse conceito posteriormente ao falar dos territórios para os quais o CREAS é o serviço de referência.

A Política Nacional de Assistência Social visa assumir uma dimensão preventiva, diferente das práticas desenvolvidas até então, onde prevaleciam os atendimentos pontuais, dispersos, descontínuos e fragmentados. Visa a ter como foco de atuação as ações preventiva,

protetiva e proativa, reconhecendo a importância de responder às necessidades humanas de forma integral, para além da atenção a situações emergenciais, centradas exclusivamente nas situações de risco social.

Neste ponto, ainda temos muito a avançar, uma vez que lidamos com uma enorme desigualdade social onde a maior parte da população, público-alvo da assistência social já se encontra em situação de violação de direitos e, para superação deste quadro, é necessário contar com as demais políticas públicas, como educação, trabalho e renda. Acreditamos que no futuro esse objetivo possa ser alcançado, mas, atualmente, as ações preventivas e proativas ainda são muito incipientes e não se pode negar que as ações compensatórias e focais ainda exercem grande espaço e, mesmo assim, ainda são insatisfatórias.

2.2 Proteção social no SUAS

O SUAS estabelece dois níveis de proteção social: proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. A Proteção Social Básica tem um caráter preventivo e visa proporcionar a inclusão social, o fortalecimento dos vínculos – familiares e comunitários – e do acesso aos serviços públicos. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a unidade pública estatal, descentralizada, responsável pela organização e oferta de serviços de Proteção Social Básica. É a referência, no seu território de abrangência, da oferta da atenção às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social no âmbito do SUAS (MDS, 2011).

Num outro nível de atenção temos:

Proteção Social Especial (PSE) que organiza os serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos tais como: violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, práticas de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar, dentre outras. Alguns grupos são particularmente vulneráveis à vivência destas situações, tais como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, populações LGBT, mulheres e suas famílias. As ações desenvolvidas na PSE devem ter centralidade na família e como pressuposto o fortalecimento e o resgate de vínculos familiares e comunitários, ou a construção de novas referências, quando for o caso. (MDS, 2011, p. 17)

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é unidade pública estatal, descentralizada responsável pela organização e oferta de serviços de Proteção Social especial de média complexidade nos territórios.

Oferece os serviços:

- a) PAEFI- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos;
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social para a População em Situação de Rua;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa.

Conforme os objetivos dessa pesquisa, nos deteremos brevemente em informar com mais detalhes sobre o PAEFI, visto os atendimentos às famílias e seus adolescentes ocorrerem a partir desse serviço.

O PAEFI caracteriza-se como:

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo [EDESP], 2009, p. 19)

A partir do PAEFI ocorre a acolhida, escuta, acompanhamento sistemático das famílias através de: atendimentos individuais, visitas domiciliares, construção do plano de acompanhamento, discussão de casos na equipe de referência, assim como a participação em discussões com a rede socioassistencial no território. Essa forma de metodologia é a desenvolvida no CREAS Centro Ilhas, Humaitá Navegantes. O SUAS estabelece e padroniza o funcionamento dos serviços, mas cada município ou até mesmo cada serviço tem certa margem de liberdade de organização para poder adequar sua forma de atendimento.

No CREAS onde trabalhamos, em geral, as primeiras intervenções passam pela discussão do caso com o serviço e ou a equipe que realizou o encaminhamento da família. Essas discussões ocorrem mensalmente com os CRAS e demais serviços considerando o território de origem das famílias. Temos alguns espaços de discussão importantes nesse sentido: reunião mensal com cada um dos três CRAS que são referenciados a nosso CREAS, reuniões de rede técnica nas três regiões referenciados ao CREAS convocadas e coordenadas pelos CRAS onde participam algumas escolas e postos de saúde e, ainda, reunião mensal com o conselho tutelar. Nesses espaços de discussão procuramos construir a melhor forma de

receber as famílias para o atendimento, bem como respeitar os vínculos (transferência) já constituídos com os diferentes serviços, o que leva em algumas situações a construir inicialmente uma intervenção compartilhada.

Destacamos a importância do acolhimento e escuta oferecida nos Serviços dos CRAS e CREAS e do esforço no sentido de garantir de fato uma escuta humanizada preocupada em acolher o sujeito em sua singularidade e suas dores, muito mais do que preencher dados em um formulário através de procedimentos burocratizados. Assim, destacamos a importância do “como fazer” a escuta, pois isto sim vai produzir diferentes desdobramentos e poderá ser mais efetivo para o sujeito, no enlace da dimensão subjetiva e política.

2.3 A implantação e qualificação dos serviços do SUAS em Porto Alegre: avanços e dificuldades

Em Porto Alegre, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) é o órgão gestor e executor dessa política, trabalhando na perspectiva do acesso da população vulnerável aos mínimos sociais na promoção e garantia de direitos e cidadania. Contamos atualmente com nove CREAS e 22 CRAS no município, além dos demais serviços de média e alta complexidade, como centros para atendimento da população adulta em situação de rua Centro Pop I e II, abrigos, repúblicas, casas lares e albergues. Cada um desses serviços encontra-se em diferentes níveis de organização e qualificação, sendo alguns serviços próprios e outros conveniados com instituições não governamentais. Atualmente vivemos um momento muito difícil com a precarização de muitos desses serviços, vivenciando, assim, infelizmente o risco de alguns retrocessos.

Cabe destacar que Porto Alegre teve de realizar um reordenamento dos serviços já existentes, bem como a criação de novos serviços. Esse processo trouxe também algumas dificuldades, entre elas, destacamos principalmente a diminuição do número de serviços para atendimento de situações de média complexidade, principalmente o acompanhamento familiar, o que tem levado a certos estrangulamentos nas equipes de CREAS que acolhem todas as demandas de violações de direitos. Destacamos que esses CREAS também apresentam diferentes composições de equipes, estando alguns serviços com enorme carência de seus recursos humanos.

Outro aspecto importante a destacar é que os CREAS atendem em média três regiões compostas por territórios muito diversos, o que dificulta também o acesso dos usuários aos serviços que precisam tomar em muitos casos até dois ônibus para chegar ao atendimento, o que distancia os usuários do serviço e também representa dificuldades em oferecermos um atendimento mais próximo e intensivo. Além disso, destacamos as particularidades de cada território, sua cultura, sua história, seu cotidiano, suas alternativas de sobrevivência e os efeitos que um deslocamento para um outro território para acessar um serviço pode produzir. Esse deslocamento pode produzir, para muitos, dificuldade de se vincular ao atendimento fragilizando e fragmentando as relações, entre outros efeitos.

Na tentativa de minimizar esses efeitos e construir uma vinculação e conhecimento maior com os territórios, no CREAS Centro, Ilhas, Humaitá Navegantes, temos constituído um CREAS itinerante. Em dois turnos semanais, realizamos alguns atendimentos utilizando o espaço cedido pelo CRAS Farrapos e uma Capela no território da Ilha dos Marinheiros. Nesses turnos, procuramos atender inicialmente aquelas famílias com um grau maior de dificuldade. Também circulamos nos territórios nas visitas domiciliares nas reuniões de rede técnica e visitas institucionais, o que nos auxilia a construir também uma “escuta territorial” conforme conceito proposto por (Broide, J & Broide, E. 2015, p.48).

Considerando a imensa desigualdade social em que vivemos no Brasil e no município ainda é muito grande o número de famílias que já estão com seus direitos violados e num processo grave de fragilização das relações familiares, desta forma ainda os casos de maior complexidade representam a base da pirâmide e, em consequência, o atendimento sob responsabilidade dos CREAS.

Assim, temos um contingente muito grande de violações e situações de grande complexidade, o que exige das equipes grande investimento e tempo de atendimento, bem como variadas formas de intervenção. Diante de muitos casos, temos de constantemente repensar nossas intervenções e construir novas práticas, revendo constantemente a posição desde onde intervimos.

Foi necessário a construção de metodologias de acolhimento e discussão desses casos, bem como o desafio de construir formas de intervenção mais flexíveis e menos burocratizadas que apontem na direção de intervenções compartilhadas entre a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade, além de serviços envolvendo as demais políticas públicas, fazendo com que estes dois níveis de proteção desenvolvam suas ações de forma mais articulada e compartilhada.

Temos realizado essas discussões através de encontros mensais que chamamos de reunião de referência e contra referência com os CRAS e as entidades conveniadas que desenvolvem também o Serviço de Acompanhamento Familiar (SAF) nos territórios de referência e integram a PSB. Nesses encontros, também acolhemos as demandas da rede de alta complexidade representada pelos abrigos e casas lares. Nessas discussões, temos procurado fazer a construção do caso em equipe e traçar intervenções às vezes compartilhadas entre os diferentes serviços.

Destacamos também o desafio de fortalecer a discussão intersetorial, convocando as diferentes políticas públicas para o enfrentamento das situações de violações de direitos.

Esta realidade representa um enorme desafio no sentido da efetivação da garantia de direitos das famílias e indivíduos, bem como, não somente na implantação do SUAS, mas na sua qualificação. Ainda precisamos investir muito na qualificação dos serviços e das equipes, porque é somente com serviços de qualidade e com equipes fortalecidas técnica e subjetivamente que poderemos construir um trabalho mais efetivo e que de fato possa fazer diferença na vida da população atendida. As mudanças no cenário político brasileiro desses últimos meses produzem um estado de apreensão nos trabalhadores sociais e a certeza de que teremos muitas lutas em defesa do SUAS e demais políticas públicas para garantir que não haja retrocessos. Vamos à luta.

2.4 Nas tramas e avessos da cidade

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência.
(Santos, M.)

O CREAS Centro Ilhas Humaitá Navegantes⁵ onde se desenvolveu essa pesquisa é referência para três regiões muito diversas: Porto Alegre está dividida em 17 regiões

⁵ O CREAS Centro Ilhas Humaitá Navegantes localiza-se na Travessa do Carmo, 50, no bairro Cidade Baixa, na região Centro. A pesquisadora atua como psicóloga nesse CREAS e é referência para o atendimento das famílias de parte da região Centro e do território Humaitá Navegantes, compondo um trabalho junto a uma equipe interdisciplinar que conta com mais uma psicóloga e duas assistentes sociais, sendo uma delas coordenadora técnica do serviço, duas pedagogas, um advogado e 10 educadores sociais. Compõe também a equipe a área administrativa (recepção, vigilante, auxiliar administrativo, serviços gerais, sendo que atualmente essa equipe

conforme a referência do orçamento participativo, com base nessa referência é que utilizamos o termo região para falar dessa forma administrativa de dividir a cidade, priorizando, nesse ponto, o aspecto mais geográfico. Ao longo do texto utilizaremos o conceito de território destacando sua dimensão cultural, subjetiva e simbólica.

A região Centro corresponde à região 16 e compreende os bairros: Auxiliadora, Azenha, Bela Vista, Bom Fim, Centro Histórico, Cidade Baixa, Farroupilha, Floresta, Independência, Jardim Botânico, Menino Deus, Moinhos de Vento, Mont Serrat, Petrópolis, Praia de Belas, Rio Branco, Santa Cecília e Santana.

As Ilhas correspondem à região 17, a qual é formada pelo bairro Arquipélago, constituído por várias ilhas, mas somente quatro ilhas são habitadas (Ilha das Flores, da Pintada, do Pavão e Ilha Grande dos Marinheiros).

A região Humaitá/ Navegantes corresponde à região 01 e é composta pelos bairros: Anchieta, Farrapos, Humaitá, Navegantes e São Geraldo.

Essas três grandes regiões são compostas por territórios muito diversos. Entendendo o território para além da questão do espaço físico, geográfico. Pensar o território exige tomar em conta a história, o cotidiano, o universo cultural da população que vive nessa comunidade.

Conforme propõe Santos (2007):

O território em que vivemos é mais que um conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas é também um dado simbólico. A linguagem regional compõe esse mundo de símbolos e cria esse amálgama sem o qual não podemos falar em territorialidade. 'Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos'. (p. 82)

Haesbaert e Limonad (2007) apontam para a necessidade de fazer a distinção entre território e espaço (geográfico). O espaço é muito mais amplo que o território. O território é uma construção histórica e social a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem sociedade e espaço geográfico. O território possui uma dimensão subjetiva que se denomina de consciência, apropriação e identidade territorial e uma dimensão mais objetiva que se pode denominar de dominação do espaço em um sentido mais concreto realizado por instrumentos de ação político-econômico.

Para Haesbaert (2004), o território é definido pelo poder exercido naquele espaço, não só o "poder político", mas também o poder de apropriação simbólica. Assim, podemos

sofre os efeitos da precarização com atrasos em pagamentos e demais direitos, o que leva em alguns dias à interrupção dos atendimentos e ao fechamento do serviço).

distinguir o território funcional como aquele que predomina nas relações de dominação, inclusive de um recurso material (com o princípio da unifuncionalidade). E o território simbólico que faz referência à apropriação cultural e simbólica (com o princípio da multiplicidade). Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que a dissociação entre os dois é meramente didática, pois todos os territórios são funcionais e simbólicos.

Dessa forma, é imprescindível para o trabalho o conceito apresentado por Broide, J e Broide, E. (2015) da “escuta territorial”, que é este conhecimento do território, dos serviços, das lideranças, das leis informais que permeiam cada comunidade, das particularidades que tornam cada comunidade singular. Como se constitui a rede formal de atividades e serviços naquele território, mas também como é construída a rede informal, quais as relações importantes nessas comunidades, qual a história contada por seus moradores, como se dão os vínculos de afetividade e solidariedade no território, incluindo-se, dessa forma, a história do sujeito à narrativa sobre o território.

Lembrando que a subjetividade se trama tanto a partir da novela familiar, quanto dos acontecimentos históricos recentes e longínquos, e que a subjetividade é efeito de uma rede discursiva que também é a do coletivo (Beltrame & Taveres, 2016).

2.4.1 Andanças pelo Centro

Colocar as favelas na perspectiva de uma leitura do território usado significa chamar atenção para os sujeitos sociais em suas práticas de construção do mundo, da vida, do território como morada dos afetos, dos trajetos, dos saberes, dos sabores, dos fazeres de homens e de mulheres concreto (a) s em suas paixões, dramas e sonhos. (Barbosa & Silva)

Apresentaremos brevemente algumas particularidades de cada um dos territórios referenciados ao CREAS e nossa itinerância nesses contextos de exclusão, lembrando que diferentes territórios são produzidos no espaço urbano, segundo as práticas, vivências e experiências de seus atores. Esses territórios se sobrepõem e são contínuos ou radicalmente distintos, existindo em diferentes movimentos que definem a forma e o conteúdo de seu uso (Barbosa & Silva, 2013).

A região Centro é composta por vários bairros de classe média e alta, havendo um contraste importante, uma vez que as situações de maior vulnerabilidade e exclusão social

estão localizadas nos bairros Centro Histórico, Santana, Princesa Isabel, Floresta. O Centro da cidade, por ser lugar de comércio e onde estão localizados muitos serviços públicos, serve como destino para muitas migrações urbanas de pessoas de outras regiões da cidade, e também de municípios da região metropolitana. Como exemplo, podemos apontar os moradores de rua que têm seus vínculos familiares rompidos ou muito fragilizados, abandonando seus territórios de origem e adotando as ruas do Centro da cidade para viver. Essa região conta com vários equipamentos públicos e conveniados destinados ao atendimento dessa população.

Também o Centro da cidade é local para onde se dirigem muitas crianças e adolescentes em situação de rua sobrevivência⁶ que vêm para o Centro para vender produtos ou realizar mendicância em espaços de grande circulação, como a Estação Rodoviária, o Gasômetro e a Praça da Alfandega. Essas crianças e adolescentes são de diferentes territórios da cidade e até de outros municípios da região metropolitana, como Alvorada, Cachoeirinha e Viamão, que vêm para o Centro em busca de algum trocado, passando o dia e, às vezes, parte da noite nesses espaços.

O Centro é também lugar de passagem, de trânsito para muitos migrantes do interior do Estado e até de outros Estados e países que vêm em busca de trabalho e de uma vida melhor, e que, ao fracassarem em se estabelecer na cidade, acabam se colocando em situações bastante vulneráveis acessando também os serviços de assistência.

Há também na região Centro várias vilas (favelas) que passaram por processos de urbanização, como a comunidade do Loteamento Santa Terezinha, antiga Vila dos Papeleiros, o Planetário, antiga Vila Planetário, o Condomínio Princesa Isabel, antiga Vila Zero Hora, Casas Tigre e Terminal, que foram condensadas em um único projeto de urbanização e transformadas então no Condomínio Princesa Isabel. Também a Vila Lupicínio Rodrigues, e Integração dos Anjos. A Vila Choclatão, que se localizava ao lado de importantes repartições públicas como o Tribunal Regional Federal (TRF), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Câmara de Vereadores, não teve a mesma sorte das demais comunidades no projeto de urbanização, essa comunidade foi retirada desse local e

⁶ O conceito de rua sobrevivência é utilizado para se referir às crianças que mantêm seus vínculos familiares e comunitários, mas que passam o dia, ou parte do dia, pelas ruas em situação de trabalho infantil, em geral, vendendo produtos ou mesmo praticando mendicância. Essas crianças ao final do dia retornam às suas casas e em algumas exceções podem passar algumas noites em algum local junto a seus companheiros. Já o conceito de rua moradia é quando a criança apresenta uma relação familiar mais fragilizada e/ou rompida e já tem a rua como espaço de moradia.

reassentada em região muito distante do centro da cidade, num processo contrário à vontade de seus moradores⁷.

Essas comunidades, ainda assim, enfrentam muitas dificuldades nas quais é possível identificar os traços da vulnerabilidade e do desamparo. Vivem outras violações de direitos, como por exemplo: o direito ao trabalho, muitas famílias em condições de renda precárias constroem expedientes de geração de renda que as colocam em condições bastante vulneráveis, como é o caso da catação de resíduos de material reciclável e também a geração da renda através de práticas ilegais, como a venda de droga e a exploração sexual, o que tem produzido muita violência com mortes, principalmente de jovens.

Os territórios do Condomínio Santa Terezinha, Princesa Isabel e Planetário são marcados pela dominação do tráfico. Nesses territórios, o acesso é monitorado, em alguns, a entrada é fechada, sendo necessário se identificar para o gerente da boca e dizer onde vamos para termos o acesso liberado. Ao entrarmos nesses territórios, somos atravessadas pela insegurança, uma vez que os tiroteios e a guerra de facções podem irromper a qualquer momento. Ao caminhar por suas ruas, sabemos que muitos olhos nos vigiam e nossa entrada vai sendo anunciada por diferentes códigos, como assobios, gritos, palavras senhas. Conhecer e respeitar essas realidades e seus códigos é importante para que assim possamos construir também nossas estratégias de enfrentamento. Sabemos que nas segundas e sextas-feiras é dia de recebimento de droga, então, não é momento adequado para circularmos no território, também é muito importante a troca de informações entre os diferentes serviços que atuam no território para que juntos possamos avaliar o clima de cada território e saber quando o conflito e a tensão estão aumentando e quando a guerra está se armando. Encontramos essas dificuldades em todos os territórios que atendemos com maior ou menor grau de violência, o que pode mudar a qualquer momento conforme as disputas entre as facções.

Temos também nessa região duas comunidades quilombolas, a remanescente do Quilombo do Areal, no bairro Meninos Deus, e a remanescente do Quilombo Família Felix, no bairro Azenha, que concentra também famílias e adolescentes em situações de vulnerabilidade, possuindo problemáticas e demandas sociais específicas para a política de Assistência Social.

Além desses territórios, também existe um grande número de pensões que abrigam famílias vivendo em peças, ou cômodos muito precários, e algumas delas até com risco

⁷ Sobre esse processo de reassentamento, ver o texto de Soares, J. Susin, L., & Warpechowski, M. B. (2012). Intervenções clínicas em contextos de exclusão: reassentamento um lugar a construir. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (41/42).

devido ao estado de manutenção das construções e fiações elétricas. Em geral, esses espaços são ilegais não havendo registros e alvarás de funcionamento. Existindo uma relação de exploração das famílias que pagam em torno de R\$ 500,00 para viver em espaços sem as mínimas condições de habitação, peças pequenas insalubres, com quase nenhum mobiliário. Também, esses locais são muitas vezes tomados pelo tráfico de drogas que obriga alguns moradores a guardar drogas e armas, fazendo assim pequenos QGs das facções.

Nesses territórios, o trabalho comunitário que conta com a participação dos moradores e líderes comunitários é bastante incipiente, principalmente pelo forte envolvimento das lideranças com as “ilegalidades”, o que produz tensionamentos para uma maior articulação com os serviços e as políticas públicas. Mas existe um importante trabalho de rede entre os serviços que atuam nesse território com diferentes espaços de articulação e discussão de casos entre, principalmente, os Estratégia de Saúde da Família (ESF), o Consultório de Rua e o Centro de Atenção Psicossocial Centro (CAPS), de forma que muitas intervenções são articuladas e compartilhadas entre os serviços.

2.4.2 Andanças pelo Arquipélago

O Arquipélago é formado por 16 ilhas, dessas, somente cinco são povoadas com residências, que são: Ilha Grande dos Marinheiros, Ilha do Pavão, Ilha das Flores e Ilha da Pintada e Ilha Mauá. A região das Ilhas é um dos territórios com maior índice de vulnerabilidade no município. Conforme o site Observa POA (2010) Porto Alegre em análise, o Arquipélago é o segundo território da cidade, que apresentou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo em relação aos demais territórios da cidade, com 0,659, ficando atrás somente da região, Nordeste que apresentou IDH de 0,638, enquanto a média nacional do restante do país é de 0,727. Também, o índice de analfabetismo nesse território é maior considerando o território Centro e Humaitá/Navegantes, com 7, 71 % de pessoas analfabetas.

As Ilhas dos Marinheiros e do Pavão, onde a população sobrevive basicamente da pesca e da catação de lixo, a população sofre muito pelos efeitos da miséria extrema, conservando traços da vida rural com a criação de animais, principalmente os cavalos, que puxam a carroça com o lixo que carregam do centro da cidade, por ruelas de chão batido. Nesse território, não há mais contrastes, a imagem da pobreza predomina, as moradias são precárias, em geral, reduzem-se somente a uma peça onde acontecem todos os agenciamentos

da vida. Os traços da precariedade, da miséria e da violência saltam aos olhos. O único contraste é a sede de um clube famoso, o Grêmio Náutico União que se localiza na Ilha do Pavão. Também, na Ilha da Pintada existe certo contraste entre barracos cinzas e precários e algumas mansões isoladas do resto da comunidade por altos muros e cercas elétricas.

O próprio espaço onde está sediado o CRAS desse território é uma construção precária e com um espaço mínimo que quase não consegue acomodar nem a própria equipe, o que restringe os atendimentos. Nesse território, o CREAS utiliza o espaço de uma pequena capela para realizar alguns atendimentos, local sem água e sem banheiro. O Arquipélago faz parte do Parque Estadual do Delta do Jacuí sendo uma área de preservação ambiental (APA), o que limita o uso do espaço com novas construções. Estuda-se, há tempos, pela FASC a mudança do CRAS desse território, mas isto representaria um distanciamento maior para a população acessar os serviços, trazendo certas limitações.

Essa comunidade convive a cada ano com o período de cheia do rio, o que, em alguns anos, levou a comunidade a viver situações de calamidades e destruição, quando as casas são inundadas e as famílias são obrigadas a buscar abrigo em parentes ou abrigos improvisados. Em 2015, essa comunidade sofreu uma das maiores enchentes da história, onde o Rio Guaíba teve uma cheia que ultrapassou os níveis da enchente de 1941, todas as comportas do Rio tiveram de ser acionadas e praticamente toda a população das Ilhas foi atingida.

Essa região apresenta também muitas situações de crianças e adolescentes em trabalho infantil, trabalhando na própria casa com a reciclagem do lixo e na condução das carroças, uma vez que a possibilidade de trabalho formal nessa comunidade é quase inexistente.

Nos últimos anos, temos visto a violência do tráfico de drogas tomar conta do espaço e passar a dominar, ditando as leis e regulando o ir e vir da comunidade e dos serviços que atuam no território. O domínio do tráfico e o envolvimento de muitas famílias já provocou inúmeras mortes, principalmente de jovens, muitos deles de famílias atendidas pelos serviços de assistência CRAS e CREAS.

O agravamento das situações de violência nesse território frequentemente leva à interrupção dos atendimentos dos serviços, sendo comum o encontro com jovens fortemente armados pelas ruelas e becos. Dessa forma, a região do Arquipélago hoje vive situação extremamente difícil.

Destacamos a preocupação em relação ao aumento da miséria e da violência nesta comunidade, uma vez que, devido a um projeto de lei que proíbe a circulação de veículos de tração animal (VTA – carroças) e de tração humana (VTH – carrinhos puxados pelo próprio catador) utilizados principalmente para a coleta de material reciclado na cidade, a população

ficará sem essa possibilidade de trabalho. Isso aumenta ainda mais a miséria e a fome, exigindo da população a construção de outras formas de sustentabilidade, o que, devido à fragilidade dessa comunidade, pode fazer com que os expedientes de renda ilegais ganhem ainda mais espaço.

Foi desenvolvido em algumas regiões da cidade o Projeto Todos Somos Porto Alegre, com o objetivo de cadastrar e qualificar os catadores e recicladores de resíduos de material reciclável para construir com esses novas formas de inclusão produtiva, visto a proibição do uso de carroças e carrinhos para a coleta do lixo. Mas, o que podemos observar é que tal projeto não produziu o impacto esperado, ou seja, que poucas pessoas conseguiram construir outras formas de geração de renda. Essa situação infelizmente vai produzir um cenário de aumento da fome e da miséria.

Também, muitos moradores serão reassentados em outros locais, visto que estão em andamento as obras para a construção de uma nova ponte no Rio Guaíba. Este processo também produz angústia nos moradores, uma vez que não têm participação nos rumos de sua vida, não sabem para onde serão deslocados e nem quando, o que produz insegurança e instabilidade. A população recebe pouca ou nenhuma informação sobre o processo de reassentamento, sendo mais uma vez expropriados de seu direito à participação e de decidir sobre sua vida.

2.4.3 Andanças por Humaitá/Navegantes

A região Humaitá/Navegantes é constituída por cinco bairros de classe média. Os bairros Humaitá e Navegantes contam com 26 comunidades/vilas em diferentes níveis de urbanização e saneamento.

Essa região recebeu o Projeto Integrado Entrada da Cidade (PIEC), que foi responsável pela urbanização de várias comunidades que hoje vivem em melhores condições de moradia, com muitos condomínios populares, como Vila Tecnológica, Vila Pampa, Vila Farrapos, Tresmaense, Canal Sul, Bela Vista, Arco Iris, Mário Quintana. Apesar dessas comunidades já terem passado por processo de urbanização e saneamento, ainda é muito grande o número de famílias que vivem em condições muito precárias de moradia, vivendo em pequenos barracos, como Vila Areia, Vila Santo André, Beco X, Tio Zeca, AJ Renner, Liberdade. Assim, o novo e o velho se misturam, sendo comum, ao caminharmos pela

comunidade, de um lado da rua nos depararmos com casas novas e com boas condições de saneamento, e no outro, os barracos cinzas e precários e o esgoto correr a céu aberto.

As comunidades da Vila Areia, Tio Zeca e Beco X passarão também por reassentamento devido às obras da nova ponte do Rio Guaíba já em construção; e, assim como os moradores do Arquipélago, também não recebem muita informação quanto ao futuro das novas residências e assim a vida segue na provisoriedade.

Nessa região há muitas transportadoras com um fluxo importante de caminhoneiros de diferentes cidades, o que tem produzido também um terreno propício para as situações de exploração sexual infantil.

A região recebeu nos últimos anos o impacto da construção de um grande estádio de futebol. Tal impacto foi registrado já durante as obras de construção do estádio, que contou com operários vindos de outros Estados, a maioria deles sem suas famílias, o que gerou também o aumento das situações de exploração sexual infantil e elevou o número de adolescentes grávidas nesse território, conforme informação das unidades de saúde da região.

Criou-se uma rede de trabalho informal no entorno desse estádio, principalmente em dias de jogos, quando adultos, crianças e adolescentes trabalham cuidando e estacionando carros e vendendo diversos, artigos desde camisetas até bebidas.

Essa possibilidade de renda tem levado muitas crianças e adolescentes para a situação de trabalho, pois a renda que conseguem numa noite de jogos quase supera a renda recebida pelo programa bolsa-família ou pelo salário do mês.

Além destas particularidades, também a violência gerada pelo tráfico de drogas tem feito inúmeras vítimas nas três regiões, ocorrendo mortes e agressões que têm mudado a vida de muitas famílias. Nesses últimos anos temos acompanhado a dor de famílias que tiveram seus filhos adolescentes assassinados pela violência do tráfico, também crianças mortas por bala perdida e pessoas que ficaram com lesões irreversíveis após sobreviverem às tentativas de homicídio.

A violência imprime um ritmo particular à vida das pessoas que convivem com cenas de horror e morte cotidianamente. Presenciar assassinatos tem sido comum no dia a dia dessas famílias, onde alguns são mortos dentro da própria casa, na frente da escola, na quadrinha de futebol da gurizada. Esses acontecimentos podem produzir, para os sujeitos, efeitos da ordem do traumático, imprimindo ritmos de silenciamento nas pessoas que ali vivem os obrigando a mudar seus itinerários e horários de circulação no território. Outro efeito produzido é a naturalização da violência e da morte, onde muitos moradores já não reagem mais com pesar diante dos fatos, o que dificulta os processos de elaboração de lutos.

Foi nesse território, na chamada Vila Areia, que vivemos situação limite que nos colocou pessoalmente em risco, visto que durante uma manhã realizávamos uma visita domiciliar acompanhadas pela colega assistente social de um abrigo para uma família que estava com um adolescente em acolhimento institucional e nossa intervenção tinha a intenção de retomar o trabalho com a família. Nessa ocasião, conversávamos com a mãe dentro da única peça da casa quando repentinamente se houve gritos, correria e tiros muito próximo de onde estávamos e um rapaz tenta entrar, invadindo a casa, buscando local para se esconder e fugir da perseguição da qual era alvo. Com a força de seu corpo, a mãe se interpõe entre o rapaz e a porta e lhe impede de entrar, dizendo que ali havia crianças que corresse pelos fundos da casa e imediatamente o empurra para fora, fechando a porta e a segurando com seu corpo na ausência de fechadura e muito menos tranca ou chave. Logo em seguida ouvimos que o rapaz foi pego e nós, tão próximas que estávamos dentro do pequeno barraco, conseguíamos escutar os pedidos de clemência do jovem ao seu perseguidor. Mais gritos, tiros e correria e, em seguida, o silêncio que indicava que a missão fora cumprida. Nesse momento, a violência nos paralisou, a mãe abre a porta e saímos correndo, sentindo o cheiro de pólvora e de morte. Nesse dia, voltamos trêmulas e emudecidas. Foi preciso certo tempo para poder retomar o trabalho de circulação no território, tempo de elaboração, tempo de esquecimento, tempo para superar a vivência traumática onde sentimos a morte muito perto e onde tememos por nossas vidas. Tempo para transformar esta vivência em experiência compartilhada que cumpre também para nós este escrito. Estávamos em território de guerra, fomos testemunhas da guerra. Sentimos em nosso próprio corpo a angústia e o pavor que vivem cotidianamente esses sujeitos que simplesmente não podem correr para longe dali, para um lugar seguro, e são obrigados a administrar a violência cotidiana que pode irromper a qualquer momento. Como elaborar essas situações? Como esses sujeitos seguem a vida em constante sobressalto? Talvez agora nos seja possível entender um pouco mais a naturalização da violência e da morte e o silenciamento como uma estratégia do psiquismo para seguir vivendo em territórios de guerra. Como estratégia de resguardo do sujeito.

Esses territórios também sofrem fortemente a violência de Estado, no tratamento abusivo e violento com o qual a polícia invade as casas ou faz abordagens aos adolescentes os chamados “atraques”, “paredão”, muitos jovens são agredidos e se reagirem ou resistirem ainda podem ser mortos ou punidos com enxerto de drogas, acabando preso por porte de entorpecentes. Além disso, os adolescentes, muitas vezes, são roubados pela polícia que leva suas armas e dinheiro, deixando o adolescente numa situação muito difícil com o patrão da

boca, pois agora tem com ele uma dívida, deve uma arma e toda a grana da venda da droga. Instaurando-se, assim, relações muito perversas com as instituições que deveriam protegê-los.

Sofrem violência de Estado também pela ausência do mesmo em garantir políticas públicas adequadas e de qualidade, como inclusão produtiva, trabalho e renda, educação infantil, saúde mental, entre outras.

A ausência de políticas que visem a inclusão produtiva e geração de renda força as famílias a construírem múltiplas alternativas que vão desde o trabalho formal precarizado em cooperativas, as quais não respeitam os direitos trabalhistas; o trabalho na informalidade com catação de lixo, guarda de carros, até expedientes de práticas ilegais como trabalho infantil, exploração sexual infantil, pequenos roubos e o trabalho no mercado da droga, havendo, assim, uma multiplicidade de formas e agenciamentos da vida nestas comunidades que criam, como apontam Telles e Hirata (2007), uma zona de indiferenciação entre o legal e ilegal, entre o lícito e o ilícito, o formal e o informal, conformando as dobraduras da trama social.

Ao trabalhar nesses territórios, temos conhecido e acompanhado histórias minúsculas, como diz Foucault (2003), essas “existências destinadas a passar sem deixar rastros” (p. 206), que nos dizem de outros mundos dos quais conhecemos ainda muito pouco, e nos desvelam as dobras escondidas de uma cidade que ninguém quer ver, que ninguém vê. Dessas “histórias minúsculas” é composta a vida destas comunidades.

É nesses territórios que vivem os adolescentes que atendemos no CREAS e com os quais compomos esta pesquisa. São adolescentes que vivenciam toda essa multiplicidade de situações onde está presente a marca da fragilidade e do desamparo, mas que também portam a potência para resistir, para construir o novo, como nos lembra Koltai (2014) a luta pela sobrevivência também pode ser fonte de criatividade.

A eles cabe dar visibilidade nesta pesquisa e construir dispositivos de escuta e elaboração capaz de auxiliá-los neste intenso trabalho psíquico o qual constitui a adolescência nestes contextos, abrindo brechas, criando frestas, iluminando com a palavra e a escuta estes territórios onde a vida pulsa e resiste.

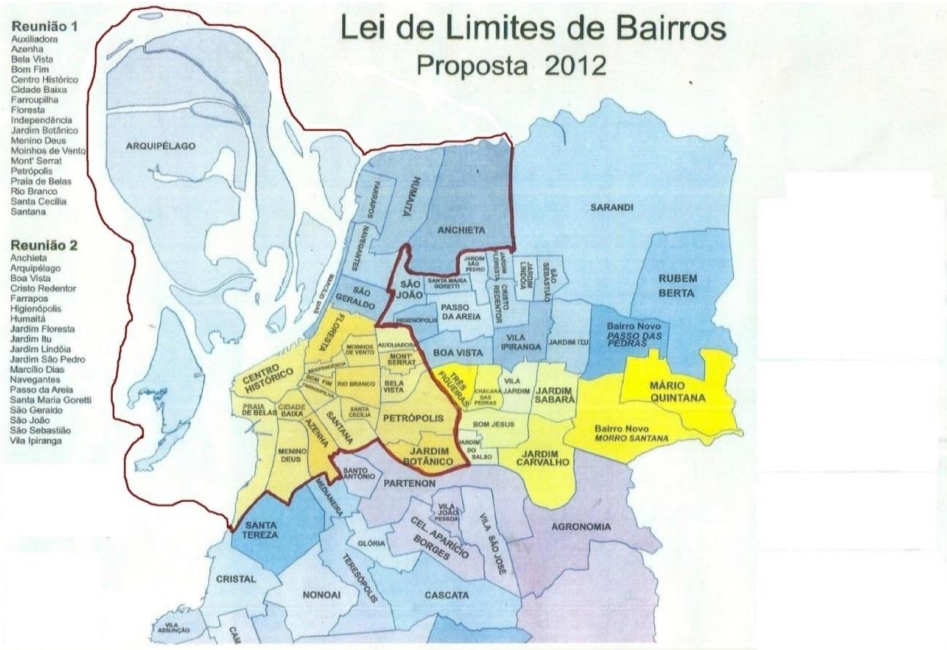


Figura 1. Território circulado em vermelho compõe os territórios referenciados ao CREAS Centro Ilhas Humaitá Navegantes. Azul claro Arquipélago, amarelo Centro, azul mais escuro Humaitá/Navegantes.

3 VULNERABILIDADE E DESAMPARO

O inferno não são os outros, pequena Halla. Eles são o paraíso, porque um homem sozinho é apenas um animal. A humanidade começa nos que te rodeiam, e não exatamente em ti. Ser-se pessoa implica a tua mãe, as nossas pessoas, um desconhecido ou a sua expectativa. Sem ninguém no presente nem no futuro, o indivíduo pensa tão sem razão quanto pensam os peixes. Dura pelo engenho que tiver e perece como um atributo indiferenciado do planeta. Perece como uma coisa qualquer. (Hugo Mãe)

Como vimos no início desta dissertação, a vida em contextos de vulnerabilidade, exclusão social e desproteção sociopolítica produz um enfrentamento constante com o desamparo, situações onde os sujeitos ficam desassistidos tanto de forma material como subjetiva.

O público destinatário da Política Nacional de Assistência Social é definido como “cidadão e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos” (MDS, 2005 p. 33), associados a perda ou fragilidade dos vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, identidades estigmatizadas étnica, cultural e sexual, as desvantagens pessoais advindas das deficiências; a exclusão pela situação de pobreza; a dificuldade de acesso às demais políticas públicas, fragilização pelo uso de substâncias psicoativas; pelas diferentes formas de violência; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho e estratégias de sobrevivência que representem risco.

Tomando em conta as diversas situações que fragilizam o sujeito apontadas na PNAS, destaca-se o conceito de vulnerabilidade como complexo e multifacetado, podendo estar associado à pobreza, mas não se reduzindo a ela.

Esse conceito passou a ser amplamente utilizado no campo da saúde a partir dos anos 80, associado, principalmente aos estudos sobre o vírus HIV (Cruz & Hillesheim, 2016 b). A partir desse período, o conceito passa também a ser usado em outras perspectivas sociais.

Conforme apontam Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima e Martinelli (2002), a vulnerabilidade social não pode ser vista somente pelo índice de pobreza, sendo necessário um olhar também para a inclusão ou não da população em relação aos serviços e às políticas públicas, considerando fatores contextuais, processos e relações sociais. Importante analisar as relações entre a disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos e o acesso do cidadão às oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da

sociedade. Destacando-se, assim, o olhar ampliado sobre este conceito que considera diferentes elementos.

Também na leitura de Traverso-Yepez e Pinheiro (2002), destaca-se a importância de analisar as características, recursos, habilidades e estratégias, individuais e coletivas das comunidades para utilizar o sistema de oportunidades que lhes é oferecido. “A conformação da situação de vulnerabilidade implica a interação dinâmica entre objetividade e subjetividade, entre o contexto e as pessoas nele inseridas” (p. 141). A exclusão social deve ser examinada considerando o acesso às políticas e aos serviços públicos, sem desconsiderar as questões subjetivas, uma vez que, em muitos casos, a fragilização do sujeito é tão intensa que o mesmo não dispõe de recursos subjetivos para chegar até um local de atendimento.

Adorno (2001) acrescenta que o termo vulnerabilidade é usado em relação à exclusão econômica e social. Associa-se a situações onde o indivíduo ou grupo vive uma quebra de vínculos, seja com o trabalho, com a família e/ou com o seu círculo de relações sociais. Destacamos também a leitura realizada por Castel (1997), onde o autor destaca três zonas ao discutir a marginalidade, onde aparece também a relação ao trabalho e aos vínculos relacionais. Destaca a zona de integração, onde o sujeito mantém uma relação estável com o trabalho e significativa inserção relacional; na zona de vulnerabilidade já aparece uma precarização do trabalho e a fragilidade dos vínculos relacionais; e a zona de desfiliação, onde há uma dupla quebra na relação de trabalho e nos vínculos relacionais, ou seja, aparece a ausência de trabalho e o isolamento relacional. Em geral, os sujeitos atendidos no CREAS encontram-se nas zonas de vulnerabilidade e desfiliação, havendo, em suas histórias de vida, a marca da precarização das relações de trabalho e relações sociais, e também muitos já trazem a marca do rompimento dos vínculos, apontando, assim, para a desfiliação.

O conceito de vulnerabilidade também se encontra muitas vezes associado a risco, tanto nos estudos da saúde como na PNAS não se observa discernimento entre eles, remetendo a uma complementariedade (Cruz & Hillesheim, 2016a).

Nas Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, a vulnerabilidade social é entendida de forma ampliada, apontando que a condição de vulnerabilidade deve considerar a inserção e estabilidade no mercado de trabalho, a debilidade das relações sociais e o grau de regularidade e qualidade de acesso aos serviços públicos (MDS, 2011).

Dessa forma, no campo socioassistencial, há uma ampla descrição sobre vulnerabilidade social compreendida não como um Estado, mas como uma condição que pode ser temporária e superada (Cruz & Hillesheim, 2016b).

Nas leituras dos autores citados, observa-se a importância da relação trabalho e vínculos relacionais, apontam que, quando há uma quebra ou precariedade nestas relações, o sujeito entra numa zona de vulnerabilidade, de fragilidade e acrescentamos também numa zona de desamparo e mal-estar.

Lembramos Freud (1914[1974]), que destaca a capacidade de amar e trabalhar como indicativos de saúde mental do indivíduo e quando essas capacidades são abaladas ou interrompidas instala-se o sofrimento, ficando o sujeito vulnerável, fragilizado: “... devemos começar a amar a fim de não adoeceremos, e estamos destinados a cair doentes se em consequência da frustração, formos incapazes de amar” (p. 101).

Também, o trabalho enquanto criação parece trazer a possibilidade do sujeito manter a saúde ou recuperar-se da doença. Freud (1914 [1974]), através dos versos de Heine, acrescenta: “Imagina-se Deus dizendo: A doença foi sem dúvida a causa final de todo anseio de criação. Criando, pude recuperar-me; criando, tornei-me saudável” (p. 102).

Dessa maneira, destaca-se a importância da relação com o outro, bem como a relação com o trabalho enquanto possibilidade de criação, de deslocamento pulsional. Em o *Mal-estar na civilização* (1930 [1975]) Freud aponta para as criações da cultura, para o trabalho da cultura como forma substitutiva, sendo um fator importante na economia das pulsões.

Vemos a palavra exclusão ser apontada nas ciências humanas e na mídia como um dos nomes do mal-estar na contemporaneidade e até um dos nomes principais de seu sintoma. “Os excluídos seriam aqueles que fazem diferença aos ideais da cultura. São todos aqueles que ficam a margem do espelho proposto pelo laço social” (Poli, 2005a p. 12).

E. Broide (2014) acrescenta que os excluídos são aqueles que ficam excluídos da lógica do consumo:

Geram espanto e curiosidade pela presença em excesso: emergem como resto não assimilável da sociedade. Ganham destaque no debate público quando não se submetem às reinserções sociais a eles destinadas, que visam à gestão do desvio, à sua recuperação e à reintrodução à lógica que os produziu como dejetos, a fim de manter a administração do precário. A categoria de excluídos ou vulneráveis surge como nomeação num misto de criminalização, preconceito e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, ao serem assim nomeados, os excluídos ou vulneráveis ganham nas políticas públicas contorno para a assunção de um lugar social. (p. 89)

Broide (2008) assinala que a carência material, a ausência das redes sociais e dos benefícios da cultura, ou, conforme expressão de Bourdieu (1997), a exclusão do mercado dos bens linguísticos e simbólicos, produz graves efeitos.

A miséria causa inundações do psiquismo que se constituem como marcas mnêmicas a princípio inabordáveis, representação coisa, dor sem palavra que levam a atuações no processo primário, atuação motora, para maior dificuldade à simbolização e a construção de um projeto de vida. Isso se dá em função da intensidade da privação, gerada pelas condições materiais de vida. ... Isto ocorre uma vez que é necessário grande investimento psíquico defensivo contra a dor da privação. (Broide, 2008, p. 55)

Com Freud aprendemos que o desamparo psíquico se constitui como uma condição estrutural primordial do sujeito. O desamparo remete a experiência de ser lançado numa dependência absoluta ao outro. Freud aponta o estado de desamparo (*Hilflosigkeit*) do bebê humano como protótipo das situações traumáticas, constituindo-se como uma noção sobre a qual repousa a causa do laço com o outro.

Sobre a palavra *Hilflosigkeit*, Rocha (1999) esclarece:

A palavra *Hilflosigkeit* é muito significativa, uma vez que é composta do substantivo "Hilfe," que quer dizer auxílio, ajuda, proteção, amparo, do sufixo adverbial modal "losig," que indica carência, ausência, falta de, e ainda pela terminação "keit", que forma substantivos do gênero feminino, cujo correspondente em português é a terminação "dade". A palavra *hilflosigkeit* significa, portanto, uma experiência na qual o sujeito se encontra sem ajuda - hilflos - sem recursos, sem proteção, sem amparo. Uma situação, portanto, de desamparo. (p. 334)

Freud (1895[1974]), no texto *Projeto para uma psicologia científica*, aponta para a necessidade de uma “ação específica”, de uma alteração no mundo externo que dependeria de uma “assistência alheia”, ou seja, da intervenção de um outro tutelar para dar conta do mal-estar do bebê ao enfrentar-se com a tensão interna produzida pelo organismo, apontando, assim, para as primeiras experiências de satisfação, as quais têm consequências decisivas para o desenvolvimento. Desse modo, o desamparo abre para a alteridade, é o grito desesperado de ajuda lançado ao outro.

Em *Inibições, sintomas e angustia* (1925/1926 [1974]), Freud refere que a existência intrauterina do bebê humano:

Parece ser curta em comparação com a da maior parte dos animais, sendo lançado ao mundo num estado menos acabado. Como resultado a influência do mundo externo real sobre ele é intensificada e uma diferenciação inicial entre ego e o id é promovida. Além disso, os perigos do mundo externo têm maior importância para ele, de modo que o valor do objeto que pode somente protegê-lo contra eles e tomar o lugar de sua antiga vida intrauterina é enormemente aumentado. O fator biológico, então estabelece as primeiras situações de perigo e cria a necessidade de ser amado que acompanhará a criança durante o resto de sua vida. (p. 179)

Dessa forma, o bebê humano nasce prematuro mesmo que nasce a termo, de forma que nada no seu sistema genético-neurológico lhe define o objeto capaz de acalmar seu mal-estar, diferente de outras espécies, o bebê humano fica exposto às suas necessidades sem recursos biológicos para definir nem com o que, nem como satisfazer essas necessidades e somente

poderá encontrar alívio com a ajuda de uma “assistência alheia” pela intervenção de um outro ser humano tutelar.

Assim, o humano só se constitui na relação com o outro. O outro, através do cuidado e do discurso, vai marcando seu corpo e inscrevendo ali as marcas significantes que o constituirão como sujeito do desejo e, portanto, condenado a estar sempre às voltas com a falta, com a incompletude, com o desamparo. Assim, o laço social com o outro está colocado desde os primórdios da constituição do sujeito, sendo mesmo sua condição, sua causa.

No texto *o Futuro de uma ilusão* (1927 [1974]), Freud, ao examinar a vida mental da criança, vai dizer que a libido segue os caminhos das necessidades narcísicas, ligando-se ao objeto que assegura a satisfação destas necessidades. Assim, a mãe que satisfaz a criança, torna-se seu primeiro objeto amoroso e também sua proteção contra todos os perigos. Sua primeira proteção contra a angústia. Na função de proteção, logo, a mãe vem a ser substituída pelo pai, para com o qual a criança mantém uma relação ambivalente, uma vez que é o pai que a priva da mãe, assim, a criança tanto o teme quanto deseja sua proteção.

Freud (1927 [1974]) situa a origem da criação dos deuses e da religião nessa necessidade de proteção, nesse estado de desamparo, “assim seu anseio por um pai constitui um motivo idêntico à sua necessidade de proteção contra as consequências de sua debilidade humana” (p. 36). Sentir-se amado pelo outro representa uma proteção contra todas as ameaças, porém, a perda deste amor ou a separação de seu objeto de amor é a ameaça maior. O abandono ou a perda do outro amado remete o sujeito à sua condição de desamparo primordial.

Para Freud (1930), o desamparo também é o motor da civilização. O homem ergueu a civilização numa tentativa de diminuir seu desamparo diante das forças da natureza, dos enigmas da vida e, sobretudo, da própria morte. O desamparo no campo social, Freud (1930 [1974]) chamou de *mal-estar* (*Unbehagen*), tendo em vista que a relação do sujeito com a cultura é permeada pelo antagonismo irremediável entre as exigências pulsionais e as restrições da civilização.

Assim, o laço social com o outro, de um lado, é condição de humanização, vida, desejo, civilização e, como diz Hugo Mäe (2014), é também o paraíso, uma vez, que “um homem sozinho é apenas um animal” (p. 15), e por outro lado, como aponta Freud em *Mal-estar na cultura* (1930 [1974]), é também uma importante fonte de sofrimento. Nesse texto, Freud destaca que o sofrimento e o mal-estar nos ameaçam a partir de três direções: “... de nosso próprio corpo, condenado a decadência e a dissolução... do mundo externo que pode se voltar contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas e finalmente de nossos

relacionamentos com os outros homens” (p. 95). Destaca que o sofrimento que provém dessa última fonte talvez seja mais penoso que qualquer outro.

Quando somos atingidos por alguma dessas fontes, a violência, a fome, a doença, a perda, o catastrófico se articula com o desamparo primordial e somos jogados ao enfrentamento com mais ou menos recursos e anteparos diante do traumático.

Na leitura de Rosa (2002a):

No desamparo social o sujeito está à mercê de situações de vida traumáticas em seu cotidiano, atualizando incessantemente o desamparo psíquico constitutivo. A imbricação do desamparo social ao desamparo psíquico revela uma precariedade dos recursos simbólicos dificultando ainda mais a elaboração destas situações. A clínica da assistência passa por construir uma trama de saber no lugar do que aparece como o sem sentido do trauma. (p. 9)

Lembremos que Freud aponta o desamparo como protótipo das situações traumáticas. “As situações tornam-se traumáticas e geradoras de angústia intensa no sujeito na medida em que o confrontam no presente com a impotência de seu estado de desamparo infantil originário” (Betts, 2014, p. 10).

Destacamos que muitas histórias dos sujeitos que trazemos nessa dissertação trazem as marcas de situações e acontecimentos traumáticos, produzindo processos de desorganização subjetiva, onde surge a apatia, silenciamento, impossibilidades de fazer o luto frente às perdas, violência, fragilização das relações sociais. Segundo Rosa (2002a), o traumático é o que está fora do sentido e da significação, não a qualidade de um acontecimento, mas a desestruturante incidência subjetiva daquilo que irrompe sem uma trama de saber.

Rosa (2012b) aponta para a clínica do traumático considerando os casos onde o sujeito não consegue elaborar uma resposta metafórica, um sintoma que possa dizer de seu sofrimento e então constituir uma demanda. A autora identifica nessas situações uma perda do laço identificatório com o semelhante, sofrendo um abalo narcísico que joga o sujeito à angústia e ao desamparo discursivo, desarticulando a ficção fantasmática e promovendo um sem lugar no discurso.

O enfrentamento com todas essas situações de privação e perdas leva o sujeito a um esforço adaptativo enorme, o sujeito é levado ao concreto absoluto, onde, muitas vezes, a única alternativa é o alívio imediato da pressão interna e externa, o que se produz pela via do uso de álcool, da droga, da violência sem limites (Broide, 2008). Acrescentamos a isso também o espancamento dos filhos, a destruição da casa, a fuga, o desaparecimento, a vida na rua, as rupturas dos vínculos, estando assim o sujeito num constante enfrentamento com a experiência de desamparo.

3.1 Uma clínica em construção

Nossa prática nesse campo sustenta-se a partir do que Rosa (2012a) propõe como uma prática psicanalítica clinicopolítica, uma vez que “política e sociedade são termos que relançam e explicitam a articulação da constituição subjetiva com o desejo, o gozo e a dimensão dos laços sociais como laços discursivos” (p. 30).

A concepção de trabalho de uma clínica articulada à dimensão política pretende considerar o que é singular e próprio do sujeito com os elementos ofertados na cultura no campo das relações sociais, que chamaremos de articulações entre clínica e política.

Rosa (2012a) designa essa prática como psicanálise implicada constituída pela escuta dos sujeitos situados precariamente no campo social que permite teorizar sobre as formas como são capturados e enredados pela máquina do poder. Essas teorizações constroem estratégias clínicas junto a esses sujeitos, que remetem à sua condição de desejo no laço com o outro, como aos modos de resistência aos processos de alienação social.

O trabalho é baseado na escuta clínica, mas ocorre na diversidade das intervenções, como no acolhimento inicial, atendimentos individuais, visitas domiciliares, nos acompanhamentos, em suas andanças na cidade, discussão de casos, visitas institucionais, acompanhamento sistemático. De acordo com Rosa (2012a), nosso trabalho nesse campo articula dois âmbitos, com os sujeitos e com as instituições e discursos sociais. “São estratégias que provocam o rompimento da alienação e redesenham uma ficção de si mesmo e do outro para apoio na produção de um lugar discursivo” (p. 36).

A aposta que lançamos para o trabalho nesse campo é o oferecimento da escuta e o acolhimento ao sujeito, uma escuta como testemunho e resgate da memória que tem lugar na diversidade das intervenções. Acolher o sujeito em desamparo e vulnerabilidade social é dar lugar à palavra e, assim, poder relançar significantes e construir alternativas de inscrição no laço social como sujeito de desejo, bem como, de cidadão de direitos. Como escreve Lacan (1957 [1998]): “É que ao tocar, por pouco que seja, na relação do homem com o significante... altera-se o curso de sua história, modificando as amarras de seu ser” (p. 531).

A psicanálise desde Freud também contemplou campos além da clínica *stricto sensu*. Freud nos dá indicativo desse trabalho ao se dedicar à análise de textos literários, bem como quando se dedica a pensar a cultura a partir dos seus chamados textos sociais. Assim, a escuta analítica do sofrimento psíquico singular do sujeito não é indiferente ao campo social, cultural

e político, onde o sujeito está inserido, cabe a nós a construção de dispositivos capazes de acolher e intervir nessas novas apresentações do sofrimento e mal-estar.

Freud, no texto *Linhas de progresso na terapia psicanalítica* (1918 [1976]), lança ao futuro a possibilidade que a psicanálise pudesse ampliar seu alcance em acolher também o sofrimento psíquico dos mais pobres, dos vulnerabilizados, chega a apontar a possibilidade futura da criação de alguma organização ou instituto que pudesse oferecer o atendimento de forma mais ampla e contemplar a atenção e o cuidado também da saúde mental da população.

Sustentar o lugar de escuta e do acolhimento do sujeito na interface com a política pública de assistência social constitui uma prática que nos coloca o tempo todo diante de um desafio e nos confronta também com nosso desamparo, o que nos leva a construir anteparos através do trabalho compartilhado em equipe, bem como auxílio através da escrita, alteridade que cumpre também esta dissertação.

4 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA ADOLESCÊNCIA

É preciso muito tempo para tornar-se jovem.
(P. Picasso)

Desenvolvemos até agora aspectos referentes ao campo da experiência onde teve lugar esta pesquisa, certas especificidades destes contextos de vulnerabilidade e exclusão social, bem como, o atendimento oferecido a estas famílias e seus adolescentes a partir do trabalho desenvolvido pela política de assistência social em um CREAS, demarcando os territórios onde vivem os adolescentes examinados nesta pesquisa.

Neste capítulo nos dedicamos a examinar a adolescência como uma construção histórica e social e as implicações subjetivas desse processo de passagem.

Com o estudo realizado por Coutinho (2009) e Ariès (1978), observa-se que a adolescência nem sempre ocupou um lugar diferenciado como uma faixa etária e que em muitas culturas, este processo de passagem se produzia através de vários rituais coletivos. Em muitas culturas, podemos dizer que a adolescência como a concebemos atualmente não existia.

A adolescência enquanto processo que designa um período específico na vida de um indivíduo é bastante recente e consolidado no século XX. Calligaris (2000) aponta que:

A adolescência é o prisma pela qual os adultos olham os adolescentes e pelo qual os próprios adolescentes se contemplam. É uma das formações culturais mais poderosas de nossa época. Objeto de inveja e de medo, ela dá forma aos sonhos de liberdade ou evasão dos adultos e ao mesmo tempo, a seus pesadelos de violência e desordem. (p. 9)

O conceito de adolescência é bastante tardio na civilização ocidental. O termo adolescente apresentou durante muito tempo um sentido depreciativo e satírico, sendo somente por volta de 1850 que a palavra adolescência foi dicionarizada e adquiriu um sentido mais próximo ao que tem atualmente (Reymond, 2000, citado por Coutinho, 2009).

Até o século XVIII a adolescência confundia-se com a infância. No latim utilizado nos colégios empregava-se indiferentemente as palavras *puer* (menino) e *adolescens*, em francês apenas a palavra *enfant*. Do latim *adolescens*, *adolescere* com o significado de crescer. A longa duração da infância provinha da indiferenciação em relação aos fenômenos biológicos. A infância não era limitada pela puberdade, mas sim pelo fim da dependência. O fim da

dependência era denominado juventude diferente do que chamamos hoje adolescência, pois se tratava de pessoas que apesar da pouca idade, já exerciam funções sociais definidas (Gutierra, 2003).

A ideia de adolescência começa a ser presentida no século XVIII com duas personagens, uma literária, o Querubin e a outra social, o Conscrito. Em Querubin havia a ambiguidade da puberdade e a ênfase recaía sobre o lado efeminado de um menino que deixava a infância, uma imagem de formas rechonchudas que deixava certa dúvida quanto se era menino ou menina, apontando para um tempo de certa indiferenciação. O conscrito representava o embrião social da adolescência, no caso dos meninos, através da valorização da força viril, típica do jovem quando se tratava do recrutamento militar.

O surgimento da adolescência pode ser localizado no contexto do romantismo alemão, movimento cultural e literário que se dissemina fortemente pela Europa ao longo do século XX. Conforme Ariès (1978):

O primeiro adolescente moderno típico foi retratado por Siegfried de Wagner. A música de Siegfried pela primeira vez exprimiu a mistura de pureza (provisória), de força física, de naturismo, de espontaneidade e de alegria de viver que faria do adolescente o herói do nosso século XX, o século da adolescência. (p. 46)

Ao longo da história até o momento atual, encontramos diversas posições diante da adolescência, já se discutindo a hipótese relativa ao fim da adolescência enquanto um período da vida, uma vez que ela se torna um ideal cultural (Calligaris, 2000).

Muitas pesquisas antropológicas verificaram, ao examinar outras civilizações, que comportamentos tipicamente adolescentes na nossa cultura Ocidental moderna não se faziam presentes nestes outros contextos socioculturais. Isto os leva a concluir que tais manifestações dependiam do meio social e não eram específicos de um determinado momento da vida cronológica do homem. Com base nestas observações constrói-se a ideia de que a passagem da infância à maturidade, vivida como crise adolescente é um produto típico da nossa civilização (Coutinho, 2009).

As pesquisas antropológicas examinaram os rituais pubertários ou rituais de iniciação que constituem o patrimônio cultural de determinadas civilizações apresentando um caráter essencialmente coletivo. Em geral os rituais de iniciação apresentam um caráter sexual, simbolizando a entrada no mundo da sexualidade genital o que implica na separação da mãe e a aquisição de uma nova identidade social. Nestas culturas ritualísticas a oposição observada não é entre crianças e adultos, mas entre não- iniciados e iniciados, existindo ainda os que estão em período de iniciação. A iniciação do jovem tanto pode ser breve consistindo

somente numa cerimônia, como pode prolongar-se por vários anos comportando a superação de diversas provas.

Tomando em conta estas pesquisas podemos dizer que a questão da adolescência, enquanto fase crítica é típico de nossas sociedades ocidentais modernas e contemporâneas. Em outras culturas, não há adolescência, mas um momento de passagem marcado por cerimônias ou atos rituais. Bastava essa passagem ritualizada para que fosse atribuído ao jovem seu lugar no laço social e nas trocas afetivas e sexuais.

Gutierra (2014) indica que os ritos de passagem vêm afirmar que para:

... o ser humano incluído na cultura e na linguagem há no momento da puberdade um (re)encontro com o não simbolizado e com a não complementariedade dos sexos, havendo neste tempo um trabalho psíquico do sujeito às voltas com o real do sexo. (p. 22)

O ritual seria uma forma para dar conta daquilo que escapa, mas também uma maneira de limitar, impedir que o jovem acreditasse que a sua força suplantasse a dos semelhantes sem inscrever-se no laço social. “Os ritos iniciáticos funcionariam como mecanismos sociais de reforço do complexo de Édipo assim como do complexo de castração marcando o corte, a perda e a circunscrição simbólica, incluindo o sujeito na lei, na cultura e no laço social” (Gutierra, 2014, p. 22).

Nos séculos XVIII e XIX ocorreram profundas transformações na forma de sociabilidade o que influenciou o conceito de adolescência que temos atualmente. Na idade média, a vida era vivida de forma mais coletiva e o sentimento de interioridade, de intimidade e privacidade quase não existia, sendo muito difícil para um indivíduo estar só. Na modernidade vai se produzir uma alteração neste sentido, surge então a ideia de interioridade e reflexão subjetiva, o que leva a mudanças na vida familiar e até na arquitetura das casas, passando a existir o espaço da privacidade, do privado em contraponto ao público.

A família passa a se organizar a partir dos afetos e da intimidade do casal e dos filhos e não mais a partir da produção e do trabalho. Segundo Coutinho (2009), “a família retirou-se da vida pública, fechando-se no interior da casa e dos castelos, menos expostos à coletividade e a sociabilidade, delimitando assim um espaço de privacidade e intimidade inédito na história” (p. 42). A família representou um marco histórico na definição e diferenciação das esferas pública e privada, deixando de ser prioritariamente transmissora de bens materiais para se tornar a célula transmissora de bens morais. Assim, avançamos no século XIX com o Romantismo que alimentava a solidão e a nostalgia, havendo uma articulação do movimento romântico com a disseminação do individualismo e a concepção do indivíduo único. Temos,

assim, vários personagens românticos, vistos hoje como adolescentes, Werther de Goethe, o herói romântico por excelência, mas também personagens de Flaubert e Balzac.

A adolescência surge na cultura ocidental em um momento histórico onde as esferas privada e pública da vida encontram-se bem delimitadas, mas mantendo uma relação complexa e conflituosa, cabendo ao sujeito que adolece, cujo questionamento típico diz respeito a fazer esta passagem entre ambas, encontrar uma solução individual para o problema. “A dissolução das ofertas identificatórias, dos processos rituais ou marcados pelas tradições, leva o jovem a traçar um processo pessoal e singular, havendo uma subjetivação do que até então era tratado na coletividade” (Gutierra, 2014, p. 23). Através dos romances podemos ver as inquietações de vários jovens frente aos valores da época, da família, ao ideal romântico. Verdadeiros mitos de heróis construídos singularmente e não mais transmitidos pela tradição cultural como nas culturas iniciáticas.

Em seus estudos, Coutinho (2009) examina a profunda modificação subjetiva decorrente das transformações socioculturais que caracterizam o advento da modernidade e a ruptura com a sociedade tradicional medieval, fato que tende a se acirrar nas sociedades contemporâneas. Dessa forma:

... fora de um contexto social onde prevalecia o Holismo e em que o lugar e as expectativas em relação a cada membro eram predeterminadas socialmente pela tradição, o indivíduo moderno deve voltar-se cada vez mais para si próprio, sendo levado a buscar em si mesmo as referências para se sustentar no mundo. (p. 62)

Coutinho (2009) aponta que falar em adolescência só faz sentido ao nos referirmos a um contexto sociocultural individualista, onde a cada um é dado a responsabilidade de gestão de seu próprio destino, inscrevendo-se no laço social da maneira que lhe for preferível ou possível.

Com o advento da modernidade destaca-se o culto ao indivíduo, situando-o como valor supremo em detrimento do grupo. Lash (1983) destaca que o lugar social de cada indivíduo deixa de ser balizado pelos princípios da coletividade, possibilitando liberdade de escolher seu destino e gozar de suas paixões. Esta primazia do indivíduo leva conforme o autor ao rechaço da tradição.

Viver para o momento é a paixão predominante- viver para si não para os que virão a seguir, ou para a posteridade. Estamos rapidamente perdendo o sentido de continuidade histórica, o senso de pertencermos a uma sucessão de gerações que se originaram no passado e se prolongarão no futuro. É o enfraquecimento do sentido do tempo histórico. (Lash, 1983, p. 25)

Birman (2008) aponta que as transformações ocorridas na família principalmente após os anos 50/60 produziram novas modalidades de subjetivação. Destaca principalmente as mudanças ocorridas na posição da mulher, com o acesso ao mundo do trabalho e a saída de casa o que produziu alterações no cuidado dos filhos, surgindo assim os espaços da educação infantil, creches e babás. Também com a possibilidade do divórcio novas possibilidades de conjugalidade passaram a ter lugar. As crianças e adolescentes passaram a se inscrever numa outra economia familiar. As famílias recompostas trouxeram também outras formas de parentalidades.

Ponto importante destacado por Birman (2008) é que as figuras parentais passaram a buscar a realização singular de seus desejos e projetos existenciais sustentando um ideal de experimentação permanente em oposição ao antigo código familiar monogâmico. Dessa forma um estilo adolescente de existência se disseminou pelo espaço social. Em decorrência disso a autoridade simbólica das figuras parentais se fragilizou de forma progressiva e os filhos adolescentes começaram a encará-los como quase iguais e quase como parceiros na aventura inquieta da existência produzindo com isso uma transformação radical na economia simbólica da família.

Nesta perspectiva Kehl (2004) e também Calligaris (2000) falam da transformação da adolescência em um ideal cultural na contemporaneidade, onde todos aspiram ser jovens. Apontam que a adolescência virou o ideal de todo adulto, ou seja, o ideal de se manter jovem, sem rugas, forte. Temos, assim, a corrida desenfreada às cirurgias plásticas, às academias de ginástica, na luta pelo corpo jovem. Mas se o ideal do adulto é o adolescente, cabe perguntar o que se coloca como ideal para o adolescente? Quem vai ocupar o lugar do adulto na relação com o adolescente? Como fica a dose de alteridade geracional tão importante para a constituição do sujeito adolescente? Essas são questões de extrema importância e certamente incidem na constituição das subjetividades de nosso tempo.

Conforme Kehl (2004) e Birman (2008), os adultos enfrentam dificuldades para realizar a transmissão para os adolescentes, uma vez que estão identificados aos ideais *teens*. Diante de uma sociedade onde o adolescente é erigido à posição de ideal para todas as idades, os adultos passam a sofrer de má consciência diante de sua experiência de vida. Dessa forma, tem se produzido omissões em oferecer aos adolescentes parâmetros mínimos para orientar o crescimento dos filhos o que tem produzido para muitos desamparo e deriva subjetiva.

O texto de Kehl (2004) aponta ainda que a juventude foi tomada pelo capitalismo e transformada numa nova fatia de mercado e a partir daí “viva o jovem”, ser jovem virou slogan, clichê publicitário e um poderoso exército consumidor. A autora aponta que na

sociedade pautada pela indústria cultural as identificações se constituem por meio das imagens industrializadas.

Também conforme Calligaris (1996), quando recalamos nossas heranças para sermos indivíduos, sofremos de uma espécie de carência de recursos identificatórios, o que leva à construção de identidades imaginárias no lugar de identificações.

Assim a cultura da sensualidade adolescente, da busca de prazeres e novas sensações inclui todos os adolescentes. Do filhinho do papai ao morador de rua, do jovem subempregado que vive na favela ao estudante universitário, do traficante à patricinha. Todos os adolescentes se identificam com o ideal publicitário do jovem hedonista, belo, livre, sensual (Kehl, 2004).

Observamos estes efeitos também nos adolescentes que atendemos, sobre eles também se inscrevem os desejos pelos mesmos objetos de consumo, desejam o tênis Nike, as correntes no pescoço, o corte de cabelo da moda inspirados em jogadores, fanqueiros ou MCs. Isto nos remete à proposição de Broide (2010) sobre a inclusão imaginária via consumo, que possuir um destes objetos representa certa experiência de reconhecimento mesmo que imaginária. Associamos a um recorte clínico, trata-se de M. um adolescente muito fragilizado e em completo abandono familiar que circula em várias casas sem conseguir constituir algum lugar de pertencimento que conta ter conseguido um trabalho em um mercado de bairro, onde trabalharia das 8 às 23 horas, de segunda a segunda com uma folga durante a semana somente porque precisava cumprir medida socioeducativa. Faz este relato muito contente, pois já havia recebido pela primeira semana de trabalho e compareceu para o atendimento de liberdade assistida todo arrumado com camiseta nova, corte e luzes no cabelo, e brincos. No atendimento, fazia planos do que ainda gostaria de comprar, sem nenhum questionamento pela excessiva jornada de trabalho. Valorizando, assim, sua imagem reconhecida pelo olhar do outro portando os objetos de reconhecimento e inclusão via consumo, mesmo que para isso ficasse sem o dinheiro para o almoço da semana.

Também ouvimos a fala de algumas mães que contam que compraram um tênis de marca para o filho e que pagarão em 10 vezes comprometendo bastante seus poucos salários. Contam queixosas, mas ao mesmo tempo satisfeitas por atender o pedido do filho. Também muitos adolescentes ingressam na criminalidade em busca de poder ter acesso a esses objetos.

A cultura do capital oferta uma pluralidade de imagens sobre o ser adolescente, com as quais alguns se identificam ou buscam ardentemente atingir. “Os ritos de passagem ofereciam uma direção única, mas reconhecida por toda a comunidade, já a modernidade

apresenta uma dispersão ligada à cultura do consumo, inserindo o jovem nesse banho imaginário, na qual ele muitas vezes se perde” (Gutierra, 2014, pp. 23-24).

Gutierra (2014) também destaca que as várias teorias da psicologia do adolescente acabam por caracterizar a adolescência a partir de certos padrões generalizantes, constituindo assim uma certa adjetivação do que seria “O adolescente”, havendo, assim, uma naturalização de uma descrição comportamental dos adolescentes como se houvesse uma essência conhecida do adolescente, ficando assim excluída a singularidade possível a cada sujeito adolescente.

4.1 Adolescência: implicações subjetivas de um processo de passagem

Meu Deus! Meu Deus! Como tudo é esquisito hoje! E ontem estava tudo tão normal. Será que mudei durante a noite? Deixe ver: eu era a mesma quando me levantei hoje de manhã. Estou quase jurando que me sentia um pouquinho diferente. Mas se não sou a mesma então o que é que eu sou? Ah, aí é que está o problema. (Lewis Carrol)

Sou muito preparado de conflitos.
(Manuel de Barros)

As palavras de Alice nos dão a pista no sentido de apontar para as particularidades nesse tempo de passagem que constituiu o adolescer. Segundo Calcagnini (2007), adolescer é o verbo das transições, põe em jogo o movimento, a ação de passar de uma posição a outra. Com a psicanálise reconhecemos que a adolescência muito mais que um tempo cronológico é um tempo de construir uma nova posição subjetiva o que exigirá um intenso trabalho psíquico.

Nesta passagem, Freud nos aponta a importância do período pubertário, onde mudanças significativas irrompem de forma abrupta, produzindo efeitos significativos na subjetividade. Embora não utilize o termo adolescência, no texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905 [1972]), Freud realiza uma importante abordagem sobre o tema.

Freud (1905 [1972]) fala das mudanças destinadas a dar a vida sexual infantil sua forma final, a pulsão sexual autoerótica encontra agora um objeto sexual. No texto acima referido, ele nos fala sobre a gênese do sujeito e todas as transformações importantes deste período que denominava puberdade. Nesse momento, a puberdade é entendida como tempo de unificação das pulsões sob o primado da zona genital, como o último tempo da

organização sexual. Situa a puberdade como o tempo do primado da genitalidade, do encontro com um objeto sexual alheio e tempo de conclusão do desenvolvimento psicosssexual. “Na puberdade introduzem-se as mudanças que levam a vida sexual infantil a sua configuração normal definitiva” (p. 195).

Freud (1905/1972) aponta para o delicado momento que o sujeito vive nesta fase ressaltando que a puberdade é um tempo de combinações e recomposições dos elementos da vida sexual infantil, constituindo-se num período oportuno para ocorrerem perturbações patológicas. Também a puberdade representa um momento importante de efetivação das diferenças sexuais, e na busca pelo objeto sexual alheio. A satisfação antes autoerótica agora busca os caminhos em direção a um objeto externo.

Nesse período, Freud (1905/1972) demarca também uma das realizações psíquicas mais significativas e também uma das mais dolorosas, o desligamento da autoridade dos pais.

Será no rompimento com o amor incestuoso parental que o adolescente se dirigirá à cena social, onde outros objetos se apresentarão para substituir o objeto de satisfação perdido. No texto *Romances familiares* (1909 [1976]), Freud diz que para o desenvolvimento normal do sujeito e para o progresso da civilização essa operação de separação e ruptura entre duas gerações – pais e filhos – é fundamental.

Ao crescer o indivíduo liberta-se da autoridade dos pais, o que constitui um dos mais necessários, ainda que mais dolorosos resultados do curso do seu desenvolvimento. Tal liberação é primordial e presume-se que todos os que atingiram a normalidade lograram-na pelo menos em parte. (Freud, 1909 [1976], p. 243)

Segundo Backes (2011), nesse processo o adolescente tem de construir um lugar social que não é mais aquele da família, porém, um lugar subjetivo enquanto sujeito no mundo. Faz parte desta construção tomar a palavra e falar em nome próprio. Trata-se, portanto, da construção de um lugar subjetivo que também é social. Trata-se de uma passagem da casa para a rua, da família para o social.

Nessa passagem, nessa transição se produz o enfrentamento com muitas perdas. A perda do corpo infantil, do estatuto de criança, a perda dos pais enquanto figuras idealizadas, a perda do olhar de reconhecimento, a passagem de uma sexualidade autoerótica para o estabelecimento de uma relação ao Outro sexo.

Lacan (1957/1958 [1999]), no seminário *As formações do inconsciente*, constrói uma releitura sobre o Édipo e a castração discorrendo sobre a metáfora paterna, oferecendo contribuições para a compreensão sobre o que está em jogo na adolescência. Apontando o complexo de Édipo como:

... função normativa, não simplesmente na estrutura moral do sujeito, nem em suas relações com a realidade, mas quanto à assunção de seu sexo. ... A virilidade e a feminilidade são os dois termos que traduzem o que é essencialmente a função do Édipo. (p. 171)

As vicissitudes da passagem pelo complexo de Édipo e a identificação construída com o pai constroem os elementos, “os títulos de propriedade”, que o sujeito usará quando chegar o momento da puberdade (Lacan, 1957/1958 [1999]).

Essa passagem pelo Édipo coloca o sujeito em um enfrentamento radical com a falta e oferece também uma promessa. Essa promessa de gozo adiada, para o “quando você crescer” na adolescência, se mostra enganadora, uma vez que o acesso ao gozo é sempre parcial. Na adolescência, a decepção que a promessa de um gozo outro apresenta traz duas consequências: o tornar-se grande exige uma reconstituição da imagem do corpo em valor e estatuto e também onde o Outro está em pane de consistência imaginária (Rassial, 1997).

Temos um belo exemplo destas questões no texto de Wedekind (1891), o *Despertar da primavera*, quando o excesso pulsional, o saber sexual da infância não dá mais conta e o sujeito se enfrenta com a tarefa de construir um novo saber. Nessa peça vemos os protagonistas Melchior e Moritz no encontro com as primeiras sensações genitais e em suas conversas se desvela os enigmas sobre o sexo e a angústia que este enfrentamento produz. Wedekind (1891) também apresenta o doloroso desafio de construir uma separação deste grande Outro primordial encarnado nas figuras parentais. A irrupção do real do sexo nesse momento da puberdade tem mesmo o efeito de um raio, que pode desnorrear e levar o adolescente ao confronto com algo da ordem do traumático, como expressa as palavras de Moritz: “Na hora eu pensei que um raio tinha me acertado” (p. 8). Interessante metáfora para dizer deste forte impacto que o enfrentamento com o real do sexo produz, tanto na relação com o corpo, com o desejo, com o Outro sexo, e com o Outro parental, ou como melhor diz Lacan (1974 [2003]): “... a sexualidade faz furo no real” (p. 562), com o despertar dos sonhos, exigindo a construção de um saber para velar a falta.

Para Rassial (1999), “a puberdade fisiológica perturba a imagem do corpo construída na infância” (p. 17), ocorrendo uma mudança no estatuto imaginário do corpo. Ao adolescente cabe uma reapropriação da imagem corporal sob o olhar do Outro, agora situado no campo da diferença sexual. As perguntas sobre o ser, sobre o sexo, sobre o próprio desejo e o desejo do Outro, surgidas na infância e silenciadas na latência são agora redespertadas na adolescência.

Parado na frente do espelho, caçando espinhas, medindo as novas formas de seu corpo, desejando e ojerizando seus novos pelos ou seios, o adolescente vive a falta do olhar apaixonado que ele merecia

quando criança e a falta de palavras que o admitam como par na sociedade dos adultos. A insegurança se torna assim o traço próprio da adolescência. (Calligaris, 2000, p. 25)

A passagem adolescente busca ressignificar subjetivamente o sujeito perante o social, demarcando um padecimento singular, pois não é mais criança, nem completamente adulto, encontra-se numa própria indefinição de seu lugar na cultura, tal condição como aponta Rassial (1999) o assemelha a um imigrante que ainda não se sente em casa em seu novo lar.

Às voltas com tantas mudanças no estatuto e no valor do corpo, o sujeito adolescente precisa fazer uma apropriação da nova imagem. Como na infância foi necessário que o olhar do outro a reconhecesse e confirmasse sua imagem no estádio do espelho⁸, algo semelhante acontece na adolescência. Essa imagem passa a ter importância para o olhar de um novo Outro, agora situado nas relações para além da família. Aparece a necessidade de um olhar que confirme sua nova imagem como desejável e desejante.

Segundo Rassial (1997):

O primeiro efeito da puberdade é o corpo da criança que se transforma em corpo de adulto por um lado, para o adolescente, isto que se nomeia como os atributos secundários, (a troca de voz, a pilosidade, o crescimento dos seios, etc.), são tão importantes se não mais que a maturidade dos órgãos genitais, stricto sensu. Por outro, o adolescente deve efetuar um trabalho de apropriação, ou antes, de reapropriação da imagem do corpo tal como ela foi construída na primeira infância, por volta da época chamada estádio do espelho ... Com efeito na adolescência o que garante essa imagem do corpo não são mais o olhar e a voz dos pais, em particular a mãe, mas o que verão e dirão os seus pares e, sobretudo os eventuais parceiros do outro sexo. (p. 77)

Podemos apontar aqui, apoiados nas propostas de Rassial (1999) e de Calligaris (2000), a importância que assume para o adolescente seu grupo de iguais. No grupo de iguais formam-se critérios mais claros de admissão, certas cerimônias e rituais que constituem um dentro e um fora. É possível ser reconhecido e a partir daí reconhecer-se como adolescente através de determinados atos compartilhados, constituídos e testemunhados pelo grupo.

Também Kehl (2000) em seus escritos sobre a *Função fraterna* aponta a adolescência como o tempo “das grandes formações fraternas” (p. 41). Destaca que o grupo funciona como garantia de reconhecimento dos traços identificatórios e como campo de novas identificações exogâmicas. Também aponta que a fratria estabelece laços de cumplicidade para contestar os limites, contestar a autoridade através das transgressões, “como moções de liberdade legitimadas pelo grupo possibilitando o enfraquecimento do poder de verdade absoluta que a palavra paterna tem na infância” (p. 41).

⁸ Conceito elaborado por Lacan, J. (1998) no texto O estádio do espelho como formador da função do eu. In Lacan, J. (Org.), *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Campo Freudiano no Brasil.

A passagem adolescente da família ao laço social, conforme expressão de Rassial (1997), realiza-se pela reinscrição do sujeito em um lugar Outro que aquele de sua origem.

A adolescência também coloca aos pais um trabalho a ser realizado exigindo desses um reposicionamento na relação com o filho, também existe aqui o enfrentamento com a perda do filho enquanto a criança idealizada.

Alberti (2004) fala da presença dos pais junto ao adolescente como fundamental, para que ele possa desenvolver a sua função de separação. “É porque os pais estão lá que o adolescente pode escolher lançar mão deles ou não... se os pais não estão presentes ele não poderá sequer fazer essa escolha” (p. 10). Aponta que a adolescência é “um longo trabalho de elaboração de escolhas e um longo trabalho de elaboração da falta no Outro” (p. 10).

Do lado dos pais, temos a angústia e, muitas vezes, a sensação de impotência, de estranheza diante desse filho que ele já não reconhece, e isto pode levá-los a desistir de ocupar seu lugar em relação ao filho. “Sendo aí os pais que se separam dos filhos” (Alberti, 2004, p. 10).

A autora acrescenta dizendo que diante desse abandono dos pais a única solução encontrada pelo adolescente é de lutar para chamar a atenção destes pais, iniciando-se, assim, uma série de dificuldades e problemas da adolescência que será tanto maior quanto menor tiverem sido as referências primárias imprescindíveis para o exercício das escolhas.

Também Rassial (1997) acrescenta que a adolescência dos filhos representa um desafio aos pais, representando também uma mudança de lugar.

Ser pai ou mãe não é uma qualidade intrínseca do ser humano, a partir do momento em que assegurou sua função de reprodução (pode abandonar seus filhos) e é inicialmente uma função, pois uma posição ocupada em relação a um outro sujeito, e modificada, e até mesmo revirada, quando esse outro sujeito de criança torna-se adolescente, depois adulto. Não é a mesma coisa ser pai ou mãe de uma criança e tornar-se pai ou mãe de um adulto, não apenas pelas razões sociais e jurídicas ..., mas também por razões psíquicas.

A adolescência dos filhos, que neles provoca crise, fará também crise, uma crise necessária, para a organização familiar, obrigando os pais, como pessoas, a reinventar seu lugar... Os pais têm então de separarem-se do que parecia uma parte deles mesmos, efetuar, eles também, um trabalho de luto. (p. 75)

Backes (2011) aponta que compõe a trajetória adolescente interrogar os lugares materno e paterno, colocando em xeque qualquer forma de composição parental frequentemente na forma de oposição e rebeldia. É através da família que o adolescente se inscreve numa filiação, através dos pais e avós que o adolescente vai conhecer sua história e se apropriar dela.

Continua a autora dizendo que esses lugares parentais se recolocam no social, no público, nas diferentes estruturas sociais por onde o adolescente circula, portanto, a

configuração destes lugares ressurge para o adolescente no momento da passagem da casa para o social.

Conforme Rosa (2002b), na adolescência, novas operações se processam para validar outro discurso além do discurso paterno: operações que possibilitam o pertencimento e o reconhecimento do jovem como membro do grupo social e que dependem das formas, condições e estratégias oferecidas pelo grupo social. O discurso e a promessa familiar não serão mais o único esteio, o adolescente se dirigirá à cena social na busca de novos saberes com os quais identificar-se e construir um lugar singular.

Essas são questões importantes que estão presentes na história das famílias que temos acolhido e que nos dizem do sofrimento nesse momento da adolescência de seus filhos. Também interrogamos em muitas histórias o quanto esses pais e mães de fato conseguiram fazer função diante de seus filhos? O quanto conseguem sustentar seu lugar de transmissão na relação com o filho? Em geral, as famílias atendidas no CREAS são monoparentais, contando somente com a mãe no cuidado e sustento da família. É frequente encontrarmos famílias numerosas onde os filhos são fruto de diferentes relacionamentos da mãe e, em geral, essas crianças e adolescentes não contam com o apoio tanto afetivo como material do pai, crescendo muitas vezes sem uma referência masculina, sem sequer saber quem é seu pai, se é vivo ou morto. Carecem também de um discurso sobre o pai, uma vez que muitas mães não conseguem falar nada para os filhos em relação a seus pais, ficando assim um vazio a respeito de sua origem, ou um discurso desqualificador é proferido expondo de forma muito dura ao filho o abandono do pai. Essas crianças e adolescentes carecem muitas vezes até mesmo da presença física da mãe, ocupadas que estão com a manutenção financeira da casa, ou entregue a processos de adoecimento, como depressões e dependência química. Que adolescências esse contexto pode produzir? Essas são questões importantes por apontarem para certas diferenças na constituição subjetiva que aí podem se produzir, mas só poderemos examinar de fato que incidências essas diferenças produzem a partir da particularidade de cada caso, evitando assim concepções generalistas.

Rosa e Vicentin (2010) referem que:

A adolescência toma características particulares quando as perspectivas sociopolíticas e econômicas dificultam o acesso, de modo diversificado entre os grupos sociais, ao mundo produtivo e à independência econômica. Esse contexto social produz desdobramentos importantes, a começar na família, onde se processa um distanciamento, ou mesmo uma quebra da identificação da geração anterior com a atual, dinâmica relacional que gera ambiguidade dos pais em relação à própria posição em relação aos filhos. O discurso social incide de modo mais intenso nas situações em que as famílias têm suas posições desqualificadas enquanto transmissoras, evidenciando que a diferença de classes e de lugar na estrutura social tem desdobramentos fundamentais no discurso sobre o jovem. (p. 118)

As autoras prosseguem dizendo:

Não é indiferente o fato de o discurso social ser enunciado por pais que, marcados pela divisão entre desejo e lei, têm o gozo no plano da fantasia e estão implicados na relação com o filho, podendo lhes transmitir os significantes de sua filiação e sexualidade. Em relação aos jovens de famílias marginalizadas, constata-se a desvalorização e apagamento do discurso familiar, desautorizado pelo discurso social, intermediado pela voz da mídia, da polícia, do promotor, a emitir enunciados identificatórios carregados de predições desqualificadoras e generalistas como “é um menino da favela, da gang” etc. Parra esses jovens, em oposição aos ditos de família, é oferecido apenas um discurso social sem polissemia, sobre um jovem abstrato, que não lhe diz respeito, que não é “filho”. (Rosa & Vicentin, 2010, p. 118)

As autoras chamam a atenção para o particular que afeta a constituição dos lugares para as famílias e jovens que se situam precariamente no laço social, que vivem em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Como lembram Catroli e Rosa (2013), “o lugar que é destinado ao jovem num determinado contexto social pode produzir apenas abandono e deriva subjetiva” (p. 298). O imaginário social evidencia, segundo Castoriadis (1988), o lugar concreto que ocupam os indivíduos na sociedade. Tais lugares permitem hipotetizar de que forma tais realidades ou fantasias dos grupos sociais produzem discursos e atribuem lugares específicos ao jovem no imaginário social e parental.

Conforme informa Rosa (2002b), “a construção da subjetividade fica articulada aos laços sociais possíveis em dados grupos sociais, podendo promover mudanças estruturais e ou vinculações a laços sociais perversos” (p. 229). Muitas imagens circulam no imaginário social sobre o jovem e principalmente o jovem que habita as vilas, as periferias das grandes cidades. Este imaginário social alia, muitas vezes, esse jovem à violência, delinquência e agressividade.

Rosa e Vicentin (2010) denunciam a crescente criminalização e patologização da juventude pobre, como forma de encobrir determinados processos sociais que discriminam a pobreza e encobrem o desinvestimento da sociedade em relação a estes jovens. Acrescentam a necessidade de ampliar o olhar e ação para a complexa e muitas vezes restrita trama na qual estes jovens se inserem socialmente, apontando que somente uma articulação coletiva entre diversos atores sociais e instituições que acompanham estes jovens poderá criar alternativas a este circuito.

Broide (2010) destaca que as atividades ilícitas no território trazem além de um maior ganho em dinheiro, trazem também o que um adolescente mais deseja, a adrenalina e a saída da invisibilidade. O tráfico, com suas regras, reconhece o trabalho e o saber dos adolescentes é reconhecido, permitindo o acesso a produtos emblemáticos da globalização,

como as marcas de grifes, armas, dinheiro, que significam o acesso à sexualidade, ao status, ao respeito dos pares, o que captura o jovem no imaginário da potência. Diante da ausência de outras formas de reconhecimento na cena social, a vinculação a grupos que exercem ações criminosas aparece para muitos como uma possibilidade.

Guerra, Soares, Pinheiro e Lima (2012), em suas pesquisas⁹ sobre o jovem e sua articulação com a criminalidade, constroem a hipótese de que para estes jovens ocorre um curto-circuito no compasso de espera que a adolescência representa. As autoras apontam que contrariamente à ideia de uma ampliação da adolescência na atualidade ocorreria um curto circuito entre infância e vida adulta quase suprimindo o tempo da passagem adolescente para os jovens envolvidos no crime. Guerra et al. (2012) assinalam que os jovens entrevistados em suas pesquisas passam pela puberdade, mas não pela adolescência.

Em nossa experiência de acompanhamento realizado com as famílias no CREAS, observamos que os adolescentes desde muito cedo adquirem certa autonomia, ou melhor dizendo, pelo efeito do desamparo, são obrigados a “se virarem”, e na maior parte das vezes com pouco ou nenhum amparo familiar, tendo de responder por suas necessidades básicas e assim o desejo por trabalhar assume mais importância do que a formação escolar, uma vez que a luta pela sobrevivência se impõe muito cedo a esses jovens. O que vemos são os adolescentes se envolvendo com alguma atividade que possa lhes dar alguma renda, seja pelo trabalho, seja pelo crime. Aparecendo, assim, estratégias que se armam pelo trabalho informal precarizado e/ ou o envolvimento com o tráfico de drogas e também para as meninas o envolvimento em situações de exploração sexual.

Para esses adolescentes, o que parece não se produzir é esse tempo de formação, preparação, e podemos dizer também elaboração para um futuro onde aí sim com certa formação e mais recursos simbólicos e educativos, com a proteção e amparo de família, viriam assumir responsabilidades com o trabalho e constituir família. Os adolescentes que escutamos em nosso trabalho clínico no CREAS são jogados com menos recursos e precocemente a responder por responsabilidades do mundo adulto, o que não se produz para eles sem angústia, sintomas e trauma. Muitas vezes, as primeiras experiências no exercício da sexualidade transformam meninas e meninos em pais. Em geral, em relações muito superficiais e precárias onde a adolescente acaba por criar o filho sozinha ou com ajuda mínima de sua família. Assim se constitui o que Kehl (2008, p. 62) chamou de “uma nova

⁹ Trata-se das pesquisas: *A construção do laço social de jovens moradores de territórios com alto índice de criminalidade violenta* (2008) e *a Incidência do pai na subjetividade de jovens envolvidos com a criminalidade* (2010).

geração de filhos da mãe, com pais ausentes ou desconhecidos”. A autora destaca que muitas vezes para estas adolescentes a gravidez passa a ser um sentido para a vida, para preencher o vazio de vidas sem perspectivas e sem projetos.

Por outro lado, a partir de estudos antropológicos, Paim (1998) aponta em suas pesquisas que a primeira gravidez pode funcionar como rito de passagem para a vida adulta nas mulheres de grupos populares, onde os valores da maternidade são tidos como elementos constitutivos da identidade feminina. Assim, nos grupos populares os objetivos e projetos são diferentes, onde o ser mãe e ser esposa aparecem como objetivo e não tanto a formação escolar ou o trabalho.

Muitos jovens envolvem-se com o trabalho da catação de resíduos recicláveis, puxando carrinhos de papel, fazendo a coleta pela cidade, outros passam a cuidar carros, ou vender algum tipo de produto, como pano de prato, balas etc., encerrando muito cedo sua relação com a escola. Outros também são enlaçados pelo trabalho com o tráfico de drogas.

É importante destacar a violência do Estado sobre esses jovens pela ausência de políticas sociais como de educação infantil. Nessas comunidades onde trabalhamos, tem sido quase impossível para uma adolescente que se torna mãe conseguir uma escola infantil para seu bebê, o que limita muito suas possibilidades de retomar seus projetos (trabalho, estudos), elas ainda comumente sofrem preconceitos das instituições escolares que as olham com recriminação.

Também não há políticas públicas que possam acolher os adolescentes com baixa escolaridade em projetos de trabalho e renda. Os projetos de Jovem Aprendiz e Aprendiz legal conforme determina a lei da aprendizagem, apresentam critérios que acabam por excluir estes adolescentes mais vulnerabilizados. Assim, observamos que para esses jovens constituir um lugar de inscrição e reconhecimento na cena social apresenta muitos desafios, e os obstáculos são muitos.

Também observamos que cada vez é maior o número de adolescentes que abandonam a escola, acreditamos que essa situação tem múltiplas causas, mas também não podemos atribuir somente ao adolescente a responsabilidade pela evasão, cabe também poder provocar a interrogação sobre essa situação na instituição escolar. Tem sido frequente nas discussões de casos com a escola escutarmos a falta de investimento nos adolescentes, um discurso que não consegue fazer nenhuma aposta naquele adolescente. Dificuldade ainda maior quando trata-se de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, nesses casos, enfrenta-se discriminação e preconceito de forma explícita com a negação de vaga, o que tem nos levado a constituir fóruns de discussão com escolas e judiciário no questionamento deste tipo de

situação e na busca da construção de práticas mais inclusivas, procurando abrir uma brecha em um discurso que dá ao adolescente um lugar de delinquente, um lugar sem esperança de que outro caminho seja possível e que outros significantes possam ser inscritos e enunciados sobre este jovem.

Associamos aqui um pequeno recorte clínico a partir de um atendimento realizado a Moisés¹⁰ no cumprimento de sua medida socioeducativa. Moisés, 16 anos, dizia de sua urgência em arranjar trabalho, uma vez que precisava comprar uma casa para morar, dizia da urgência em construir somente com seus recursos um lugar para viver, uma vez que com a mãe não podia morar visto estar ameaçado pelo tráfico de drogas daquela região, inclusive já tendo sofrido tentativas de assassinato (há poucos dias havia levado um tiro que por sorte pegou no braço de raspão). Com a irmã, estava difícil seguir, visto as inúmeras cobranças do cunhado para que fosse trabalhar e “desse um jeito na vida”, com o irmão repetia-se as palavras duras que exigiam que ele assumisse uma posição de homem e fosse trabalhar. Todas essas falas acompanhadas, muitas vezes, por agressões físicas e expulsões da casa desses familiares. Seu pai parece não ter conseguido sustentar um lugar de referência na família, circulando também pela casa dos filhos sem um lugar próprio para viver, mas mesmo assim somando-se aos demais filhos em desferir sobre Moisés a demanda que “tomasse jeito na vida e arrumasse um emprego”. Moisés, por sua vez, fazia suas tentativas de saída da vida no tráfico, mas encontrava-se em um total desamparo, visto suas possibilidades de se inscrever formalmente no mundo do trabalho ficar muito restrita devido à sua baixa escolaridade e enorme dificuldade de expressão. Apesar disso realizava tentativas de inscrição através de trabalhos precarizados e sem registros formais, os chamados bicos, que lhe permitiam às vezes somente o alimento do dia ou a compra de algum objeto de consumo, como um boné, ou um corte de cabelo da moda, vivendo numa constante instabilidade e desamparo, mas tentando dar conta de construir o próprio abrigo e um lugar longe do tráfico.

Moisés nos conta que frequentou a escola somente até o 3º ano e com constrangimento diz que não sabe ler nem escrever, escreve somente seu primeiro nome, mas que gostaria de poder voltar a estudar e trabalhar. Nesse caso, estamos há vários meses aguardando uma vaga para sua inclusão em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Enquanto isso, a vida não para e ele já se mudou para um outro território da cidade, onde encontrou acolhida na casa de uma nova namorada.

¹⁰ Nome fictício para preservar a identidade do adolescente.

Esse pequeno recorte apresenta uma diferença em relação aos adolescentes que pertencem a uma outra classe social, que encontram uma maior sustentação econômica e também de acesso aos bens da cultura, o que possibilita mais recursos no enfrentamento das dificuldades.

Cabe examinar, a partir da história singular de cada adolescente, quais as estratégias de subjetivação e inscrição no laço social que lhe é possível construir, articulando o que é próprio do sujeito ao que lhe é oferecido pela cultura. Atravessados por estas questões, nos lançamos nessa pesquisa a escutar os adolescentes através do dispositivo das rodas de conversa que detalharemos nos próximos capítulos.

5 MAPEAMENTO METODOLÓGICO

Delineamos a seguir a maneira como fomos construindo essa pesquisa, compondo nosso caminho metodológico sustentados pela ética da psicanálise e pela escuta dos sujeitos atendidos a partir de uma política pública. Desta forma tomamos como nossas referências a pesquisa psicanalítica e a construção de dispositivos clínicos que possibilitassem operar neste campo de trabalho.

5.1 Psicanálise: clínica e pesquisa

A proposta metodológica dessa pesquisa sustenta-se no entendimento acerca da pesquisa psicanalítica, que enlaça a clínica, pesquisa e intervenção. Com base nos trabalhos fundadores de Freud e Lacan, os princípios que norteiam a pesquisa em psicanálise não diferem daqueles que estabelecem seu exercício clínico, apontando, assim, a importância do desejo do pesquisador na constituição do enigma que seu trabalho busca desvendar.

Conforme destaca Birmam (1992), a clínica psicanalítica se constrói no lugar privilegiado onde se constrói a teoria em psicanálise e não a aplicação da teoria que se constitui em outro espaço. Dessa forma, as interrogações e questões teóricas surgem na sua prática e nela buscam espaço de elaboração. A construção de um saber em psicanálise implica sujeito do inconsciente e a transferência e assim não se dissocia pesquisa e clínica. Este saber vai se construindo como efeito do trabalho.

Rosa (2004) destaca como fundamental na pesquisa psicanalítica mais do que o tema, o modo de formular as questões. São muitos:

... os modos como se pode desenvolver, dentro dos fundamentos éticos e teóricos da psicanálise, uma investigação dos fenômenos sociais, contribuindo para a elucidação de sua eficácia no processo de alienação do sujeito e apontando os laços que possibilitem a sua inclusão como sujeitos do desejo. (p. 340)

A mesma autora prossegue dizendo que:

O método psicanalítico vai do fenômeno ao conceito, e constrói uma metapsicologia não isolada, mas fruto da escuta psicanalítica, que não enfatiza ou prioriza a interpretação, a teoria por si só, mas integra

teoria, prática e pesquisa. O psicanalista não aplica teorias, não é o especialista da interpretação, nem mesmo da fantasia, posto que não é só aí que o inconsciente se manifesta; o psicanalista deve estar a serviço da questão que se apresenta. A observação dos fenômenos está, portanto, em interação com a teoria, produzindo o objeto da pesquisa, não dado a priori, mas produzido na e pela transferência. (Rosa, 2004, p. 341)

Na mesma direção, Costa e Poli (2006) colocam que a questão ou hipótese de pesquisa é uma construção elaborada a posteriori em relação ao trabalho da transferência. Ao apontar para o desejo do pesquisador chegamos à transferência, fundamento de todo trabalho de pesquisa em psicanálise (Poli, 2005b).

A transferência constitui-se como instrumento e método que não se restringe somente à situação analítica, uma vez que o inconsciente está presente como determinante nas mais variadas manifestações humanas, culturais e sociais. “O sujeito do inconsciente se faz presente em todo enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o transcende” (Rosa, 2004, p. 342).

Costa e Poli (2006) acrescentam que o sujeito do inconsciente é resultante de um laço discursivo, que vai ser reproduzido na transferência. Freud (1901 [1972]) nos auxilia nesta compreensão quando, a partir de sua *Psicopatologia da vida cotidiana*, nos mostra a presença do inconsciente nos acontecimentos da vida diária, através de nossos esquecimentos, chistes, atos falhos, presente assim, no diálogo comum.

Também na *Conferência XXIV - O Estado neurótico comum*, Freud (1916/1917 [1976]) enfatiza que a psicanálise não se reduz à prática terapêutica nem tampouco à psicologia individual, sendo extensiva à cultura, à literatura, aos mitos, à arte, à religião, entre outras áreas do conhecimento.

O que caracteriza a psicanálise como ciência não é o material de que trata, mas sim a técnica com a qual trabalha. Pode ser aplicada à história da civilização, à ciência da religião e da mitologia não em menor medida do que à teoria das neuroses, sem forçar sua natureza essencial. Aquilo a que ela visa aquilo que realiza, não é senão descobrir o que é inconsciente na vida mental. (p. 453)

Rosa (2004) aponta a escuta psicanalítica como transgressora em relação aos fundamentos da organização social. Sua efetivação implica rompimento do laço que evita o confronto entre o conhecimento da situação social e o saber do outro como um sujeito de desejo. Prossegue a autora dizendo que dessa escuta, quando o sujeito se revela como tal, como um dizer, não se sai isento, exigindo uma tomada de posição ética e política. A escuta sustenta-se desde um lugar que rompe as barreiras de um sujeito indicado a partir de seus predicados.

Tomando os pressupostos que orientam a pesquisa psicanalítica, é por esta via que compomos nosso caminho investigativo. Recuperar a potência da psicanálise em sua extensão é importante nesta pesquisa tendo em vista que é uma pesquisa psicanalítica configurada pelos interrogantes que emergiram através dos casos acompanhados a partir de uma política pública, no diálogo com a assistência social. Esses interrogantes foram se constituindo pela transferência em curso na escuta inicialmente da demanda das mães e após também dos adolescentes a partir do dispositivo construído rodas de conversa. O que buscamos com este dispositivo é “a busca do espaço vazio que se abre ao sujeito de desejo através do inconsciente e da transferência” (Broide, J. & Broide, E. E. 2015, p. 41).

Amparados por Freud (1937 [1975]) no texto *Construções em análise*, a partir da escuta dos adolescentes nas rodas de conversa, seguimos a trilha, resgatando os traços, os fragmentos de memória, os significantes recolhidos do discurso destes sujeitos que nos permitiram a construção do caso. Nesse percurso, tomamos a atenção flutuante como norte de escuta e o *a posteriori* como um tempo em que estes achados encontram as vias para formar uma relação de conjunto, uma vez que sejam tecidos entre si e com a teoria (Bechara Fröhlich & Moschen, 2012).

Entendemos a construção do caso clínico a partir da leitura de Figueiredo (2004), que nos apresenta a construção do caso como um arranjo de elementos do discurso, com a finalidade de partilhar determinados elementos de cada caso em um trabalho conjunto em equipe.

Em suma, a construção do caso clínico em psicanálise é o (re) arranjo dos elementos do discurso do sujeito que caem, se depositam com base em nossa inclinação para colhê-los ... Incluímos aí também as ações do sujeito, entendendo que são norteadoras por uma determinada posição no discurso. ... a fala (*parole*) tem a dimensão do enunciado (os ditos) e da enunciação (o dizer), que seria a posição no discurso. Nunca é demasiado lembrar que o caso não é o sujeito, é uma construção com base nos elementos que recolhemos de seu discurso, que também nos permite inferir sua posição subjetiva, isto é, se fazemos uma torção do sujeito ao discurso, podemos retomar sua localização baseando-nos nestes indicadores colhidos do dito ao dizer. Aqui temos um método aplicável a diferentes contextos clínicos. (Figueiredo, 2004, p.79)

O caso nessa pesquisa se apresenta como o produto extraído das intervenções da psicóloga-pesquisadora e do que decanta de sua escuta. Trata-se de colocar em jogo os significantes do sujeito e suas produções, extraídos a partir das rodas de conversa com os adolescentes, visando traçar o caso a partir do discurso, daquilo que se produz desse encontro como efeito da escuta, movido pela transferência em curso. “Só assim será possível recolher dos infindáveis detalhes de uma história a direção de um caso. Enfim uma história deve se fazer caso para que se possa trabalhar em psicanálise” (Figueiredo, 2004, p. 80).

Conforme a leitura de Rosa (2016a), o caso clínico inclui o analista, revelando “não só o analisando, mas também aquele que escuta e as sinuosidades do campo e dos discursos no qual transita”. Aponta que um caso se constrói “em torno da queda do sentido e da produção de um enigma para o analista que ao interrogar o caso produz uma narrativa ficcional” (p. 168).

5.2 Rodas de conversa

As rodas de conversa se constituem como um dispositivo de intervenção usado em diferentes campos como na saúde e na educação, possibilitando a abertura de espaços de encontro, de escuta e troca entre seus participantes. As rodas possibilitam encontros dialógicos criando possibilidades de produção, significação e reordenamentos significantes.

Com o auxílio de pensadores como Foucault e Deleuze, podemos lançar luz sobre o conceito de dispositivo.

Para Foucault (1996), o dispositivo refere-se a:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos... [e entre estes] existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes, [cuja finalidade] é responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (pp.244-245)

Para este autor o dispositivo sintetiza diferentes saberes para dar conta de uma urgência social. Dispositivo é a rede que se estabelece entre estes diferentes elementos.

Segundo Deleuze (1990), o dispositivo é formado por múltiplas linhas, nas quais podemos identificar as linhas de visibilidade e enunciação – os dispositivos “são máquinas de fazer ver e fazer falar” (p. 1); as linhas de força, que envolvem o ver e o dizer e que promovem o movimento, o deslizamento, e conduzem à batalha; os processos de subjetivação e as linhas de fissura. Deleuze (1990) aponta que “todo o dispositivo se define, pois, pelo que detém em novidade e criatividade, o qual marca, ao mesmo tempo, sua capacidade de se transformar ou se fissurar em proveito de um dispositivo do futuro” (pp. 5-6).

As rodas de conversa também podem ser consideradas como uma estratégia política que favorece a emancipação política e social de coletivos historicamente excluídos (Sampaio, Santos, Agostini, & Salvador, 2014).

Nessa pesquisa, para compor o dispositivo das rodas de conversa, buscamos apoio e inspiração em diferentes autores: nos grupos de conversação (Miller, 2003); no método da Roda ou *Paideia* (Campos, 2003); em Pichon-Rivière a partir da leitura de Jasiner (2008) dos grupos operativos; nos trabalhos desenvolvidos por Broide (2008, 2015) no diálogo com as situações sociais críticas e também nos estudos utópicos de Block (2005) e Souza (2015).

Nos grupos de conversação, dispositivo concebido por J. A. Miller a partir do trabalho no Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Infância (CIEN), a conversação é caracterizada pela consideração à dimensão inconsciente da linguagem e pode ser entendida como:

Uma conversação é uma série de associações livres. A associação livre pode ser coletivizada na medida em que não somos donos dos significantes. Um significante chama outro significante, não sendo tão importante quem o produz em um momento dado. Se confiamos na cadeia de significantes, vários participam do mesmo. Pelo menos é a ficção da conversação: produzir – não uma enunciação coletiva – senão uma associação livre coletiva, da qual esperamos um certo efeito de saber. Quando as coisas me tocam, os significantes de outros me dão ideias, me ajudam e finalmente, resulta, às vezes, algo novo, um ângulo novo, perspectivas inéditas. (Miller, 2003, pp. 15-16)

O grupo de conversação não tem um roteiro prévio. É estabelecido de forma a possibilitar os efeitos de surpresa, tal qual uma associação livre, em que um significante possa fazer surgir um novo significante, buscando o desconhecido, o que não estava estabelecido *a priori*, o que se enuncia como surpresa em um discurso, uma vez que ali se dá a possibilidade da emergência de novas significações.

No campo da saúde coletiva, o método da roda, ou *Paideia*, é utilizado para pensar os processos de trabalho, propõe a produção de saúde com as pessoas e não sobre elas, implicando trabalhador e usuário na construção e gestão dos serviços de saúde (Campos, 2003). O destaque coloca-se na possibilidade da circulação da palavra, por ser um dispositivo que propicia a ativação da subjetividade, potencializa a autonomia e o protagonismo dos sujeitos, buscando ativar a capacidade de análise dos sujeitos sobre suas práticas de saúde, práticas sociais, políticas e econômicas (Torres, Pasquini, Santos, & Yasui, 2012). A importância desse espaço está na apropriação e na legitimação do saber do sujeito sobre seu cotidiano, sobre seu fazer e a partir do compartilhamento desses saberes, a possibilidade de reinvenção, de criação do novo.

Conforme Jasiner (2008), o trabalho com grupos pode operar como recurso frente ao mal-estar na cultura, tecendo novas saídas a esse mal-estar estrutural, na construção de

respostas mais além do imediato e na construção de novas narrativas como possibilidade de fazer uma borda a esse mal-estar constitutivo do humano.

O trabalho com grupos centrados em uma tarefa se orienta no sentido da produção do singular enodado à potência do coletivo, o singular não como individual, mas como efeito da articulação do universal como particular. Na experiência de Jasiner (2008), o trabalho com grupos centrados numa tarefa comum produz efeitos mais estáveis no sujeito que os dispositivos que se armam em torno de um sintoma. A coordenação desses grupos se orienta no sentido de ir tecendo uma trama grupal onde se propicia o protagonismo do sujeito, criando um espaço de acolhimento subjetivo, instalando um intervalo, um tempo de demora que vai construindo o tempo de concluir, gerando condições para a produção do próprio articulado ao coletivo.

Como destaca Pichon-Rivière (2005), constituir o grupo em torno da tarefa “consiste em resolver as situações estereotipadas e dilemáticas que surgem da intensificação das ansiedades... Nossa tarefa é resolver situações de estancamento, seja estancamento na doença, na aprendizagem, em qualquer aspecto da vida e tornar esta situação dialética” (pp. 276-277).

Segundo Jasiner (2008):

Nos grupos centrados em uma tarefa, certo efeito de transformação subjetiva pode advir, e em um processo com outros, o ser humano renunciará ao mais aniquilador de sua posição narcisista; outros com os quais poder sustentar uma tarefa, para não se assujeitar ao destino; outros com os quais poder sonhar uma saída das prisões estéreis em que lhes deixam cativos, saindo da posição do solitário à espera. Em tempos de achatamento subjetivo e prisões globalizantes – como as atuais – é um desafio criar e sustentar dispositivos que potencializem o singular, ou seja, a possibilidade de retomar caminhos desejanos no laço com outros, propiciando o tecido de uma rede e de enlaces que melhorem as condições subjetivas. (pp. 170-171, tradução nossa)

Jasiner (2008) faz uma leitura atenta aos grupos centrados em uma tarefa (GCT) proposto por Pichon-Rivière, advertindo para a problemática das lógicas esféricas, ao centramento, dizendo que no melhor dos casos no centro estaria a tarefa em torno da qual o grupo entra em trabalho. Esta autora propõe pensar o grupo centrado em uma tarefa a partir não da lógica da esfera, do centramento, mas da lógica borromeana, do nó borromeu, podendo, assim, pensar num centramento diferente. Lembremos o nó borromeu utilizado por Lacan (1972/1973 [1985]) para articular os três registros o real, simbólico e imaginário e no centro coloca o objeto a lugar da falta, do vazio em torno do qual se arma o nó. Jasiner (2008) elabora o centro como furo, como vazio, diferente da lógica esférica que pode reduzir-se a um ponto central. Esse lugar vazio pode orientar o trabalho no sentido de converter esse vazio em falta e a falta em criação. A tarefa colocada no lugar do vazio faz causa para que

cada um encontra seu caminho, destacando o lugar vazio como possibilidade de criação, como o que permite o movimento, os deslocamentos de sentido, a polissemia e as novas significações.

A mesma autora também propõe pensar algumas críticas sobre o trabalho com grupos, principalmente no sentido das identificações, dos espelhismos, da massa. Propõe interrogar o efeito massa, dizendo que esse efeito não é uma questão de número, já que pode “fazer massa” também numa relação hipnótica entre os que tranquilamente poderiam ser analista e analisante. Dizendo que sempre devemos estar advertidos destes efeitos e que a relação tanto nos pequenos grupos quanto na relação analítica não está livre de também ali se produzir estes efeitos de cola/ massa, havendo, assim, uma tensão permanente entre efeito massa/efeito sujeito.

O dispositivo grupal vai além de um conjunto de pessoas reunidas em espaço e tempo, falamos de uma conjunção de instituições que vão atravessar esse grupo, uma conjunção de problemáticas, acordos, desacordos, códigos e linguagens.

Conforme ressalta Fernández (1989), o grupo se constitui como um campo de problemáticas, como um campo de forças, como reunião de diferentes singularidades, operando no grupo diversas referências desejantes, grupais e institucionais. Em cada acontecer grupal operam todas as inscrições e atravessamentos, sendo que o conceito de atravessamento opera como ferramenta válida para o entendimento do grupo, assim como para repensar o singular e o coletivo fora do antagonismo indivíduo-sociedade.

Dessa forma, entendemos o grupo, as rodas de conversa como dispositivo que levam à produção e circulação da palavra, como processo criador em que algo novo possa ser produzido, que cada um possa em coprodução com outros recuperar seu protagonismo, sair do silenciamento e invisibilidade que por vezes se coloca.

O grupo/as rodas de conversa são como uma tessitura, como produto de diversas conexões entre os sujeitos, os diferentes fios da vida que cada um vai entrelaçando e formando uma rede. Apostamos que o acontecer grupal possa construir redes que acolham estes sujeitos em seus desamparos e também descubra suas potências. Trabalhamos como equivalente grupo e rodas de conversa uma vez que foi nos estudos sobre grupos que mais encontramos sustentação para o trabalho que desenvolvemos nas rodas.

As rodas de conversa se constituem, portanto, como movimento de resistência a processos que geram o silenciamento, a supressão da palavra e que impelem a ação. Nas

rodas oferecemos escuta, fazemos o convite à conversa, à palavra, a estar na roda e como diz a canção, que cada um possa dizer o “seu verso”¹¹, produzir a sua melodia.

Esse espaço de fala/narração e de compartilhamento de experiências ajuda a transpor a escuridão do instante instituindo-se como uma aposta criativa e utópica, no sentido que almeja produzir movimento, fissuras, produzir perguntas e, assim, abrir espaço para novas formas de inscrição e nomeação. Que as vivências de cada jovem possam se transformar em experiência compartilhada e essa experiência em um saber que lhe possibilite a construção de outros territórios de vida.

Keilh (2002) no livro *Sobre ética e psicanálise*, nos lembra que o homem está sempre tentando ampliar os domínios do simbólico, sobre o real do corpo, da morte, do sexo, do futuro incerto. Mas, lembra que essa produção de sentido não se faz sozinho, não é individual, seu alcance simbólico situa-se no fato de ser coletivo e os efeitos inscritos na cultura. A autora destaca que todo ato de fala só se efetiva no endereçamento a um outro, uma vez que toda produção de sentido, de significação depende de sua inscrição numa cadeia de interlocuções e que o sentido precisa ser reconhecido pelo Outro, ou pelos outros que o rodeiam.

Dessa forma, apostamos que as rodas de conversa poderiam constituir para esses adolescentes a alteridade capaz de produzir reconhecimento e inscrição. Que esses jovens possam construir novos devires é o que nos coloca em marcha.

Conforme propõe Souza (2015):

A utopia introduz a categoria do possível e por isto faz fratura na história. Nunca sabemos onde uma cultura que aposte no espírito utópico pode nos levar, o fundamental não é antecipar este lugar mas compreender que sua função é nos colocar em marcha e que possamos como diz Ernst Block, ultrapassar a obscuridade do instante vivido. (p. 1)

“Pensar significa transpor” (Block, 2005, p. 16) e a função da utopia está relacionada à crítica do presente e ao desejo de transformação. Como aponta Souza (2015), a utopia cumpre essa função de contra fluxo, de anteparo de nossas certezas, esburacando a excessiva naturalização com a qual vestimos os acontecimentos. A utopia, portanto, suspende os falsos destinos que vestimos como forma de anestesiarmos o que temos de mais precioso, nossa responsabilidade diante da vida e do amanhã.

Apostamos que o acolhimento e a escuta ao sujeito, como aponta Torossian (2011), podem representar um momento de ruptura e abertura para a construção de outras versões discursivas. E como escreve Rosa (2016a) que as:

¹¹ Referência à canção popular *Ciranda cirandinha*.

... intervenções nesses casos visem criar condições de alteração do campo simbólico/imaginário_ subjetivo, social e político, pois é nesta medida que a psicanálise pode comparecer com elementos para favorecer modos de resistência à instrumentalização social do gozo e à manipulação da vida e da morte no campo social. (p. 30)

Nossa função a partir da psicanálise é investir na construção de dispositivos clínicos que sirvam de resistência nesses tempos sombrios, possibilitando a circulação da palavra. Como aponta Broide (2010), colocar palavras é nomear conflitos, expressar dificuldades e desejos, poder sentir a dor da perda, deparar-se com o desamparo, o medo. É também encontrar talento, viver o encontro criativo com o outro, construir caminhos e alternativas

5.3 A construção do trabalho com os adolescentes e a operacionalização da pesquisa

A proposta de criação das rodas de conversa surgiu a partir da escuta clínica das mães que, nos espaços de acompanhamento realizados no CREAS a partir do programa PAEFI, traziam as queixas sobre dificuldades e conflitos com os filhos adolescentes. Queixas de desobediência, agressividade, fugas de casa, evasão escolar, gravidez, uso e tráfico de drogas. Preocupações com os riscos de morte que os filhos poderiam correr tomavam o discurso dessas mães e as colocavam numa posição de impotência, demandando repetidamente que fizéssemos algo para resolver as dificuldades e, em muitas situações, demandavam que o filho fosse levado para um abrigo onde estaria protegido, como expressa esse fragmento da fala contundente de uma mãe em espaço de atendimento:

Eu já disse para vocês, eu não aguento mais. Tu não viu? O Pedro, assassinado com dois tiros na cabeça? O Luís, andava com ele, o Luís não me ouve, ele quebrou até a grade de casa para sair, não adianta falar, ele não ouve. Fim de semana ficou dois dias fora de casa e ontem dormiu todo dia. Semana passada a Brigada me disse que não é com eles, que é com o Conselho e com a Assistência Social. Eu estou falando, qualquer dia é o Luís que vai aparecer morto por aí. Vocês têm que levar ele para o abrigo, eu não aguento mais.

Esse apelo se produz um dia após o assassinato de um adolescente em plena praça, próxima ao CRAS¹², ao Posto de Saúde, à escola, aos olhos de todos. Mais uma vez, a violência se presentifica em ato radical, mais uma vez, a face da morte atinge um jovem, aumentando ainda mais as estatísticas de mortes violentas de jovens pobres no Brasil. Este

¹² Centro de Referência de Assistência Social. Trabalha na prevenção e promoção das situações de vulnerabilidade social.

fato mobiliza a todos (técnicos dos serviços no território, moradores, familiares) e aparece no discurso desesperado dessa mãe por estar há muito tempo com dificuldades com seus filhos.

Nossa estratégia foi a de acolher o pedido, mas não da forma como nos foi endereçado. Diante da demanda não recuamos, mas nos situamos de outro modo e, assim, começamos a construir uma forma de nos aproximarmos desses adolescentes para ouvi-los, inicialmente os conhecendo e nos aproximando deles nas visitas domiciliares, os encontrando no campinho de futebol, na praça, na esquina dos becos. Fomos promovendo esses encontros em diferentes espaços do território e, assim, algumas demandas dos adolescentes foram se enunciando, o que nos levou a convidá-los a continuar a conversa que começou na rua, na praça, agora no espaço do CREAS e também do CRAS de seus territórios, uma vez que também atendíamos no espaço do CRAS em sala cedida pelos colegas. À medida que fomos construindo laços transferenciais com esses adolescentes, fomos também constituindo a ideia de acolhê-los e escutá-los através do trabalho em grupo nas rodas de conversa e assim fomos convidando-os para participar da roda de conversa sobre adolescência que passamos a desenvolver no espaço do CREAS.

Conforme destaca Rosa (2015), às vezes, é também necessário provocar o sujeito com a oferta da presença, criando oportunidade para que a demanda apareça, sendo necessário marcar uma posição, isto pode propiciar neste momento a pulsação do sujeito. A autora destaca ainda que a experiência analítica às vezes pode não ser processual, podem ser lugares transitórios, de passagem, mas que podem fazer marca na história do sujeito. Assim, temos de potencializar ao máximo esse encontro analítico.

Com cada um, esse laço transferencial se produziu de forma singular, alguns com facilidade se vincularam a nós e ao CREAS, outros nunca aceitaram participar das rodas, mas pedem conversas individuais conforme suas demandas, outros estabeleceram uma relação mais fragilizada, participando de uma roda e após não mais retornando, outros ainda participaram por certo período e após, em função das vicissitudes da vida, ou de projetos de trabalho, ou de estágios que conseguiram construir e alcançar, não puderam mais participar, mas que eventualmente aparecem na roda para uma participação-visita.

Assim, as rodas funcionaram com certa rotatividade dos adolescentes, mas se constituem como um espaço sempre aberto a acolhê-los. E o processo de aproximação com os adolescentes é constante conforme a demanda que recolhemos, conforme os adolescentes que vamos conhecendo de forma que o movimento de aproximação, construção da transferência e convite à conversa, a estar na roda com sua palavra é constante.

No decorrer do trabalho, também lançamos o convite a participar das rodas para alguns adolescentes que acompanhávamos em medida socioeducativa (MSE) de liberdade assistida, independente do atendimento da medida, mas como outro espaço de circulação da palavra, de modo que as rodas de conversa são heterogêneas, acolhendo as diferenças e singularidades e se constituindo como espaços de prevenção e promoção, mas também de responsabilização frente às situações de ato infracional.

Construir o trabalho dessa forma também representou poder acolher o desvio, fazer um curso diferente daquele que estabelece um horário e aguarda o adolescente chegar e se ele não chega é porque não tem demanda, não deseja, não quer. Fomos descobrindo que deveríamos construir outras formas de aproximação com esses adolescentes, para que a conversa conosco, a palavra e a escuta pudessem fazer sentido a eles. Assim, foi preciso suportar e elaborar nosso narcisismo, pois não temos a roda de conversa “ideal” com um número constante de adolescentes e sempre os mesmos, mas temos sim um trabalho que se constituiu com as diferenças, que se constituiu nessa descontinuidade, nesse desvio da forma, nesse refazer sempre de novo e outra vez, nesse trabalho artesanal, um a um de sustentar a transferência e acolher a palavra no enlace do singular articulado ao coletivo.

Os trabalhos de Rosa (2002a, 2016b) nos ajudam a enxergar o trabalho com estes sujeitos de outro modo, pois adverte que, nesses casos, a situação inicial caracteriza-se pelo fato de que, na relação analista-analisando, os sujeitos ocupam lugares opostos na estrutura social: a inclusão e a exclusão, frente a frente e isto produz incidências na efetivação do trabalho. Inicialmente, essa aproximação destes dois mundos, situados em classes sociais diferentes se dá numa relação ideológica e do discurso corrente, assim “é a madame dos jardins que conversa com o menino da favela” e, dentro desta lógica, não há escuta possível. Rosa (2016b) aponta a necessidade de um trabalho preliminar, um desafio que vai no sentido de reverter à resistência, resistência do analista, como lembra Lacan (1960/1961 [1992]), no momento em que ele precisa reverter a lógica ideológica na qual ele mesmo está inscrito. Não basta ter uma proposta de escuta, é preciso construir uma relação em que a escuta opere.

Destacamos que a cada novo encontro há sempre um trabalho a fazer no sentido de constituir as rodas, uma vez que a rotatividade dos adolescentes é frequente, o que nos leva a investir na construção de vínculo que tem de ser uma vez e outra novamente reforçado, reconstruído. Esse movimento que denota certa fragilidade de adesão dos adolescentes às rodas também diz de certa especificidade do trabalho com sujeitos submetido a situações de vulnerabilidade e desamparo. Há todo um trabalho no sentido de favorecer a transferência, lançar a oferta de escuta, o convite à participação e também de romper com a lógica

assistencial de oferecer recursos (bolsa-auxílio, cesta básica etc.). Buscamos o oferecimento da escuta e a possibilidade de os adolescentes poderem ali construir saídas e alternativas da ordem do desejo.

Apontamos que a vida em condições de vulnerabilidade apresenta a esses sujeitos muitos obstáculos o que dificulta que possam chegar para os atendimentos. São situações onde eles são impedidos de circular nos territórios devido à violência que determina toque de recolher. Situações de trabalho informal, os chamados bicos que podem surgir a qualquer momento, fazendo com que a luta pela sobrevivência seja priorizada. Outras vezes, a casa foi alagada pela enchente, o que torna muito difícil os deslocamentos. Muitas vezes, a própria organização temporal dificulta localizar a passagem dos 15 dias de intervalo entre um encontro e outro, também falta alguém que possa ajudar esse adolescente na organização de seus compromissos, então, os esquecimentos podem surgir, ou a mãe precisou sair e eles precisaram cuidar dos irmãos ou até mesmo dos filhos pequenos. Também pode ocorrer que tenham de sair por algum tempo, ou até mudar de território para preservar a vida frente às ameaças e o risco de morte.

Também temos de assinalar os matizes transferenciais, marcados pela insegurança e suspeita sobre este Outro (psicólogo/CREAS/Assistência Social), será que podem escutar mesmo? Será que vão me escutar? Como construir vínculo transferencial de acolhimento e confiança para este adolescente que já foi tantas vezes abandonado? Cabe aqui todo o trabalho em sustentar estes frágeis fios transferenciais. Conforme aponta Carmo (2011), sustentar o encontro do adolescente com um Outro receptivo e disposto a lhes fornecer outro saber, não fechado que desestabilize as identificações que lhes aprisionam, mas que ao mesmo tempo aponte que existe algo para além de todo saber constituído como verdade.

Rosa (2016b) destaca ainda as particularidades dos sujeitos que vivem em condições de vulnerabilidade e exclusão e as dificuldades de endereçamento. Aponta que esses sujeitos não esperam muita coisa do outro, este endereçamento não é em nada parecido com o de alguém que demanda uma escuta para o seu sofrimento, que endereça ao outro uma demanda, que supõem que o outro está ali para lhe dar um suporte de saber, um suporte de atenção. Esse não é o caso das pessoas que vivem cotidianamente situações de humilhação em que o outro está ali para usufruir de seus serviços e explorar suas habilidades. É dentro desse contexto que estamos, ele não espera muita coisa do outro, por isso, ele não endereça uma demanda. Há também dificuldade do analista de escutar este outro como um sujeito sendo que está, do ponto de vista social, na posição de domínio.

Também Koltai (2014) em seu trabalho com refugiados, fala de uma especificidade desta clínica ao tomar o:

... sofrimento dos refugiados como símbolo de todo aquele que foi exposto a alguma forma de violência de Estado, tem a meu ver uma característica própria, a sensação de ter deixado de pertencer a espécie humana, visto que sua vida deixou de ter valor para os demais. (p. 29)

A autora prossegue falando da especificidade da clínica nesses casos tanto na escuta quanto na direção do tratamento.

Face a alguém que perdeu a confiança no outro e na palavra que vive o terror de ser mandado de volta para o lugar de onde fugiu e corria risco de vida, o analista precisa mostrar uma curiosidade e um investimento explícito. Precisa manifestar claramente seu desejo de analista para que esse sujeito possa voltar a sentir que ele pode interessar a alguém e elaborar a dor... (Koltai, 2014, p. 29)

Na tentativa de construir uma relação onde a escuta opere e enfrentando nossas resistências, procuramos sempre fazer um contato para confirmar a roda de conversa, dois ou três dias antes da data combinada, justamente como forma de marcar, reforçar que os estaremos esperando para mais uma roda, marcando assim já outra temporalidade que vai preparando e construindo o encontro.

Os adolescentes de nossas rodas pertencem a três territórios distintos (Arquipélago (Ilhas), Humaitá/Navegantes e Centro) como já exploramos no item 2.4 desta dissertação, mas que têm no CREAS sua referência de atendimento¹³. Ilhas e Humaitá/Navegantes são bem distantes do local onde o CREAS está sediado, por isso, temos utilizado o carro do CREAS para buscar os adolescentes em alguns pontos previamente combinados, facilitando assim seu acesso ao serviço. Utilizamos esta forma, uma vez que o CREAS nem sempre dispõe de vale transporte para auxiliá-los no deslocamento, sendo necessário usar dois ônibus. Destaca-se aqui também uma particularidade desse público que vive em vulnerabilidade social, em sua maioria, eles não dispõem de recursos próprios que lhes permitam custear seus deslocamentos, situação que acarreta inúmeras dificuldades e inviabiliza o acesso a muitos serviços, sendo esta uma das principais demandas que chegam até os serviços de assistência social. Muitas vezes, quando tentam pedir carona nos ônibus, conforme a sensibilidade do cobrador, conseguem fazer a viagem, mas em muitas situações sofrem humilhação e são expulsos, obrigados a descerem. Por outro lado, também já houve situações que os

¹³ Cabe apontar que a psicóloga-pesquisadora nem sempre é a referência de atendimento para a família de todos os adolescentes, mas a roda de conversa se constituiu como dispositivo destinado aos adolescentes, recebendo encaminhamentos dos demais colegas do CREAS que também atendem famílias.

adolescentes “deram um jeito” (pediram emprestado com a vizinha, com o irmão com a promessa de pagar posteriormente) e conseguiram chegar, demonstrando assim o desejo de ali estarem.

Se a distância do CREAS de alguns territórios dificulta o acesso, por outro lado, também percebemos que esta localização “fora do território” para alguns pode cumprir certa função de maior abertura e liberdade para falarem do cotidiano de seu território, para romperem com a lógica do silêncio que impera em alguns territórios conflagrados pela violência das facções do tráfico, constituindo-se como certo lugar protegido, que estabelece certa distância que permite ver de outra forma. O que nos faz lembrar de Saramago (1998) com seu *Conto da ilha desconhecida*, ao dizer:

... quero encontrar a ilha desconhecida, quero saber quem sou eu quando nela estiver ... se não saís de ti, não chegas a saber quem és... Que é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não nos saímos de nós. (pp. 40- 41).

De maneira que certo afastamento pode produzir uma outra forma de enxergar o acontecimento.

Dessa forma, amparados por Rodolfo (2004), vamos amassando e do amassado poderá surgir a conceitualização. Desse amassado surgiu uma roda de conversa singular que nos faz, a cada encontro, desdobrar ainda mais nossas perguntas, uma vez que os adolescentes nos movimentam em nosso lugar e em nossas práticas. Esse processo é potente para criar processos metodológicos no diálogo e na aliança com o saber da experiência.

As rodas de conversa ocorreram quinzenalmente com duração de 1 hora e 30 minutos, sendo abertas. Os adolescentes participavam na medida de suas possibilidades, alguns frequentaram todos os encontros e outros não. No total, circularam pelas rodas em média 23 adolescentes, havendo casos de única e rica participação. Consideramos para estudo nesta dissertação as rodas que ocorreram de abril a novembro de 2016, ocorrendo 12 encontros. Destacamos que as rodas não se construíram para essa pesquisa, pois elas compõem as atividades de trabalho desenvolvido no CREAS há aproximadamente dois anos e se mantêm em funcionamento. Porém, o trabalho que foi se construindo foi produzindo as questões que constituíram esta pesquisa.

A partir do momento em que configuramos o início de nossa pesquisa, em várias ocasiões explicitamos aos adolescentes presentes nas rodas a realização da pesquisa, explicando seus objetivos e solicitando que os jovens e seus responsáveis assinassem, se assim concordassem em participar da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido

– (TCLE¹⁴). Explicitamos ainda que caso algum jovem não tivesse interesse em participar da pesquisa isso não acarretaria a ele nenhum prejuízo, poderia seguir participando das rodas normalmente, somente sua história não seria utilizada na composição da pesquisa. Também, caso algum jovem em qualquer momento decidisse não mais participar poderia nos comunicar e prontamente sua vontade seria respeitada.

Destacamos que quando apresentado o TCLE todos os jovens aceitaram participar da pesquisa, alguns ficaram surpresos que a coordenadora estivesse ainda estudando. Alguns ajudavam a explicar que a pesquisa era porque a coordenadora estava estudando “o que se passava na cabeça dos adolescentes”.

Participaram como coordenadores das rodas a psicóloga – pesquisadora e uma educadora social¹⁵ também trabalhadora do CREAS. Nessas rodas, conforme inspiração nos grupos de conversação proposto por Miller (2003), não há um tema ou roteiro prévio, mas a tarefa (Pichon-Rivière, 2005, Jasiner, 2008) é de que estamos ali para pensar na vida e neste tempo particular da adolescência, como cada um enfrenta este momento. Para isto, utilizamos em algumas rodas, para incentivar a produção da palavra, o trabalho com pequenos textos literários, crônicas, poesias. Também ocorreram algumas atividades de circulação por espaços destinados à cultura e ao lazer na cidade, bem como, alguns momentos festivos conforme aquilo que emergia como significativo nestes encontros.

Também ocorreram atendimentos individuais para alguns adolescentes após as rodas de conversa visto as questões ali trabalhadas terem produzido efeitos subjetivos que demandaram outra elaboração e alguns desdobramentos no sentido de auxiliá-los em suas demandas, projetos e objetivos. Destacamos novamente que este trabalho tem lugar na articulação da psicanálise com a assistência social, articulando a escuta, o cuidado e a proteção a estes adolescentes, o que produz diferentes intervenções que transcendem o espaço das rodas de conversa e que demandam articulação em rede com as demais políticas públicas.

As histórias desses adolescentes e dos territórios vão se construindo também no período *a posteriori*, nas discussões de caso na equipe onde vamos costurando fragmentos, relatos e repensando como intervir e articular a rede de proteção.

5.4 Diários da experiência

¹⁴ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética - CEP do Instituto de Psicologia da UFRGS com parecer consubstanciado nº 1.479.103. Também foi autorizada pela FASC através de sua direção técnica com assinatura de termo de anuência que se encontra em apêndice nesta dissertação.

¹⁵ Karina Costa é assistente social e no CREAS trabalha como educadora social.

Após as rodas de conversa, fomos compondo os registros que chamamos diários da experiência e que, no *a posteriori*, nos permitiu tecer os casos clínicos. Esses registros, em geral, necessitaram de certo tempo para decantarem e tornarem-se escrita. Às vezes, na mesma noite após as rodas, outras vezes foi preciso de mais tempo. Essa diferença no tempo para o que foi num primeiro momento a escuta e isso que num segundo tempo se tornou escrita, diz dos efeitos de transferência que ali se produziram. Às vezes, foi preciso maior distância do acontecimento, foi necessário se deixar atravessar e elaborar certos relatos carregados de dor e violência trazidos pelos adolescentes. Foi preciso elaborar certo efeito de cansaço, parecia que essa experiência se inscrevia primeiro no corpo da pesquisadora, como excesso de real para que em um momento posterior pudesse advir a escrita.

Na escrita desses diários da experiência nos deixamos guiar pelo fluxo de associações que se produziam a partir de alguns significantes que se destacaram no discurso e que muitas vezes levaram há escrever um pouco mais sobre a história de algum destes adolescentes enlaçando com escutas realizadas também em outras situações de atendimento. Essa escrita não é só do que aconteceu, mas do que segue acontecendo à medida que vai produzindo o caso.

A construção do caso representa um segundo tempo de escrita, uma escrita que se produz sobre a escrita, sobre o que pode decantar desta experiência. Assim, escrita que se produziu *a posteriori* como efeito de transferência e da atenção flutuante que fisga os significantes e a partir deles constrói uma trama ficcional.

Tomamos a experiência a partir da leitura de Benjamim (2012) e de Bondia (2002), como aquilo que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca e ao nos passar nos forma e nos transforma. “Somente o sujeito da experiência está aberto a sua própria transformação” (Bondia, 2002, p. 26).

Benjamim (2012) destaca a perda da experiência, a capacidade de se deixar tocar e transformar pelo acontecimento e tornar esta experiência compartilhável, diferenciando da informação. Nunca se passou tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara. Vivemos com o excesso de informações sendo a informação quase uma antiexperiência.

Bondia (2002) destaca a experiência como:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar

sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (p. 24)

Atravessados e transformados pela experiência de escuta destes adolescentes, fomos compondo os casos clínicos que representam uma forma de dar visibilidade a esses jovens que habitam o avesso de nossas cidades, as dobras escondidas de nossas vilas e periferias que nas poucas vezes em que ganham visibilidade na mídia, é na forma de “espetáculo da violência”. O que nos lembra Souza (2015) a partir de sua leitura de Benjamin, quando sublinha que “ a posição do espectador é constitutivo do campo do olhar, o que significa dizer que o território que constituímos depende da posição em que nos colocamos para desenhá-lo e dos instrumentos conceituais, históricos, subjetivos, culturais políticos que temos à mão para o esboço dessa geografia”(sem paginação). Poder olhar a cidade pelos seus avessos e as diferentes adolescências que habitam estes espaços inaugura a esperança de que outro olhar ainda é possível, apesar dos tempos bastante difíceis que atravessamos.

Desta forma, essa pesquisa também cumpre a função de testemunho, conforme propõe Gagnebin (2006) poder suportar a narrativa destes jovens e levá-las adiante na construção de alternativas de ordem subjetiva, mas também política incidindo sobre as malhas do discurso hegemônico que aplica rótulos, discrimina e criminaliza estes jovens, num movimento de resistência ao empobrecimento da dimensão da experiência.

6 VOANDO FORA DA ASA: a construção de caso

Como contadora de histórias reais, a pergunta que me move é como cada um inventa uma vida, como cada um cria sentido para os dias, quase nu e com tão pouco. Como cada um se arranca do silêncio para virar narrativa, como cada um habita-se. (Brum, E.)

Destacamos nos casos clínicos a seguir fragmentos, lembranças da pesquisadora do que se produziu nas rodas de conversa, dos significantes que decantaram desta escuta, resultado do jogo de arrumação – desarrumação das palavras, das conversas, das trocas compartilhadas, as associações, sempre um contorno dos acontecimentos, uma aproximação do que foi dito e discutido, mas nunca de fato o registro do que se passou, sempre uma leitura que também comporta uma perda.

Nosso fio condutor foram os significantes que foram se destacando, significantes que apontam para o enlace subjetivo dos adolescentes neste tempo da passagem adolescente e nesta trama social. Com Lacan (1964 [1998]), lembramos que o inconsciente é estruturado como uma linguagem e situa-se na claudicação e na hiância. “Entre a causa e o que ela afeta há sempre claudicação” (p. 27). Onde a hiância se produz, se introduz a lei do significante: o significante não pode significar a si mesmo, representa um sujeito para outro significante. O que se produz nesta hiância se apresenta como um achado que é ao mesmo tempo uma solução, uma surpresa, aquilo pelo que o sujeito se sente ultrapassado. “Esse achado uma vez que ele se apresenta, é um reachado, e mais ainda, sempre está prestes a escapar de novo, instaurando a dimensão da perda” (p. 30).

Alguns desses significantes nos levaram à construção do caso tomando em conta os efeitos da transferência, lembrando que nessa construção também a pesquisadora se encontra implicada e a escolha dos adolescentes na construção dos casos também está sustentada por um tempo maior de acompanhamento a estes e suas famílias.

6.1 Mar: o amor foi para o espaço...

Essa é a história de Mar¹⁶, que talvez nunca tenha visto o mar, pois no lugar onde vive nos conta dos tiroteios, das mortes, da violência, dos amigos que perdeu que tombaram na

¹⁶ Todos os nomes usados nesta dissertação são fictícios para preservar a identidade desses adolescentes e suas famílias.

guerra do tráfico, onde nas noites escuta-se o estampido dos tiros a misturar-se com o funk, fazendo às vezes tremer as paredes do barraco e a esconder a cabeça em baixo do travesseiro como tentativa de proteção, para enganar o medo. Parece que a ela as perdas chegaram muito cedo com a morte do pai quando era ainda uma guriazinha, conhece o pai pelo discurso da mãe que lhe conta de sua morte, mas também o mantém presente em forma de um vulto que vigia a casa e que mãe e filha tem a impressão de ver.

Conhecemos Mar inicialmente por sua ausência, na escuta desesperada da mãe em busca da filha desaparecida. Mãe que peregrinou por vários dias e bateu em várias portas buscando por ajuda, em uma destas portas nos encontramos. Acolhemos sua dor, suas palavras, sua história que nos contava de Mar, surpresa porque não reconhecia nenhum motivo para a fuga ou desaparecimento da filha. Em seu auxílio, lhe apontamos alguns caminhos. Seguimos acolhendo e escutando a história de suas buscas, dos vizinhos com quem falou, das ruas que percorreu, da polícia que procurou, do conselheiro que não estava. Num desses encontros, chega com um sorriso no rosto e nos diz “ela voltou”, vibramos juntos e compartilhamos sua alegria pelo retorno da filha. Após esse dia seguiu-se uma sequência de aparecimento e desaparecimento de Mar. Voltava para casa muda, não contava onde esteve nem o que aconteceu, simplesmente não falava, emudecia. E quando a vida ia voltando à rotina difícil de sempre e os dias foram seguindo, a mãe ao voltar à noite com os pés cansados do trabalho do dia encontra a casa arrumada e uma pequena cartinha de Mar que declarava seu amor pela mãe. A mãe com o coração aos saltos chama pela filha, mas em resposta o silêncio...

Silêncio que se prolonga por alguns dias até novo retorno de Mar e assim a casa voltou a ter luz e a mãe apaziguou o coração. Boa filha, boa aluna, ninguém entende o que acontece. Muitos falam que Mar estaria sofrendo abusos, estaria sendo ameaçada, estaria em cárcere privado, estaria se prostituindo. Mar segue emudecida, não diz nada do que se passa. Aparecimento e desaparecimento até que pela repetição revela-se que fazia apenas visitas à mãe por alguns dias, retornando não se sabe para onde.

A mãe segue procurando, perguntando, até que descobre por indicação de um e outro a casa onde a filha está, que fica em outra vila nas proximidades, antes de lá chegar já vai “catando” coisas sobre os moradores e descobre que a filha está com um rapaz bem mais velho e que sobre ele paira suspeitas de ser violento e usar drogas. Assim, se desfaz logo em seguida as esperanças da mãe de que pelo menos a filha tivesse encontrado um bom marido. Descobre que a filha estaria vivendo com esse homem que vive também com sua mãe, uma senhora doente e idosa. Será que ele estava mantendo a filha prisioneira? Em cárcere privado,

como disse o delegado? Se fosse uma boa pessoa, por que a filha não contava, não participava pelo menos à mãe? Assim, muitas perguntas seguiam sem resposta para ela, que se mantinha com o coração apertado por não entender as reações e motivos da filha. Dizia que tinha esperança de dias melhores agora que a filha estava maior, já tinha 15 anos, já podia arrumar trabalho, ajudar em casa, ou arrumar um bom marido, ter a casa dela e assim ia sonhando pelo caminho a procurar a filha.

“Será que aconteceu alguma coisa em casa e ela não quer me contar? Sabe como é Dr^a, filha que a gente cria com padrasto em casa”. Vai assim nos revelando o medo e a desconfiança de que o companheiro houvesse faltado com o respeito à filha.

Já passei por isso com minha filha pequena, imagina que foi na casa da minha irmã, com meu próprio cunhado se passou com a guriazinha, imagina só, um homem velho não ter respeito com uma criança, minha irmã até hoje não fala mais comigo. Será? O que passa na cabeça dessa guria? Quando é que a gente vai ter paz nessa vida? A gente passa trabalho com filho pequeno, mas tem esperança que quando crescer vai melhorar e agora isso, eu sem saber o que essa guria tá fazendo? Por que me foge? Será que tá metida com coisa errada? Por que não me fala as coisas?

E assim os atos de Mar fazem a mãe se revirar, como dizia um psicanalista¹⁷ entendido na gurizada, que escrevia que também os pais são tocados pela adolescência dos filhos, exigindo que estes se reposicionem na relação com o filho. Também aos pais há um reposicionamento a fazer.

Também Hugo Mãe (2016), através do lamento da personagem Matilde no livro *Filho de mil homens*, desvela esse mal-estar:

A Matilde pensava que o seu menino pequeno era perfeito. Pensava: as crianças não deviam crescer nunca porque as crianças são perfeitas. Que raio acontece depois as crianças, que crescem para ser tudo ao contrário do que os pais lhe disseram e tanto lhes sonharam. Que raio se há de passar na vida das pessoas que as faz perder o controle sobre os mais novos, tão permeáveis quanto casmurros a crescerem à revelia do que os pais ensinam, querem, mandam. Deviam crescer exatamente como lhes foi dito. (p. 125)

A mãe descobre então que Mar está vivendo com Gilson e deixa a vida seguir, agora com o coração um pouco mais em paz, dizendo que não pode fazer nada. “Só espero que ele seja bom pra ela”. Não ocorre a mãe que possa contrariar a filha, nem que possa ao menos dizer a ela o que pensa dessa situação, muito menos dizer à filha o que desejava para ela.

Os dias vão passando difíceis como sempre para quem é pobre e agora com mais dificuldade ainda já que o companheiro de dona Ilsa ficou doente e o patrão lhe mandou

¹⁷ Rassial, J. J. (1997) *A passagem adolescente: da família ao laço social*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

embora, agora só ela para trabalhar. Mas pelo menos a filha vinha lhe visitar. Certo dia, dona Ilsa desconfiou, achou a cintura da guria muito “parelha”, perguntou: “Mar tu tá de barriga?”. Ao que Mar responde: “Não sei mãe, faz tempo que não vem”. Dona Ilsa suspira e diz: “É barriga minha filha, tu tem que ir lá no posto Mar”. Ao que Mar responde: “Eu não, tenho vergonha mãe”. Dias depois, a mãe madruga para acompanhar a filha no Dr. e depois de muita espera para tirar uma ficha sai do posto com um exame para fazer e lá vai mais uma caminhada. O laboratório é longe, “vamos na assistente social ver se conseguimos uma passagem”, comenta dona Ilsa com a filha.

E foi pelo pedido de uma passagem (vale transporte) que conhecemos Mar e passamos a acompanhá-la em sua passagem adolescente. Esse pedido de passagem, abriu passagem para a conversa, demonstramos interesse em ouvir sobre o que pensava se achava mesmo que estava grávida? Esse primeiro encontro abriu passagem para que uma possibilidade de escuta com Mar fosse sendo construída.

O tempo passou, Mar voltou para a casa da família, voltou assim como foi, sem palavras, não explicou muita coisa para a mãe, silenciava.

E assim, tantas suspeitas e fantasias da mãe revelaram a primeira história de amor da filha, um amor, uma paixão que Mar não conseguia dizer e assumir frente sua família, por quê? Ainda não sabemos, ela ainda não consegue narrar essa história e nos diz que seu “amor foi pro espaço” e quando lhe perguntamos como se conheceram e o que aconteceu para o amor ir para o espaço responde dizendo: “Não quero falar, quero deixar isso em baixo do tapete”, ou seja, que guarda, esconde mas que preserva produzindo efeitos, embora diga que o amor foi pro espaço, mas desse amor ficou uma linda menina e que em nome dessa se endereça ao ex-namorado, reivindicando o reconhecimento da filha.

O que se joga em baixo do tapete é algo que não queremos ver, enfrentar, que queremos esconder, lembrando o ditado popular de “jogar a sujeira para baixo do tapete”, assim podemos chegar ao sexual, ao pudendo, ao que no dizer de Mar dá vergonha. O que está em baixo do tapete é o enfrentamento ao real do sexo, o despertar da primavera de Wedekind, o que Lacan (1974 [2003]) aponta para que a sexualidade faz furo no real, desvelando assim uma das questões fundamentais na passagem adolescente, o encontro com o outro sexo, que provoca angústia porque traz a marca do encontro com o real, com o que não tem palavras, o que não pode ser dito. “O adolescente é convidado tanto pelo meio como por suas determinações inconscientes, pulsionais e identificatórias, a tomar uma posição na partilha dos sexos” (Alberti, 2004, p. 26). A descoberta do Outro sexo, que para Mar se faz às escondidas, nas fugas, no silêncio, em baixo do tapete. Parece que aqui algo da ordem do

sexual desorganiza e pela dificuldade de elaborar, simbolizar, atua. Ao adolescente, cabe a tarefa da construção de um outro saber para velar a falta, a incompletude, o engano da promessa edipiana. O adolescente se depara com um encontro sempre faltoso.

O que Mar procurava velar se revela em sua gravidez, é grávida de seis meses que passamos a acolhê-la e escutá-la nas rodas de conversa. E hoje uma linda menina corre pela sala e enuncia suas primeiras palavras.

Nesses momentos de fala compartilhada temos acompanhado a menina que se torna mãe e tenta dessa posição responder todas as perguntas. Parece que a posição de mãe vem, de certa forma, tamponar as interrogações pelo desejo, servindo de resposta para tudo. Mar responde a todos os convites, a todos os incentivos para que volte a estudar, ou convites para busca de trabalho, dizendo que não pode porque “tenho de cuidar da minha filha”, “tenho que trabalhar para sustentar minha filha” e assim fecha a possibilidade de desejar outras coisas, respondendo tudo com esse imperativo. Ao se tornar mãe, cristaliza nessa posição, fechando as perguntas pelo seu lugar como adolescente, como mulher, para outros desejos. Não pode estudar, não pode trabalhar, não pode sair, não pode ir aos bailes funk.

Se procura o ex-namorado é pela filha, porque “ele tem que dar dinheiro”. Se volta para casa da mãe é porque a sogra, “aquela velha era muito chata, queria que ficasse limpando a casa para ela”, sem interrogar o que se passou na relação com o namorado, fala sim da relação materna. Volta para casa da mãe e se mantém filha, mesmo já sendo mãe parece não ter havido ainda aí um reposicionamento subjetivo. Mar não consegue assumir os compromissos como buscar a creche para a filha, levar a filha no médico ou para fazer exames, ou ir até a Defensoria Pública em busca da garantia dos direitos da filha sozinha, ainda precisa que sua mãe lhe acompanhe e fale em seu nome, ou necessita que a mãe lhe ordene e fique lhe cobrando, apontando, assim, que vive o difícil trabalho psíquico nessa passagem da infância à vida adulta.

Mar vive o lamento da perda do lugar infantil que, queixosamente, lamenta e pergunta “Por que não podemos voltar a ser criança de volta?”. Repetindo esta pergunta em vários momentos nas rodas de conversa, idealizando o lugar infantil que supõe na irmã, dizendo do desejo de voltar aos 14 anos, idade da irmã, quando está prestes a fazer 18 anos. Idealizando os pais da infância ao dizer que quando os filhos são pequenos ganham mais atenção, que os pais são mais carinhosos. Olha a irmã com inveja dizendo que a mesma “só olha TV e come, não tem que limpar a casa”. Diz também de um tempo onde “eu não tinha filho”, 14 anos ainda não havia fugido de casa, talvez ainda não tivesse sido atingida pelo “raio do sexual”,

conforme expressa Wedekind (1891), ao dar palavras ao personagem Moritz, que expressa as descobertas e angústias diante das questões suscitadas pela sexualidade e a existência.

Vemos assim Mar em sofrimento frente à demanda de ocupar um novo lugar, própria da passagem adolescente. Mar parece dizer do difícil trabalho de crescer, assumir responsabilidades, ter de trabalhar, sustentar a filha e surge o desejo de voltar à infância, um tempo onde estava mais protegida pelo amor familiar. Este discurso se repete em vários momentos, principalmente quando seu aniversário de 18 anos se aproxima. Dezoito anos tem um significado na cultura e nas legislações de indicar o fim da adolescência, a entrada na vida adulta. Estamos vendo que essa passagem não é da ordem do cronológico e para Mar tem sido bem difícil o que expressa com seu ato de sair da sala quando os colegas na roda de conversa começaram a cantar os parabéns para ela, difícil suportar o peso do discurso social em torno dos 18 anos quando seu tempo subjetivo é outro. Mar terá de criar suas respostas, seu lugar, sem garantias do Outro, o que a aproxima do desamparo.

Destacamos que essa passagem se faz difícil para esses jovens uma vez que somados ao desamparo psíquico, somam-se também o desamparo social, contam com poucos recursos tanto materiais como culturais, simbólicos. Mar não pode estudar, ainda não consegue trabalhar, pois não tem apoio na rede familiar que lhe permita seguir com seus projetos pessoais. Além disso, sua baixa escolaridade lhe limita o acesso às oportunidades de trabalho, também a escassez de vaga nas escolas de educação infantil para a filha lhe inviabiliza de que possa retomar os estudos e o trabalho. São muitos os desafios e limites que têm de enfrentar com pouco amparo na rede familiar e comunitária, e o acesso às políticas públicas ainda se faz de maneira precária e insuficiente. Como podemos ver na dificuldade, na demora da justiça em garantir os direitos de sua filha. Mar está há mais de um ano esperando pela pensão alimentícia da filha. Essa espera se prolonga e enquanto isso o tempo passa, o bebê cresce e a justiça não vem. Mar, amparada pelo coletivo da roda insiste, retorna várias vezes na defensoria. Essa história singular de Mar é compartilhada também com muitas mulheres das periferias que assumem sozinha seus filhos, são os filhos da mãe, como destaca Kehl (2008).

Conforme lembra Broide (2008), a inserção econômica contribui como base da coesão familiar e das possibilidades de futuro. A base material também sustenta o processo secundário uma vez que o ser humano detém possibilidades de usufruir das redes sociais e culturais. “Existir sustentação nas relações econômicas no que se refere à saúde, educação, moradia, lazer e cultura faz o sujeito ter certa segurança e o impede de ficar todo tempo no limite entre vida e morte, em constante experiência de desamparo” (pp. 55-56).

O autor nos fala que a rede de proteção acontece ainda por meio do que Bourdieu chamou de capital social, quando a família ou o indivíduo em dificuldade possui vínculos e relações significativas que possam lhe servir como recursos nas situações limites ou de emergência.

Destaca-se a marca da desigualdade social, do que é ser uma adolescente pobre, com poucos recursos, que teve até de vender o próprio cabelo para comprar fralda para a filha, que faz catação de lixo e mendicância em uma grande distribuidora de alimentos para conseguir minimamente sobreviver pedindo os alimentos que sobram, criando assim algumas alternativas. Esta situação é muito comum nestes contextos, as alternativas provisórias, resolver a dificuldade daquele dia, conseguir o alimento para o dia, assim o traço da provisoriedade é marcante.

Mar, apesar da dificuldade, faz esforço para manter a sobrevivência do corpo, mas como fica seu lugar de sujeito desejante? Daquilo que poderia lhe mover em busca de uma outra posição subjetiva e social?

Quando, através das trocas realizadas nas rodas de conversa convocamos os adolescentes a pensar no futuro, no que gostariam de fazer, trabalhar, estudar, Mar diz somente que quer trabalhar, mas não consegue dizer em que, nem onde, nem do que gosta de fazer, diz que precisa trabalhar para sustentar a filha. Esse silenciamento quando falamos do futuro, dos desejos me leva a associar as letras de Mia Couto (2007) em *Terra sonâmbula*: “Minha alma era um rio parado, nenhum vento me enluava a vela dos meus sonhos” (p. 22). Como fazer soprar o vento para que a vela dos sonhos faça o barco deslizar? Como construir outras possibilidades de inscrição na cena social, com mais dignidade e reconhecimento à potência desses jovens?

Acreditamos que sua participação nas rodas de conversa tem sido potente nesse sentido, para interrogar o desejo e produzir o efeito sujeito sem deixar de ampliar o olhar e ação para a complexa e muitas vezes restrita trama na qual estes jovens se inserem socialmente, tomando em conta toda força do discurso hegemônico da pobreza, da violência do Estado e da dessubjetivação que daí pode resultar. A aposta de escuta oferecida a esta adolescente pode auxiliar no sentido da resistência a estes discursos sociais que discriminam e apontam lugares desvalorizados para estes jovens. Para enfrentar o preconceito e a discriminação que vive nas próprias escolas infantis quando vai inscrever a filha. Esses discursos discriminatórios que culpabilizam o sujeito por sua condição, que desvalorizam sua palavra produz desesperança e o sentimento de que não há saída. Cabe aos espaços de escuta

dar valor ao discurso de adolescentes como Mar para abrir saídas, construir alternativas subjetivas, mas também políticas interrogando o Estado e a precarização dos direitos sociais.

Vimos nesse caso a passagem adolescente se inscrevendo com toda a implicação subjetiva e também social produzindo, assim, certas particularidades que para muitos dificultam ainda mais a construção desse novo lugar, dessa fala própria que o adolescente tem de construir nessa passagem da família ao social.

6.1.2 Luís: saindo do sufoco

Luís é mais um filho a trazer medo e preocupações à mãe Margarida, que quase sempre chega aos gritos e choros no CREAS para atendimento. Sempre com um lamento quanto a Luís, que não quer ir para escola, que passa na rua, que acha que ele está usando drogas, e assim a mãe vai tecendo inúmeras queixas sobre o filho. Na transferência, lidamos com um excesso, com uma urgência, que nos levou algumas vezes a intervenções precipitadas, como foi o caso de atender a demanda da mãe de proteção para Luís com solicitação de acolhimento institucional. Nesse caso, a demora no retorno da justiça ao pedido foi positiva, porque nos deu tempo de escutar melhor e rever nossa intervenção.

A história dessa família é marcada por acontecimentos trágicos, a começar pelo pai dos cinco filhos mais velhos de Margarida que cometeu suicídio, seguido pelo abandono do segundo companheiro, pai de três filhos, incluindo Luís, que após várias situações de violência abandona a família.

Há pouco mais de dois anos a família foi abalada com a tentativa de assassinato sofrida por um filho aos 18 anos, ficando este paraplégico e com dependência total dos cuidados da mãe. Esta tentativa de assassinato ocorre em decorrência do envolvimento desse jovem com o tráfico de drogas. Por último, a prisão de outro filho após a casa ser invadida pela polícia, acusado de envolvimento em assaltos.

Em meio a esse contexto marcado por violência e situações traumáticas, a mãe dá mostras de seu sofrimento, falando em todos os lugares (CREAS, conselho tutelar, escola) que lidar com os filhos e suas problemáticas está muito difícil e que às vezes tem até vontade de morrer, desaparecer. Fala assim de um excesso, excesso de situações de difícil elaboração, o que apresenta sua marca de trauma.

Essas são histórias e cenas comuns em nossas periferias, famílias fragilizadas por situações violentas, mães atônitas vendo seus filhos tomando o caminho do crime, vendo os filhos sendo assassinados e assassinando. Vidas que se sustentam tendo de articular uma multiplicidade de formas de sobrevivência, formas que conjugam um trânsito pelo legal e o ilegal, o lícito e o ilícito, o formal e o informal (Teles & Hirata, 2007), marcando, assim, as dobraduras da vida nesses contextos.

As comunidades estão submetidas a muitas violências: ao abandono social, pela ausência do Estado, a força paralela e perversa do tráfico de drogas, a ação policial que muitas vezes se impõe de forma arbitrária e desumana sobre os jovens e suas famílias. Essas violências sofridas se repetem na relação familiar, onde é comum que a resolução dos conflitos se faça também por meios violentos. “São espaços que podemos chamar de potencialmente traumatizantes” (Endo, 2005, p. 225), havendo uma desregulação e ausência de qualquer proteção ao cidadão que circula e habita esses territórios.

É nesse contexto de violência, abandono e trauma que Luís vive sua passagem adolescente. Luís, 14 anos, desde os 11 anos já não consegue permanecer na escola, seguindo-se uma série de tentativas da mãe e dos serviços que atendem a família de incluí-lo em espaços educativos e protetivos, mas algo aí não se produz, uma vez que não constituiu laço com nenhum serviço (escola, serviços de extraclasse, escola de futebol, espaço de tratamento) e os limites e ordens da mãe são contestados e desobedecidos. A mãe se mostra muito fragilizada diante dos filhos e se queixa dos mesmos na frente deles, enfraquecendo ainda mais sua posição.

Sobre Luís muitos falam, a começar pela mãe, que diz de o quanto lhe é insuportável acompanhar o adolecer desse filho, seu discurso é marcado por significantes que apontam para um desfecho também trágico, teme que o filho se envolva com drogas e com o tráfico.

Nas escolas por onde passou, há um discurso de impotência, logo nenhum investimento, e a suspeita que Luís esteja sendo “aviãozinho” para o tráfico. No serviço de extraclasse,¹⁸ Luís aceitou o convite para participar e começou a esboçar a construção de um vínculo, mas os frequentes episódios de agressividade com os colegas e até com educadores levaram ao seu afastamento do espaço, ficando seu retorno condicionado à comprovação de tratamento em saúde mental.

¹⁸ Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Serviço oferecido a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no contraturno escolar que desenvolve atividades recreativas e esportivas conforme preconizado pelo SUAS. Executado por ONGs conveniadas com a FASC.

Lembramos com Lacan (1953/1954 [1986]) e Guerra, Soares, Pinheiro e Lima (2012) que o ato agressivo seria uma exacerbação da agressividade estrutural que compõem a relação original do sujeito falante na relação com a alteridade. Apontando, assim, a agressividade como força necessária para que o sujeito, inscrito seu desejo como desejo do Outro, possa desse Outro se separar.

Na origem, antes da linguagem, o desejo só existe no plano da relação imaginária do estado especular, projetado, alienado no outro. A tensão que ele provoca é então desprovida de saída, quer dizer, não tem outra saída... se não a destruição do outro. (Lacan, 1953/1954 [1986], p.197-198)

Se a entrada na ordem simbólica é bem-sucedida, essa saída se dá pela via da palavra, mas se a palavra não é suficiente para tratar esse excesso, o ato agressivo pode surgir no lugar da palavra que não advém. Podemos interrogar se Luís, através desses atos agressivos, não estaria construindo uma tentativa de separação, uma tentativa de demarcar seu lugar e sustentar seu desejo?

O que vimos foi que o serviço de extraclasse, assim como a mãe de Luís, também não suportou acolher seus atos e tratou de resolver pela sua exclusão do espaço de atendimento, judicializando as relações, ou seja, encaminhando o adolescente à delegacia de polícia para registro de ocorrência policial e, assim, fechando a possibilidade de escuta, mediação e responsabilização pelo adolescente de seu ato no espaço de atendimento.

As tentativas de atendimento em saúde mental também fracassam, Luís diz “não sou louco”, uma vez que em seu imaginário psiquiatra, psicólogo é para louco, então, não aceita ir para consulta no serviço de saúde, ficando assim seu retorno ao serviço de extraclasse inviabilizado.

Luís pode não ser louco, mas seus atos apontam para um mal-estar e, assim, apostando no vínculo que temos com ele através dos atendimentos no CREAS, vamos conversando e nos dispendo a escutá-lo nos lugares onde os encontros se produzem: nas visitas domiciliares, na rua, na praça, no CREAS, até que possa a partir da oferta de um lugar de escuta construir uma demanda. O trabalho clínico possível com esse adolescente ocorreu na diversidade das intervenções.

O trabalho nesses contextos põe à prova o desejo do analista e seus ideais de análise baseado nas estratégias convencionais, levando-nos a trabalhar com a escuta clínica em diferentes espaços onde os encontros se produzem, havendo, assim, uma ampliação e recriação do *setting*, inscrevendo-se no campo de práticas que podemos chamar de clínico-

políticas, lançando desafios e exigindo estratégias no âmbito do sujeito e das práticas sociais (Catroli & Rosa, 2013, Rosa, 2012a)

Guerra e Martins (2013), valendo-se de um recurso topológico à faixa de Moebius, parte da premissa de que a “dimensão política e a dimensão inconsciente são os dois lados correlativos de uma mesma lógica de agenciamento do funcionamento do sujeito no laço social” (p. 93), apontando que mudanças em um plano levariam também a mudanças no outro. Supõe que “intervir no campo político afeta o sujeito e intervir no plano inconsciente afeta o morador da polis” (p. 93).

A aposta de oferecimento de escuta produz seus efeitos e Luís nos conta do medo que vem sentindo em voltar a usar drogas relatando o mal-estar vivido na última vez em que usou. Passa a narrar uma sensação muito aterrorizante que sentiu, onde parecia que iria “engolir a língua”, sentindo-se sufocado e com dificuldades em respirar.

Esse significante “engolir a língua”, “sufoco”, diz muito da posição subjetiva de Luís nesse contexto, onde a palavra é silenciada pela violência e o sufoco explode em atos agressivos.

É como resistência a esses processos que geram o silenciamento, a supressão da palavra, “o sufoco”, “o engolir a língua” e que impelem à ação é que oferecemos escuta a Luís. Em seu dizer, vai surgindo significantes que podem apontar outras direções, outras alternativas de inscrição.

Sustentado pela transferência, Luís frequentou por certo período as rodas de conversa e nesse espaço “solta a língua”, começa a falar e compartilhar sua história e também dizer de seus desejos e interesses, e para isso cria uma ficção, mostrando-se forte e valente.

Nesses encontros, Luís fala de suas andanças pela comunidade onde mora, uma comunidade como tantas outras marcadas por situações de violência, toque de recolher e tráfico de drogas, onde a morte pode estar à espreita em cada beco.

É mostrando-se valente que Luís nos fala do desejo de vingar o irmão que caiu vítima da guerra do tráfico, é estando cada vez mais na rua que enfrenta a perda do amigo assassinado. E para enfrentar o medo nos conta seus conhecimentos para escapar do tiroteio, “tem que correr em ziguezague”, e fala da sua rebeldia em respeitar o toque de recolher em sua comunidade, passando a compartilhar vários episódios de violência sofrido por seus amigos. Nesse espaço de circulação da palavra vai constituindo uma ficção que lhe permite a construção de um saber para operar neste contexto. Sua corrida em ziguezague mostra a ginga e flexibilidade que é preciso ter para ir driblando os obstáculos que a vida impõe a esses jovens nas periferias.

Luís vai narrando suas experiências no tráfico, com pequenos roubos, seu conhecimento de armas e sua participação em tiroteios, assim, vai nos mostrando sua valentia, e deixando os demais colegas na roda de conversa emudecidos frente a tanta coragem.

Luís transmite em seu discurso uma certa forma de onipotência, traço comum nesse tempo do adolecer, mas ao aparecer a onipotência, a não considerar os riscos e limites também revela seu desamparo e sua fragilidade.

Essa forma de se colocar demonstrando valentia nos remete às palavras de Broide (2008), ao falar que o medo e o desamparo dominam a cena nas periferias e que o fato do sujeito estar tomado pelo medo faz com que tenha que se mostrar valente e violento.

Seu empenho em narrar suas façanhas nos leva a pensar que tudo isso representa uma ficção que Luís vai construindo para ser reconhecido e respeitado, pelo menos ali naquele coletivo. Aos poucos, suas histórias vão deslizando para contar também outras possibilidades que vem construindo.

Relatou que estava vendendo balas, mostrando-se um esperto comerciante, avaliando que as balas rendem mais que a venda da maconha, uma vez que as balas são produto próprio, não tendo que dividir o que ganha com o dono do produto, como no caso da maconha. Conta a história do irmão mais velho que, desde oito anos, também vendia balas e hoje conseguiu trabalho, construiu família, casa e ganha mais de R\$ 2.000,00 por mês, enfatiza Luís.

Parece vislumbrar outro caminho, outro referencial identificatório, diferente do apontado pelo temor materno e também pelo discurso social que lhe aponta um destino trágico de delinquência, violência e morte. Luís fala não do irmão que quase morreu vítima do tráfico, nem do irmão que foi para cadeia, mas de um terceiro irmão que construiu uma saída pelo trabalho.

Diz também que não quer vender bala para sempre, quer ser engenheiro, mas que na escola não quer ir, só se puder frequentar a escola à noite, anunciando assim que parece não encontrar mais seu lugar entre as crianças, construindo uma aposta na escola noturna, “lugar dos grandes”, endereçando um pedido de que o ajudássemos a conseguir uma escola noturna.

Luís relata também seu trabalho de cuidar carros que realiza junto a um espaço bastante reconhecido socialmente e que há pouco tempo passou a existir nesse território o estádio de futebol de um time famoso, o que abriu frente de trabalho informal para muitas famílias desse território, mas não abre acesso para adolescentes como Luís entrarem no estádio para visitar e conhecer, nem assistir a um jogo. A eles o lugar destinado é a rua e o trabalho infantil, somente o lado de fora do estádio, revelando assim os lugares destinados às diferentes classes sociais.

É frequente encontrá-lo trabalhando junto a esse estádio, em situação mal vista pelas políticas públicas que dizem que essa situação é trabalho infantil e, portanto, proibida, ilegal, mas sem interrogar o valor subjetivo desse trabalho para o sujeito, nem tampouco construir com ele e sua família outras alternativas de renda.

Nessas atividades de trabalho, em geral, circula em meio a adultos, demonstrando agilidade e esperteza, parecendo ter bem mais que seus 14 anos. Além do trabalho, a religião também parece ter sido uma tentativa de busca de inscrição, Luís passou a frequentar uma igreja evangélica, a participar de cultos e de vigílias. Passava algumas noites em vigília, sentindo-se convocado a sair fazendo pregações. Nesse período, passou a vestir-se com terno e gravata, presente que recebeu do pastor. Por certo tempo, a figura do pastor serviu-lhe de referência. Sua circulação pela vila vestindo terno causava estranheza, figurino que contrastava com a pobreza dos becos, mas que imaginariamente o colocava em outra posição, em outro lugar social.

Quanto a seu pai, após muito tempo sem vê-lo e sem saber onde encontrá-lo, encontra-o por acaso na rua e a partir desse encontro casual, passa a visitá-lo nas obras de construção, civil onde o mesmo eventualmente trabalhava. Certo tempo depois nos conta que aprendeu a pintar com o pai e fala do desejo de ser engenheiro. Esboçando assim uma faísca de identificação.

Essas visitas ao pai logo se interrompem, justamente porque se depara com o abandono de um pai que não lhe conta onde está morando, não lhe fornece nem o telefone, não lhe visita, lhe abandonando mais uma vez ao trocar de trabalho. Em narrativa compartilhada na roda de conversa diz de sua decepção com o pai ao dizer não ter pai, que “a mãe é mãe e pai”, “é ela que cuida de nós”, mas se mostra valente dizendo que se o pai não se importa com ele, também não quer saber dele. Luís parece aqui ter se enfrentado com a queda do pai, e só a partir de agora passa a elaborar esse abandono, reconhecendo na mãe o lugar de proteção e cuidado.

Luís se lança em busca de outros referentes no campo social, na religião, na relação com o pastor, no lugar imaginário do pregador, entre os cuidadores de carros, entre vendedores e também entre os traficantes do território.

As alternativas de inscrição construídas por esse adolescente devem produzir interrogantes às políticas públicas. Por que um adolescente não consegue encontrar mais sentido em estar no espaço escolar? Será que o conhecimento que a escola transmite permite a adolescentes como Luís operar em seu mundo? Ou mais uma vez inscrevem a violência simbólica sobre o sujeito? Nos chama atenção que a cada ano Luís faz uma nova tentativa de

retorno à escola, mas seu desejo novamente sucumbe apesar do caderno novo comprado com esforço pela mãe. Agora tem como aposta futura a escola noturna quando atingir a idade mínima necessária para poder acessar.

Os programas que visam à qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, como Jovem Aprendiz e o Aprendiz Legal¹⁹ apresentam critérios dos quais Luís e a grande parte dos adolescentes das vilas e periferias ficam excluídos. Em geral, esses programas exigem justamente o que eles não têm, a escolaridade. Como incentivar um jovem a retomar três, quatro anos de escola para só assim poder ser incluído no Jovem Aprendiz? A essa altura, o tráfico de drogas já o acolheu e lhe apontou um ‘plano de carreira’ mais rápido e vantajoso.

O que fazer nesse tempo onde o que está previsto para sua faixa etária parece não fazer sentido a ele? Importante considerar que as crianças e adolescentes dessas comunidades desde muito cedo são forçados a “se virarem”, construindo forçadamente certa autonomia e independização, fruto também das situações de desamparo e desproteção que vivem desde muito cedo, assim, logo assumem responsabilidades e o trabalho assume mais importância do que a formação escolar, uma vez que a luta pela sobrevivência se impõe muito cedo a esses jovens e, muitas vezes, não há um adulto capaz de dar aquilo que o jovem deseja, cabendo a ele mesmo dar um jeito para buscar a satisfação de suas necessidades e desejos.

Na marginalidade, Luís vai mostrando seu padecimento. Seus desejos encontram poucas vias de expressão e de reconhecimento, do lado da família, só existe o temor de que se está na rua, está na droga, está no tráfico, embora a mãe aceite o dinheiro que traz com o trabalho que realiza. As possibilidades de inclusão em programas de qualificação, trabalho e educação lhe restringem o acesso, uma vez que ainda não tem a idade mínima, nem a escolaridade exigida e o que lhe é oferecido parece não lhe fazer sentido.

Os desejos enunciados por esse adolescente e reconhecidos num espaço de escuta interrogam o campo das políticas públicas. Estamos assim diante de um sujeito que deseja outra coisa além do que lhe é permitido, como construir lugar no laço social nesse momento que não seja na marginalidade? Como acolher essas demandas?

Temos, assim, um adolescente fazendo uma travessia na corda bamba, tentando encontrar um espaço de reconhecimento. Nessa travessia, vai flertando com diferentes possibilidades de inscrição, ora trabalhador (cuidador de carro, vendedor) ora pequeno

¹⁹ Ver site do programa recuperado de www.aprendizlegal.org.br e da Lei da Aprendizagem nº 10097/2000, recuperado de www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10097.htm

traficante (venda de maconha), ou pastor evangélico, nesse espaço da dúvida, ainda podemos investir no que Guerra (2016) chama de “potência da indeterminação”.

Luís, através de seu padecimento, assim como sua mãe, também demanda abrigo. Ao escutar a polissemia de sentidos, temos que abrigo é também refúgio, proteção, amparo, acolhida. Assim, a partir de seus atos e sintomas, diz da busca de reconhecimento e inscrição na cena social. No entanto, muitas vezes, como lembram Catroli e Rosa (2011), o lugar que é destinado ao jovem num determinado contexto social pode produzir apenas abandono e deriva subjetiva.

No caso de Luís, apesar do discurso desesperado da mãe que aponta ao filho um destino trágico, procuramos não nos deixar capturar por esse horror e o abrigo que oferecemos a ele foi a possibilidade de acolhida de sua palavra e a aposta de que possa construir lugar pela via do trabalho, construindo com ele formas de poder exercer suas atividades com menos riscos, construindo algumas alternativas de cuidado.

Podemos tomar os atos de Luís como certa denúncia frente ao desamparo, quer pela fragilidade na identificação paterna, quer por sua fragilidade em lidar com os imperativos e valores sociais priorizados na cultura. Do lado de sua família, temos a mãe que diz de uma impossibilidade de reconhecer um saber próprio acerca do que se passa com seu filho, delegando a outros (abrigo) a possibilidade de lidar e construir limites e proteção, denunciando assim sua frágil sustentação simbólica. Do lado das instituições, a impossibilidade de ser continente e oferecer amparo, surgindo as exigências, o regramento e a exclusão.

Não será justamente a ausência de outra forma de reconhecimento e inscrição na cena social aos jovens, além da fragilização das referências familiares, o que tem levado muitos ao envolvimento com o tráfico e delinquência? O que estes adolescentes interrogam ao campo das políticas públicas em seus serviços e programas?

Não é chegada a hora do poder público considerar certas especificidades dos adolescentes que vivem em contextos de vulnerabilidade e exclusão e poder, a partir de uma escuta e de práticas interdisciplinares, construir políticas públicas mais inclusivas?

Lamentavelmente, parece que estamos indo na via contrária, considerando o difícil momento que atravessamos no país onde existe a forte tendência à supressão de direitos e o clamor pela redução da maioria penal, votado recentemente.

Trata-se de oferecer abrigo à produção da palavra e, nesse sentido, acolher o sofrimento, dar amparo para que essa passagem adolescente possa se produzir e que Luís possa construir um novo lugar no campo social, uma posição que lhe permita localizar-se no

mundo e estabelecer laços sociais, pois quando o sujeito é escutado, é possível descansar, apaziguar a angústia vivida, é possível sair do sufoco.

6.3 Ariel: do silêncio à palavra

Ariel, 14 anos, chega silencioso, cabeça baixa, quase não sustenta o olhar, quando nos dirigimos a ele esboça um sorriso e baixa a cabeça e quando fala olha para o lado. Quando começa a participar das rodas de conversa vem acompanhado de seu padrasto, rapaz muito jovem que parece também um adolescente. Nesse período, estava morando novamente com sua mãe, após circular pela casa do pai, da avó materna, de tios. Nesse momento, a família está em processo de reorganização, a mãe após constituir um novo relacionamento conseguiu superar a dependência química e situação de rua e estão tentando reconstituir o grupo familiar buscando os filhos para morar com ela.

A família nesta tentativa de organização traz em atendimento as preocupações com Ariel e suas ameaças de se jogar de cima da ponte, visto residirem próximo a um rio. Queixam-se de que Ariel fica bravo, agitado, briga e corre para a ponte. Seu padrasto relata que já foi atrás dele algumas vezes para impedi-lo de “fazer loucura”. Assim, Ariel parece ameaçar a família com sua morte, jogando em produzir falta no Outro com seu desaparecimento.

Esses relatos contrastam com o adolescente que recebemos nas rodas. A marca de Ariel é seu silêncio e timidez, sua dificuldade em se colocar e participar, mas seguimos acolhendo e lhe convidando a tomar a palavra. Certo tempo depois, Ariel passou a vir sozinho nos encontros, já aprendeu a usar o ônibus, avanço importante, uma vez que tem uma circulação bem restrita no território e na cidade.

De sua história, nos conta pouco, quase não fala de sua família, mas sabemos que a família tem um envolvimento importante com o tráfico de drogas, tanto do lado paterno, como materno, tanto o pai como a mãe já estiveram presos e afastados dos filhos. Também os avós são envolvidos no tráfico, atualmente seu pai e sua avó materna estão presos. Tem também tios e primos comprometidos com o tráfico de forma que tanto sua família nuclear como família extensa estão nesse envolvimento. A família já viveu muitas perdas por mortes violentas e recentemente Ariel perdeu dois primos muito jovens em uma chacina quando a casa dos primos foi invadida e também uma prima, que foi atingida na mesma chacina, hoje vive em uma cadeira de rodas.

Dessa forma, Ariel tem uma história familiar movimentada, atravessada por violência e morte. Reside num território que passou há poucos anos a sofrer fortemente as interferências do tráfico, dominado por facções de fora do território. Passou por situações difíceis com o uso de drogas pela mãe, o desamparo de ter os pais presos, o afastamento dos irmãos quando ficavam na casa dos tios e avós.

Atualmente, vive um novo momento e tem estabelecido uma boa relação com o padrasto, parece que esse companheiro da mãe vem-se constituindo como uma referência importante para toda a família, pois foi a partir dessa relação que a mãe conseguiu se reorganizar e reunir seus filhos e uma casa para acolhê-los. Essas tentativas de mudança da mãe de Ariel despertaram indignação em alguns parentes uma vez que uma irmã de Ariel que vivia desde o nascimento com uma tia retornou ao convívio da mãe o que produziu conflitos na família e até ameaças de morte ao padrasto de Ariel. Nessa ocasião, o pai de Ariel, que passou um período em liberdade, fazia ameaças de morte ao padrasto e à mãe de Ariel, deflagrando pânico na família.

Como toda esta história faz marca em Ariel? Que efeitos subjetivos esse contexto violento e de insegurança pode produzir? O que nos dirige é seu silêncio, sua timidez, mas sua participação nas rodas de conversa pode produzir alguns efeitos de deslizamento e também abertura.

Ariel, ao conhecer outro colega na roda de conversa, começa a brincar, fazer piadinhas e assim vai se mostrando, convida o colega a fazer jogos de tabuleiro e a escolha do jogo é bem significativa, pois jogam preferencialmente o jogo cara à cara em que cada um tem de ir fazendo perguntas para o outro até descobrir o personagem. A pergunta por quem é vem a partir deste jogo, cada um ali quer saber quem é, e quem é seu parceiro. As perguntas pela descoberta do personagem associam-se às marcas corporais, como: tem barba? É forte? É magro? Fuma charuto? Tem cabelo curto? O cabelo é preto? E assim, nomeando as características corporais, vão mapeando um corpo, uma identidade que precisa ser reconhecida pelo outro para ter existência, para ganhar o jogo. E nesse jogo de ir costurando uma ressignificação da imagem corporal, agora sustentada pelo olhar dos pares, Ariel vai entrando no jogo, nesse jogo de ir construindo um novo lugar de enunciação. Os adolescentes passam a falar de si, de que tem de cortar o cabelo, que está fumando cigarro, o outro diz que nunca fumou. E assim Ariel começa sua participação nos espaços da roda, mas ainda nessas situações de jogos que guardam ainda uma relação com o brincar. Transição, passagem, brincar como suporte do dizer.

E as rodas vão rodando, e Ariel, sem o aporte dos jogos, segue silencioso, mas escutando atendo todas as falas, quando convocado a falar quando usamos diferentes dinâmicas, é sempre muito econômico nas palavras. Num desses momentos, quando perguntamos o que gostaria de ser no futuro, responde que quer ser advogado. Essa fala nos surpreende, visto não ser comum entre esses adolescentes falarem em um curso superior, ou terem perspectiva de uma formação. Por onde se enlaça esse desejo? Considerando a história familiar, toda uma família com envolvimento complicados com a lei, com o crime, Ariel deseja ser advogado, surge um desejo que pode enlaçá-lo ao crime desde outra posição? Também devido a tantos envolvimento da família no crime, com prisões, o advogado para eles deve cumprir um lugar de importância. É esse lugar que Ariel deseja. Pode abrir-se assim uma importante saída, outra referência, mas também enlaçada à história familiar. Ao invés de seguir na linhagem familiar e ser também um criminoso, pode ser um advogado e lidar com o crime de outra forma.

Ariel perdeu os primos assassinados e logo após passou várias rodas de conversa sem comparecer. O significante “advogado” surge em sua primeira participação após esses acontecimentos, mas não produz deslizamentos, não consegue dizer mais nada a respeito dessa escolha. Estaria também associado ao desejo de justiça pela morte dos primos? Sua posição silenciosa, tímida seria efeito desse contexto que também dita a lei do silêncio, que aprisiona a fala das pessoas?

Na família, as queixas são de que Ariel é agressivo, muito bravo, mas que o padrasto consegue acalmá-lo, a mãe faz referência que ele escuta muito a fala do padrasto. A angústia que não desliza na palavra salta na agressividade, na vontade de morrer, na raiva. Mas a palavra do padrasto parece ajudá-lo em seu reposicionamento subjetivo, parece ampará-lo em seu desatino.

Em um dos encontros na roda de conversa, a palavra vence o silêncio e Ariel se põe a falar, trazendo um pouco de sua história escolar, relatando as dificuldades na escola, onde aparece o significante raiva, contando as brigas que teve com um colega que o levaram a ser expulso da escola, narra que ia dar uma facada no colega, mas que a professora impediu e acabou machucando a professora; em nova briga acerta a cabeça do colega com uma pedrada e diz “ não sei, é muita raiva que dá na hora”, “dá muita raiva”, mas justifica que o colega também veio para lhe jogar uma cadeira e não ia permitir.

Passado mais alguns dias, relata um novo episódio de brigas na escola, trocando chutes e socos com um colega sem conseguir entender o que acontece, dizendo que o colega não queria o deixar sair da sala de aula e que não consegue controlar. Acabou indo para a

direção e sendo ameaçado de expulsão pela nova escola. Assim, Ariel diz de algo que lhe ultrapassa, que não consegue controlar “dá muita raiva”. Fala assim de um excesso, onde as ações agressivas tomam a cena e a palavra sucumbe. A escassez de palavras emerge no ato agressivo. Ariel, ao conseguir fazer esta narrativa, também, de certa forma, vai se interrogando sobre essa raiva que lhe invade. Falar do que sente, colocar palavras, romper o silêncio já marca um deslizamento.

Prossegue contando que acha que vai rodar por faltas, que tem muita preguiça de ir à aula, falando assim de sua dificuldade em manter o desejo pela escola num contexto onde nada parece ajudar a sustentá-lo. Parece faltar aqui alguém que lhe sirva de apoio e continência para organizar essa frequência na escola e também ajudá-lo a fazer uma aposta, a suportar também as dificuldades e construir vínculos menos agressivos. Nesse momento, intervimos apontando que seria muito ruim perder o ano por faltas e falamos de alguns projetos de inserção para o trabalho, mas que todos exigem no mínimo que o adolescente esteja no 7º ano. Com nossa intervenção, procuramos produzir algum sentido para frequentar a escola e parece que produzimos um certo interesse pelo trabalho. Ariel pergunta em seguida se ele poderia trabalhar, se poderia fazer um curso, dizendo que onde mora não há nada para fazer, que só fica em casa.

À medida em que vai conseguindo falar vai também podendo narrar a morte de seus primos, e após falar da violência, morte e raiva, começa a surgir espaço para o desejo, aparecendo o interesse por trabalhar, por fazer um curso, por passear. Aparece também o pedido em fazer seu documento de identidade. Também vai construindo novas amizades e traz esses amigos também para participar da roda.

Ariel começa a dar os primeiros passos da família ao social, da casa para a rua, e nessa travessia vai aumentando sua circulação pela cidade e, junto com um novo amigo, vai se potencializando também para certas transgressões. Soubemos a pouco por sua mãe que Ariel estava fazendo mendicância no centro da cidade e, posteriormente, que não se tratava de mendicância, mas sim que vinham praticando pequenos furtos.

Como ler este ato? Como Ariel se coloca em relação a seu ato? Podemos pensar em certa atuação neste tempo de passagem adolescente? A família reage a essa descoberta colocando limite, apontando que não irá fazer mais isso, nesse momento entra a palavra do padrasto, colocando a proibição. Que efeitos essa proibição vai produzir?

Importante esse limite e proibição, assim a família lhe diz que não quer esse caminho para Ariel. É o padrasto que conversa com Ariel e lhe diz de seu desejo em relação a ele, de outro caminho, esse padrasto que tem organizado essa família e que tem uma história longe

do crime, que trabalha e sustenta a casa. Importante que a família possa abrir a Ariel outras perspectivas. Após estes episódios a mãe leva Ariel para fazer a carteira de identidade, a carteira de trabalho e agora com documentos já pode levar adiante seu projeto de buscar trabalho. Estaremos lhe auxiliando nesses projetos, buscando abrir outras possibilidades de inclusão no laço social.

Com Ariel, o desejo de se jogar da ponte transforma-se no desejo de transpor as pontes, sair da ilha onde literalmente reside e estabelecer contato com o outro lado do rio, lá em Porto Alegre, onde conheceu outros meninos que estão em outras ilhas e, assim, alguns saltos entre diferentes ilhas/pessoas começam a ter lugar. Da vergonha e timidez que lhe fazia calar e desejar a morte, para a aprendizagem de novos percursos, para a construção de novos vínculos, novos devires.

TEMPO DE CONCLUIR

Iniciamos esta dissertação acompanhados pelas palavras do poeta, lançamos o barco, sonhamos a viagem (Couto, 2012) e a partir do sonho da viagem, a viagem se fez. Navegamos, percorremos mares turbulentos, enfrentamos algumas tormentas, nos sentimos perdidos, mas logo em seguida retomamos o rumo e aquilo que parecia perda, desvio se constituiu como descoberta. Como em toda viagem, não conhecemos tudo, nunca vemos e ouvimos tudo, sempre fica alguma coisa que não vimos, não conhecemos, não experimentamos, sempre fica algo que pode nos levar a fazer novas viagens, que pode fazer a viagem recomeçar... Em outro ponto, em outro porto...

Nosso ponto de partida da viagem dissertação foi nossa experiência de trabalho no campo da política pública de Assistência Social, em um CREAS, com sujeitos situados precariamente no campo social, com mães angustiadas com as dificuldades com seus filhos adolescentes, temerosas quanto ao destino dos filhos. Também as discussões entre os diferentes serviços da rede de atendimento que interrogavam sobre o envolvimento muito cedo dos adolescentes em situações consideradas de risco. Essa escuta foi produzindo interrogações que nos levaram a empreender esta viagem-dissertação em busca da “Ilha desconhecida”. O que buscamos nessa viagem foi interrogar e analisar como se produzia a passagem adolescente para esses jovens que trazem em sua história a marca da vulnerabilidade e da exclusão social, que habitam territórios marcados pela precariedade material e pela violência, tanto a violência que visa atingir o corpo e produz sofrimento e mortes a partir de um ato específico de violência, quanto a violência de um discurso insidioso e silencioso do poder hegemônico que fixa esses sujeitos em lugares de resto, de dejetos pela precariedade em que são colocados, os marcando com discursos segregatórios e discriminatórios. Quais as marcas que esta trama social produz na subjetividade destes jovens? Essas foram algumas questões que orientaram esta dissertação.

Com o desejo de avançar e desdobrar estas questões, amparados pela psicanálise, fomos descobrindo que a adolescência se apresenta como um trabalho, uma operação psíquica de construir um novo lugar de enunciação, diferente do lugar da infância, mas também sustentado pelas inscrições que aí se produziram e que sofrem os efeitos do contexto histórico e social no qual estão inseridos. Ao adolescente, cabe construir um novo lugar, diferente daquele da família, mas um lugar na cena social. Onde o discurso familiar não será mais o único suporte, se dirigirá à cena social na busca de construir um outro lugar. Na adolescência,

outras operações entram em jogo para validar outro discurso que possibilite o pertencimento e reconhecimento do jovem como membro do grupo social e que dependem das condições oferecidas por esse grupo social.

O que temos visto é que sobre os adolescentes das vilas e periferias de nossas cidades recai um discurso social que criminaliza e patologiza, dificultando sua inscrição no laço social desde outro lugar, assim, é o drogado, o traficante, o ladrão, aquele que produz medo e horror, que mata o adolescente de família. É também o adolescente que mata e morre e sua morte não causa nenhuma repercussão social, desses jovens pouco sabemos, seja quando eles matam, seja quando eles morrem, ficando assim sob o véu da invisibilidade social.

Procurando romper com posições generalistas, tanto das teorias psicológicas como do discurso social, que constrói através de descrições de comportamento o que é “O adolescente”, buscamos abrir espaço para a emergência do sujeito e a partir da singularidade de cada um dar visibilidade às várias adolescências que habitam as dobras escondidas de nossas vilas.

Construímos dispositivos que acolheram a palavra desses jovens e que eles de “falados” (pelas mães, professores, educadores, médicos, delegado, juiz) passaram a “falar”, assumindo um lugar de enunciação, dizendo deste tempo da passagem adolescente em suas vidas e das vicissitudes desta passagem. Dessa forma, tomamos a via contrária de muitas intervenções comuns no campo social, que é de intervir no sentido de apontar o bem ao sujeito, lhe apontando como deve ser, o que tem de fazer e como deve fazer, mas abrindo espaço de escuta e construção coletiva a partir das histórias compartilhadas nas rodas de conversa. Lançamos aos adolescentes o convite a estar na roda com sua palavra, e nós com nossa acolhida, amparo e escuta, articulando questões subjetivas e políticas.

Neste trabalho, nos lançamos no desafio de construir e sustentar um lugar na transferência com cada um desses adolescentes e, assim, alguns encontros tiveram lugar nas visitas domiciliares, na praça, na rua e só mais tarde no espaço da instituição, no CREAS. Como lembra Rosa (2016b), não basta ter uma proposta de escuta, é preciso construir uma relação em que a escuta opere, o que nos levou a construir diferentes formas de aproximação e estratégias clínicas com estes adolescentes. Nesse sentido, é fundamental construir práticas instituintes e realizar o enfrentamento às práticas burocratizadas e cristalizadas que acabam por excluir o sujeito.

Com as rodas de conversa, acolhemos a vida comum, e nesse espaço coletivo, foi possível aos adolescentes dizer de suas dificuldades, medos, alegrias, desejos, foi possível falar da dor, da perda, foi também espaço de elaboração de tantas violências que geram o

silenciamento e o apagamento do sujeito e impelem a ação, ao desatino. Foi espaço de reconhecimento e compartilhamento de experiências onde a palavra de cada um era escutada e valorizada o que possibilitava a abertura para novas versões discursivas. Inspirados nas palavras de Broide (2010), acreditamos que “sempre há um lugar onde podemos nos colocar em uma boa posição de escuta. E o sujeito fala, seja quem for e seja aonde for” (p. 105).

Assim, escutamos as dificuldades que o enfrentamento com as primeiras experiências amorosas, com as questões suscitadas pelo real pubertário, com o real do sexo podem produzir. Especialmente na história de Mar, vimos o quanto esta adolescente anda às voltas com seu desejo e o peso de silenciamento que isso pode produzir. Ao silenciar diante do desejo, de sua posição na partilha dos sexos também fica silenciada para outros desejos. Acompanhamos ainda os efeitos de uma trama social violenta que incide em sua história lhe impossibilitando de levar adiante projetos, pela ausência de um Estado que se apresenta violento quando excluiu, discrimina e não garante direitos.

Acompanhamos as várias tentativas de Luís em construir um lugar na cena social que passam por experimentar posições que vão do lugar do criminoso, do traficante ao lugar do trabalhador e, nesse percurso, tenta construir uma ficção que lhe permita suportar viver em meio a tanta violência, assim se mostra também valente e violento para esconder o medo, a dor. Faz movimento de resistência em sua ficção quando se coloca como valente em escapar do tiroteio com sua corrida em ziguezague, quando diz não respeitar o toque de recolher do território, quando deseja vingar o irmão, dizendo que vai driblando os obstáculos nesta corrida da vida. Esta circulação de Luís nesses diferentes lugares também lhe coloca na marginalidade frente ao discurso social e assim fica como aquele que não quer estudar, em situação de trabalho infantil. Recaindo somente sobre o sujeito o peso da culpabilização, sem interrogar e implicar o Estado em suas políticas públicas e em sua violência.

Com Ariel, acompanhamos o início de um processo de passagem adolescente, quando, em sua circulação pelo território, começa a fazer sozinho certos percursos, quando surgem os enfrentamentos com a família, em suas atuações de jogar com a própria vida para cavar um lugar nessa família, para convocar um olhar da mãe, após uma infância de abandonos e circulação por diversas famílias sem pertencimento efetivo. Quando começa a romper o silêncio e narrar a violência sofrida e também praticada nos episódios onde parecia enunciar sua posição de sujeito pela agressividade com os colegas de escola, onde através da narrativa desses episódios vai construindo questões. Surgem interrogações sobre o que lhe passa, sobre sua raiva. Também quando pelo ato violento de roubar no centro da cidade convoca a família a assumir uma posição e a partir daí busca fazer seus documentos, carteira de identidade,

carteira de trabalho, ao mesmo tempo em que timidamente começa a perguntar por outras possibilidades de inscrição, construindo assim a pergunta sobre alternativas de trabalho, de fazer cursos.

Acolher esses adolescentes nesse espaço de escuta clínica através do dispositivo de rodas de conversa nos permitiu acompanhar as particularidades da passagem adolescente e apontar que estes vivem esta passagem com dificuldade e limites impostos pela trama social na qual estão imersos, que conjugam o desamparo material e discursivo, o desamparo das famílias as quais pela própria desqualificação de seu lugar junto aos filhos e perante o discurso social ficam fragilizadas em suas funções protetivas. Ou seja, as possibilidades de inscrição no laço social em um lugar de reconhecimento e pertencimento ficam bastante restritas a esses adolescentes.

Dessa forma, não podemos pensar a passagem adolescente sem tomar em conta toda essa trama social, sem a análise das relações sociais nas quais esses jovens estão imersos e que faz marca na subjetividade.

Construir com esses adolescentes dispositivos onde a palavra de cada um possa ter lugar é uma forma de ressignificar subjetivamente o sujeito perante a cena social, é também construir o encontro criativo com o outro, é compartilhar histórias e experiências e descobrir desejos e projetos. É uma forma de construir práticas de resistência à exclusão da dimensão subjetiva, é também uma forma de construir amparo durante este intenso trabalho psíquico que representa adolecer. Além da dimensão subjetiva devemos articular a dimensão política convocando intervenções com a cultura, o esporte, a educação e trabalhos que envolvam a geração de renda visto este ser um ponto de muita importância para todos os adolescentes que escutamos.

Certamente, este tema não se esgota nesta dissertação, foram muitos os pontos ainda pouco explorados, entre eles, a dimensão dos atos violentos e transgressivos que exigiriam um estudo mais específico e que não alcançamos fazer nesta pesquisa. Este contexto traz inúmeros desafios e questionamentos que escapam e que continuamente não cessam de não se inscreverem, o que nos movimenta no sentido de quem sabe seguir desenvolvendo estes pontos em outras pesquisas. Movimenta também a pesquisa em psicanálise visando a construção de dispositivos clínicos com os quais operar em diferentes cenários sociais e políticos.

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memórias, em lembranças, em narrativas. Quando o viajante se sentou na areia da praia e disse: ‘ não há mais que ver’, sabia que não era assim. O fim da viagem é apenas o começo doutra. É

preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre. O viajante volta já. (Saramago, J. Viagem a Portugal)

REFERÊNCIAS

- Abramovay, M., Castro, M. G., Pinheiro, L. C., Lima, S. F. & Martinelli, C. C. (2002). *Juventude e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para as políticas públicas*. Brasília, DF: Edições Unesco Brasil. Recuperado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>
- Adorno, R. C. F. (2001). *Capacitação solidária um olhar sobre os jovens e suas vulnerabilidades*. São Paulo, SP: Associação de Apoio ao Programa de Capacitação Solidária. Recuperado de <http://dspace.fsp.usp.br/xmlui/bitstream/handle/bdfsp/673/ado001.pdf?sequence=1>
- Alberti, S. (2004). *O adolescente e o outro*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Arendt, H. (2000). *A condição humana*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Ariès, P. (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, RJ: LTC.
- Backes, C. (2011). Família e Estado: o adolescente e as instituições de autoridade. In: Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Orgs.) *Autoridade e Violência* ,(pp. 35-46). Porto Alegre: APPOA.
- Barbosa, J. L., & Silva, J. S. (2013). As favelas como territórios de reinvenção da cidade. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, (1). Recuperado de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/cdf/article/view/9062/6940>
- Bechara Fröhlich, C., & Moschen, S. (2012). Formação docente: literatura e memória inventiva na construção da narrativa de formação. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 20(36). Recuperado de <http://epaa.asu.edu/ojs/1091>
- Beltrame, A. & Taveres, E. (2016). A margem da transferência. In: *Correio da APPOA. Publicação periódica da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n. 257. Recuperado de http://www.appoa.com.br/correio/edicao/257/a_margem_da_transferencia/336
- Benjamin, W. (2012). *Magia e técnica arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (Obras Escolhidas, Vol. I). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Betts, J. (2014). Desamparo e vulnerabilidade no laço social: a função do psicanalista. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre - Desamparo e Vulnerabilidades*, (45/46), 9-19.
- Birman, J. (1992). A clínica na pesquisa psicanalítica. In *2º Encontro de Pesquisa Acadêmica em Psicanálise: psicanálise e universidade*. São Paulo, SP.

- Birman, J. (2008). Adolescência sem fim? Peripécias do sujeito num mundo pós-ediapiano. In Cardoso, M. R., & Marty, F. (Orgs.), *Destinos da adolescência* (pp. 81-105). Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.
- Block, E. (2005). *O princípio esperança*. Rio de Janeiro, RJ: UERJ Contraponto.
- Bondia, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, (19), 20-28.
- Bourdieu, P. (Coord.) (1997). *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Brasil, (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília. Recuperado de <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf>
- Broide, J. (2008). *Psicanálise: nas situações sociais críticas. Violência, juventude e periferia: em uma abordagem grupal*. Curitiba, PR: Juruá Psicologia.
- Broide, J. (2010). Adolescência e violência: criação de dispositivos clínicos no território conflagrado das periferias. *Revista Psicologia Política*, 10(19), 95-106. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100009&lng=pt&tlng=pt
- Broide, E. E. (2014). Possibilidades de singularização do sujeito nas políticas públicas: do resto à causa. *Intellectus Revista Acadêmica Digital*, 10(27), 87-99. Recuperado de www.revistaintellectus.com.br/edição-asp/ed=1
- Broide, J. & Broide, E. E. (2015). *A psicanálise em situações sociais críticas; metodologia clínica e intervenções*. São Paulo: Escuta.
- Calcagnini, M. C. (2007). *Adolescer: el verbo de las transiciones*. Recuperado de www.efba.org/efbaonline/calcagnini-13.htm
- Calligaris, C. (2000). *A Adolescência*. São Paulo, SP: Publifolha.
- Calligaris, C. (1996). *Crônicas do individualismo cotidiano*. São Paulo, SP: Ática.
- Campos, G. W. S. (2003). *Saúde paidéia*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Carmo, V. S. (2011). *Anonimato de vida e de morte: contemporaneidade e laço social na adolescência*. Tese de doutorado, PUC-SP, São Paulo. Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/16939/1/Viviani%20Sousa%20do%20Carmo.pdf>
- Castel, R. (1997). A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a desfiliação. *Caderno CRH*, (26/27), 19-40.

- Castoriadis, C. (1988). *Los dominios del hombre*. Barcelona, ES: Gedisa.
- Catrolí, V.S.C., & Rosa, M. D. (2013). O laço social na adolescência: a violência como ficção de uma vida desqualificada. *Estilos da Clínica*, 2(18), 297-317. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/estic/article/viewFile/79850/83807>
- Conselho Regional de Serviço Social. (1993). *Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)*. Lei 8742 (7 de dezembro de 1993). Porto Alegre, RS: CRSS.
- Costa, A., & Poli, M. C. (2006). Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 19(188), 14-21.
- Coutinho, L. G. (2009). *Adolescência e errância: destinos do laço social no contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ: Nau Editora.
- Couto, M. (2007). *Terra sonâmbula*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Couto, M. (2012). *Mar me quer*. Portugal: Editorial Caminho.
- Cruz, L. R., & Guareschi, N. (2009). A Constituição da Assistência Social como Política Pública: interrogações a psicologia. In: Cruz, L. R., & Guareschi, N. (Orgs.), *Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas* (pp. 13-40). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cruz, L. R., & Hillesheim, B. (2016a). Risco social. In: Fernandes, R. M. C., & Hellmann (Orgs.), *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil* (pp. 242-245). Porto Alegre, RS: UFRGS.
- Cruz, L. R., & Hillesheim, B. (2016b). Vulnerabilidade social. In: Fernandes, R. M. C., & Hellmann (Orgs.), *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil* (pp. 300-302). Porto Alegre, RS: UFRGS.
- Deleuze, G. (1990). O que é um dispositivo? Recuperado de <http://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>
- Endo, P. C. (2005). *A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico*. São Paulo, SP: Escuta/Fapesp.
- Fernández, A. M. (1989). *El campo grupal*. Buenos Aires, AR: Nueva Vision.
- Figueiredo, A. C. (2004). A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 7(1), 75-86.
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.

- Foucault, M. (2003). A vida dos homens infames. In Foucault, M. (Ed.), *Estratégias, poder-saber* (pp. 2003-222) (Ditos e Escritos, Vol. IV). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Freud, S. (1972). *Psicopatologia da Vida Cotidiana* (Coleção Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol. VI). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1901)
- Freud, S. (1972). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Coleção Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol. VII). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (1974) *Projeto para uma psicologia científica* (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol. I). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (1974). *Inibições, sintomas e ansiedade* (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol. XX). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1926[1925]).
- Freud, S. (1974). *Sobre o narcisismo: uma introdução* (Coleção Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol. XIV). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1974). *O Futuro de uma ilusão*. (Coleção Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol.. XXI). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1927).
- Freud, S. (1975). *Construções em análise* (Coleção Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol. XXIII). Rio de Janeiro, RJ: Imago (Trabalho original publicado em 1937).
- Freud, S. (1975). *O mal-estar na civilização* (Coleção Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol. XXI). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em (1929/1930).
- Freud, S. (1976) *Romances familiares*. (Coleção Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas) Vol. IX , Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1909/1908).
- Freud, S. (1976). *Linhas de progresso na terapia psicanalítica* (Coleção Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol. XVII). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1918/1919).
- Freud, S. (1976). *O Estado neurótico comum*. In: Conferências introdutórias sobre psicanálise. (Coleção Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol.XVI) Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1916/1917[1915-1917]).

- Gagnebin, J. M. (2006). *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo, SP: Editora 34.
- Guerra, A. M. C, Soares, C. A. N, Pinheiro, M. C. M., & Lima, N. L. (2012). Violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas: uma discussão psicanalítica acerca da adolescência. *Psicologia em Revista*, 18(2), 247-263.
- Guerra, A. M. C., & Martins, A. S. (2013). Psicanálise e política: contribuições metodológicas. *Revista Borromeo*, (4). Recuperado de <http://borromeo.kennedy.edu.ar/Articulos/CamposGuerrapsicoan%C3%A1lisisypol%C3%A1tica.pdf>
- Guerra, A. M.C. (2016). *Trauma e mal estar: sempre atual, sempre a enfrentar*. Aula inaugural ministrada no Programa de Pós-graduação Psicanálise: clínica e cultura, Instituto de Psicologia. UFRGS, Porto Alegre, 07/03/2016.
- Gutierra, B. C. C. (2003). *Adolescência, psicanálise e educação: o mestre possível de adolescentes*. São Paulo, SP: Avercamp.
- Gutierra, B. C. C. (2014). *Inícios na psicanálise com adolescentes: clínica e supervisão*. Curitiba, PR: CRV.
- Haesbaert, R. (2004). Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, RS: UFRGS. Recuperado de <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>
- Haesbaert, R., & Limonad, E. (2007). O território em tempos de globalização. *ETC, Espaço Tempo e Crítica - Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e Outras Coisas*, 1(2/4). Recuperado de http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf
- Jasiner, G. (2008). *Coordinando grupos: uma lógica para los pequenos grupos*. Buenos Aires, AR: Lugar Editorial.
- Keil, I. M. (2005). *Descrença política e violência urbana: existe uma relação?* In: Hartmann F., & Rosa, Dal Follo, N. C. (Orgs.), *Violências e contemporaneidade* (pp27-38). Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios.
- Keilh, M. R. (2002). *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Kelh, M. R. (2000). Existe uma função fraterna? In Kelh, M. R. (Org.), *A função fraterna* (pp. 31-47). Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Kelh, M. R. (2004). A juventude como sintoma da cultura. In Novaes, R., & Vannuchi, P. (Orgs.), *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação* (pp.89-114). São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.
- Kelh, M. R. (2008). *A fratria órfã: conversas sobre a juventude*. São Paulo, SP: Olho d'Água.

- Koltai, C. (2014). O desejo do psicanalista face o desamparo contemporâneo. *Desamparo e vulnerabilidades - Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (45/46), 20-31.
- Lacan, J. (1985). *Mais, ainda* (Coleção O Seminário, Livro 20). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1972/1973)
- Lacan, J. (1986). *Os escritos técnicos de Freud* (Coleção O Seminário, Livro 1). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1992). *A Transferência* (Coleção O Seminário, Livro 8). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1960/1961)
- Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In Lacan, J. (Ed.), *Escritos* (pp. 496-533). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1999). *As Formações do Inconsciente* (Coleção O Seminário, Livro 5). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1957/1958).
- Lacan, J. (2003). O despertar da primavera.. In: Lacan, J. *Outros Escritos*. (pp. 557-559). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1974).
- Lash, C. (1983). *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Mãe, V. H. (2016). *O filho de mil homens*. São Paulo, SP: Biblioteca Azul.
- Mãe, V. H. (2014). *A desumanização*. São Paulo, SP: Cosac Naify.
- Miller, J. A. (2003). Problemas de pareja, cinco modelos. In Miller, J. A. (Org.), *La pareja y el amor*. Conversações clínicas con Jacques-Alain Miller en Barcelona. Buenos Aires, AR: Paidós.
- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília, DF: MDS. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. (2008). *CapacitaSuas Volume 1 - SUAS: configurando os eixos de mudança*. Brasília, DF: MDS. Recuperado de <http://docslide.com.br/download/link/caderno-suas-volume-1-2013-configurando-os-eixos-da-mudancapdf>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. (2011). *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS*. Brasília, DF: MDS. Recuperado de <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>

- Mota, A. E. (2010). Questão social e serviço social: um debate necessário. In: Mota, A. E. (Org). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. São Paulo: Cortez.
- Oliveira, C. S. (2005). Quem tem medo da violência juvenil? In: Rosa, J. N. C. D., Rambo, C. A., & Lanius, M. (Orgs.), *Violências e contemporaneidade*. (pp.13-26). Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Observa POA. (2010) Observatório da cidade de Porto Alegre. Recuperado de http://www.observapoa.com.br/default.php?p_secao=4
- Paim, H. H. S. (1998). Corpo e reprodução: marcas no corpo: gravidez e maternidade em grupos populares. Rio de Janeiro: Fiocruz. Recuperado de <http://books.scielo.org/id/yw42p/pdf/duarte-9788575412572-02.pdf>
- Pichon-Rivière, E. (2005). *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Poli, M. C. (2005a). *Clínica da exclusão* (Coleção Clínica Psicanalítica). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Poli, M. C. (2005b). Pesquisa em psicanálise. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 29, 42-47. Porto Alegre: APPOA.
- Presidência da República. (2015). *Índice de vulnerabilidade à violência e desigualdade racial*. Brasília, DF.
- Rassial, J. J. (1999). *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rassial, J. J. (1997). *A passagem adolescente: da família ao laço social*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Rocha, Z. (1999). Desamparo e metapsicologia: para situar o conceito de desamparo no contexto da metapsicologia freudiana. *Síntese Revista de Filosofia*, 26(86), 331-346. Recuperado de <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/viewFile/761/1194>
- Rodulfo, R. (2004). *Desenhos fora do papel: da carícia à leitura-escrita na criança*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rosa, M. D. (2002a). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Revista Textura*, (2), 1-13.
- Rosa, M. D. (2002b). Adolescência: da cena familiar à cena social. *Psicologia USP*, 2(13), 227-241. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200013&lng=pt&nrm=iso.htm&userID=-2

- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2), 329-348.
- Rosa, M. D. (2012a). Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clinicopolíticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre Psicanálise: invenção e intervenção*, (41/42), 29-38. Porto Alegre; APPOA.
- Rosa, M. D. (2012b). Migrantes, imigrantes e refugiados: a clínica do traumático. *Revista Cultura e Extensão, USP*, 7, 67-76. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rce/article/view/46597/50354>
- Rosa, M. D. (2015). *Ciclo de palestras: trauma e política* (Vídeo YouTube). Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=FvXkLD7Z5Nw>
- Rosa, M. D. (2016a). A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. São Paulo, SP: Escuta: Fapesp.
- Rosa, M. D. (2016b). *Psicanálise em situação de vulnerabilidade social: o caso Belo Monte. Conferência em vídeo* (Vídeo YouTube). Recuperado de <http://www.youtube.com/watch?v=4pr5s1ff-t4>
- Rosa, M. D., & Vicentin, M. C. (2010). Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Psicologia política*, 19(10), 107-124. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a10.pdf>
- Sampaio, J., Santos, G. C., Agostini, M., & Salvador, A. S. (2014). Limites e possibilidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão de Pernambuco. *Revista Interface comunicação, saúde, educação*, 18(2), 1299-1311. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s2/1807-5762-icse-18-s2-1299.pdf>
- Santos, M. (2002). A natureza do espaço (4a ed.). São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. (2005). O retorno do território. *Observatorio Social de América Latina*, 6(16). Recuperado de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>
- Santos, M. (2007). O espaço do cidadão (7a ed.). São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.
- Saramago, J. (1990). *Viagem a Portugal* (2a ed.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Saramago, J. (1998). *O conto da ilha desconhecida*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

- Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo – EDESP. (2009). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial da União*. Recuperado de http://edesp.sp.gov.br/edesp2014/wp-content/uploads/2014/06/livro-Tipificacao-Nacional_internet.pdf
- Soares, J. N., Susin, L., & Warpechowski, M. B. (2009). A clínica ampliada na assistência social. In Cruz, L. R., & Guareschi, N. (Orgs.), *Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas* (Coleção Psicologia Social). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Soares, L. E. (2004) Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: Novaes, R., & Vannuchi, P. (Orgs.), *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Soares, L. E. (2008). 7o Simpósio de Psicologia e políticas públicas: a função social do estado: o drama da invisibilidade. In: Guareschi, N. (Org.), *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo* (pp. 197-207). Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de pesquisas sociais. Recuperado de Souza, E. L. A. (2015). *Imargens utópicas: contrafluxos do futuro*. Correio da Appoa, (246). Recuperado de www.appoa.com.br/correio/edicao/246/i_margens_utopicas_contrafluxos_do_futuro/221
- Souza, J. (2009). *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo horizonte, MG: Editora UFMG.
- Souza, E. L. A. (2015). I margens utópicas: contrafluxos do futuro. In: Correio da Appoa, n. 246, julho/2015, Porto Alegre. Recuperado de www.appoa.com.br/correio/edicao/246/i_margens_utopicas_contrafluxos_do_futuro/221
- Spagnol, A. S. (2004). Jovens em busca de um caminho: um estudo sobre jovens delinquentes na cidade de SP. *Cadernos Ceru*, 15. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75325/78866>
- Sposati, A. (2015). Os desafios da proteção social (Vídeo YouTube). Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=6xXbp12-i1c>
- Telles, V. S., & Hirata, D. V. (2007). Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos avançados*, 21(61), 173-191.
- Torossian, S. D. (2011). “Sem limites” ou “sem saída”? Ensaio preliminar. In Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Org.), *Autoridade e Violência* (pp. 206-215). Porto Alegre: APPOA.
- Torres, A. E., Pasquini, J., Santos, L. A., & Yasui, S. (2012). A roda em movimento e os movimentos da roda: refletindo sobre experiências. *Caderno Brasileiro de Saúde Mental*, 4(8), 96-104. Recuperado de <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/issue/view/415>

Traverso-yeppez, M., & Pinheiro, V. S. (2002). Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. *Psicologia e Sociedade*, 14(2), 133-147. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n2/v14n2a07.pdf>

Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência: adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil*. Rio de Janeiro: Flasco. Recuperado de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf

Wedekind, F. (1891). *O despertar da primavera*. Recuperado de <http://www.teatrosemcortinas.ia.unesp.br/Home/HistoriadoTeatroMundial33/o-despertar-da-primavera.pdf>

APÊNDICE A — Termo de Consentimento Livre Esclarecido para Pais ou Responsáveis

(Modelo utilizado)

Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE para pais ou responsáveis pelo adolescente

Convidamos a participar como voluntário na pesquisa *A passagem adolescente em contextos de vulnerabilidade e exclusão social* que está sob a coordenação da pesquisadora psicóloga Marisa Batista Warpechowski, aluna do mestrado em Psicanálise Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande Do Sul- UFRGS e técnica social psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS onde seu filho e sua família já vem sendo atendido.

1. Informações sobre a pesquisa:

O estudo tem como objetivo explorar, analisar como se produz a passagem pela adolescência para os jovens que vivem em contextos de vulnerabilidade e exclusão social, como estes jovens vivenciam este processo de transição da infância para a vida adulta. Este estudo se justifica uma vez que muitas famílias vivenciam grandes conflitos e dificuldades com seus filhos quando entram na adolescência o que gera sofrimento e dificuldades para os pais e filhos. Também porque a adolescência é um momento onde um intenso trabalho psíquico se produz para o jovem que tem de construir um novo lugar no mundo, assumir uma nova posição na cena social o que pode produzir sentimentos de angústia e inseguranças.

Para a realização do estudo utilizaremos as entrevistas com os pais ou responsáveis que já ocorrem regularmente no trabalho desenvolvido no CREAS com a família e o adolescente. Utilizaremos também os atendimentos individuais realizados com os adolescentes, bem como os atendimentos realizados com os adolescentes através da participação dos mesmos nas rodas de conversa por um período de 7 meses.

Importante esclarecer que todos estes procedimentos já ocorrem no trabalho de acompanhamento desenvolvido com sua família e seus filhos no CREAS, mas que os mesmos serão utilizados para estudo nesta pesquisa.

2. Riscos e desconforto

Se em algum momento da pesquisa surgir constrangimento, angústias e desconforto em trazer suas questões, sua história de vida e suas dificuldades em relação à pesquisa a pesquisadora está à disposição para acolher o mal-estar produzido, bem como trabalhar no sentido da elaboração dos sentimentos gerados de forma a restabelecer o bem estar do participante.

No entanto a qualquer momento você poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento sem nenhum prejuízo.

3. Benefícios

Como benefício direto de sua participação na pesquisa está a oportunidade de receber escuta qualificada, acolhida, onde poderá examinar suas dificuldades com vistas a superação das mesmas, bem como construção de outras alternativas de vida. Também de contribuir para a produção de conhecimento científico acerca da adolescência o que poderá beneficiar outros pais e adolescentes e auxiliar para a elaboração de políticas públicas, programas e serviços destinados aos jovens em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

4. Confidencialidade

A pesquisadora se compromete a preservar o sigilo e a privacidade das informações coletadas utilizando única e exclusivamente para fins de estudo acadêmico (pesquisa, discussões e publicações científicas) sempre assegurando o sigilo quanto a seus dados de identificação.

5. Pagamento

Você não receberá nenhum pagamento pela participação na pesquisa e também não terá nenhum valor a pagar.

6. Cópia do termo e contato para esclarecimentos

Você receberá uma cópia deste termo de consentimento e em caso de dúvidas a pesquisadora poderá ser contatada para esclarecimentos através do telefone: 51 32894991 ou pelo e-mail marisabw@fasc.prefpoa.com.br ou no endereço do CREAS onde a pesquisa se realizará : Travessa do Carmo, 50 Cidade Baixa- Porto Alegre. Poderá também consultar o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua. Ramiro Barcelos, 2600. Porto Alegre Fone: 51 33085698.)

Consentimento da participação como voluntário na pesquisa

Pelo presente consentimento declaro que fui devidamente esclarecido sobre a pesquisa, entendendo que não serei identificado e que será mantido o caráter confidencial das informações.

Após a leitura deste documento e esclarecido as dúvidas com a pesquisadora concordo em participar como voluntário desta pesquisa e também autorizo a participação de meu filho -----
-----.

Porto Alegre, -----de-----de 2016.

Nome do participante: _____

Assinatura: _____

Marisa Batista Warpechowski

Pesquisadora Responsável

Inst. Psicologia- PPG Psicanálise Clínica e Cultura-UFRGS

APÊNDICE B — Termo de Assentimento para os Adolescentes

Modelo utilizado

Termo de assentimento para os adolescentes

Convido você para participar da pesquisa *A Passagem Adolescente em contextos de vulnerabilidade e exclusão social*. Seus pais ou responsáveis permitiram que você participasse.

Queremos estudar como se produz a passagem pela adolescência para os jovens que vivem situações de vulnerabilidade e exclusão social. Sua participação é espontânea e caso não queira participar é um direito seu e não haverá nenhum prejuízo. Você não receberá nenhum pagamento para participar da pesquisa, assim como, não terá nenhum custo a pagar. A pesquisa será feita no CREAS, através dos atendimentos individuais que já oferecemos a você e também das rodas de conversa que você participa.

A pesquisa está sob a responsabilidade da pesquisadora e psicóloga Marisa Batista Warpechowski. Caso surja algum constrangimento ou você se sinta mal com a pesquisa, a pesquisadora está à disposição para escutá-lo, esclarecer e ajudar a elaborar as angústias e inseguranças causadas de forma a que você sinta-se bem. Mas há coisas boas que podem acontecer uma vez que você vai falar de sua vida, seus problemas e dificuldades e através da escuta e acolhida recebida poderá encontrar formas de superação destas dificuldades e também construir alternativas de vida e também ajudar na produção de conhecimento sobre a vida dos adolescentes.

Manteremos sigilo e privacidade nas informações fornecidas, ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa poderão ser publicados, mas sem identificar os adolescentes que participaram, de forma que sua identidade será preservada.

Se você tiver alguma dúvida, poderá fazer contato com a pesquisadora no CREAS (Travessa. do Carmo, 50, Cidade Baixa- Porto Alegre) ou através do fone: 51:32894991.

Consentimento da participação

Aceito participar da *pesquisa A passagem adolescente em contextos de vulnerabilidade e exclusão social*. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso desistir sem nenhum prejuízo para mim. A pesquisadora psicóloga Marisa Batista Warpechowski tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Nome do participante: _____

Assinatura do Participante: _____

Marisa Batista Warpechowski

Pesquisadora Responsável

Inst. Psicologia- PPG Psicanálise: Clínica e Cultura-UFRGS

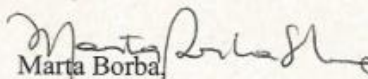
APÊNDICE C — Termo de Anuência da Instituição

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Fundação de Assistência Social e Cidadania

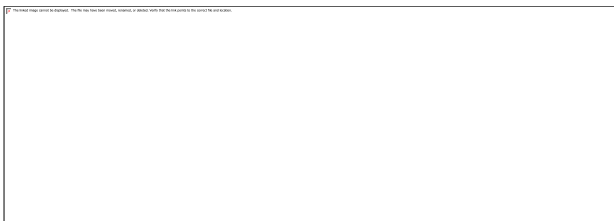
**TERMO DE ANUÊNCIA**

Conhecendo os propósitos, os objetivos e a metodologia a ser aplicada, declaramos para os devidos fins que a **Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC**, localizada na Av. Ipiranga, 310, bairro Menino Deus, CEP 90160-090, em POA/RS, está de pleno acordo com a execução, em seus serviços, do Projeto de pesquisa intitulado *A passagem adolescente em contextos de vulnerabilidade e exclusão social* sob a responsabilidade da psicóloga Marisa Batista Warpechowski servidora desta Fundação e aluna do Programa de Pós Graduação em Psicanálise Clínica e Cultura a nível de mestrado strito senso junto ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.

Porto Alegre, 22 de abril de 2016.


Marta Borba
Diretora Técnica.

**ANEXO A — Parecer Consubstanciado do Conselho de Ética Profissional – CEP –
Instituto de psicologia – UFRGS**



INSTITUTO DE PSICOLOGIA - UFRGS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Passagem adolescente em contextos de vulnerabilidade social

Pesquisador: Luciane De Conti

Área Temática: Versão: 2 **CAAE:** 53635616.9.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.479.103

Apresentação do Projeto:

A pesquisa propõe examinar o processo da passagem pela adolescência para jovens que vivem em situações de vulnerabilidade. Os dados da pesquisa serão coletados a partir das atividades de acompanhamento com esses jovens e suas famílias através de atendimento individuais e de rodas de conversa. Os elementos significantes recolhidos desses atendimentos permitirão realizar a construção de casos clínicos com base no referencial psicanalítico.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

A pesquisa tem como objetivo geral interrogar e analisar, a partir do referencial psicanalítico e da escuta clínica, as singularidades da passagem pela adolescência para os adolescentes marcados por processos de vulnerabilidade e exclusão social atendidos em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Objetivo Secundário:

- Problematizar o envolvimento dos adolescentes com situações consideradas de risco como: exposição e práticas de violência, situação de rua, uso e tráfico de drogas, ato infracional, evasão escolar e sua articulação a este tempo de intenso trabalho psíquico que denominamos passagem adolescente. – Construir dispositivos clínicos de intervenção capazes de acolher a palavra e o sofrimento psíquico que podem advir neste momento de passagem adolescente e que possibilitem a criação de alternativas de inscrição e reconhecimento no laço social. Contribuir para a construção de políticas sociais, de programas e serviços capazes de um acolhimento mais humanizado onde a dimensão do sujeito do desejo encontre lugar.

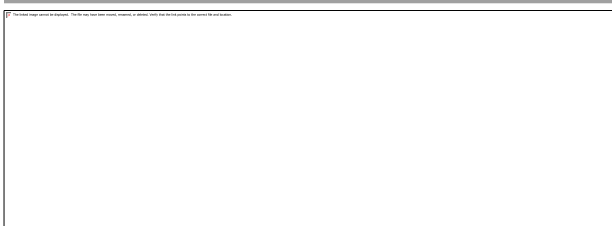
Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 **Bairro:** Santa Cecília **CEP:** 90.035-003 **UF:** RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br



INSTITUTO DE PSICOLOGIA –UFRGS
Continuação do Parecer: 1.479.103

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os atendimentos individuais e as rodas de conversa poderão mobilizar conteúdos relacionados a história de vida de cada adolescente e das famílias que poderão desencadear sentimentos de angústia e sofrimento uma vez que poderá mobilizar fortes emoções e sentimentos de abandono, perdas, lembranças de situações traumáticas que envolvem enorme carga emocional. Os pesquisadores destacam que os adolescentes e familiares ao saberem que estes atendimentos serão estudados em uma pesquisa, poderão sentir certo constrangimento, angústias e inibição para falar de suas dificuldades.

Benefícios:

Ao falar das inúmeras situações difíceis vivenciadas os adolescentes e famílias poderão também abrir espaço para elaboração destas dificuldades e a construção de outras alternativas de vida. O conhecimento produzido com a pesquisa poderá auxiliar e contribuir na construção de políticas públicas, programas e serviços destinados a jovens em situação de vulnerabilidade de forma a obter resultados mais efetivos e satisfatórios. Os adolescentes e famílias que não aceitarem participar da pesquisa seguirão seus atendimentos normalmente no CREAS participando das rodas de conversa e atendimentos individuais e os pesquisadores não tomarão estes casos para análise nem estudo na pesquisa. Não haverá prejuízo no atendimento.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A participação dos adolescentes nas rodas de conversa será realizada de forma espontânea, será realizado o convite e se facilitará o acesso dos jovens até o local de atendimento com o conhecimento de seus responsáveis. Nas rodas poderão ser utilizados como dispositivos que favoreçam a circulação da palavra entre os participantes, músicas, filmes, pequenos textos literários, crônicas e poesias. Como a participação dos jovens é espontânea o número de participantes nas rodas de conversa e atendimentos individuais pode ser variável. Após os atendimentos individuais com as mães, adolescentes e das rodas de conversa, será realizada a construção dos diários da experiência com os significantes que decantaram dessa escuta e que nos permitirão tecer o caso, realizar a construção do caso clínico. A partir destes registros serão compostos os dados da pesquisa, bem como a análise das questões propostas na investigação.

Endereço:

Rua Ramiro Barcelos, 2600

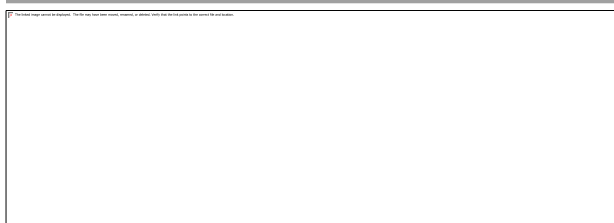
Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE **Telefone:** (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Página 02 de 04



INSTITUTO DE PSICOLOGIA - UFRGS

Continuação do Parecer: 1.479.103

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta todos os termos obrigatórios. O TCLE e o termo de assentimento foram elaborados separadamente.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está eticamente e metodologicamente adequado e a pesquisadora atendeu todas as pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo de Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do projeto	PB_ Informações básicas do projeto 667974.pdf	16/03/2016 12:23:15		Aceito
Outros	Esclarecimentos.docx	15/03/2016 12:50:42	Marisa Batista Warpechowski	Aceito
TCLE/Termos de Assentimento/justificativa de Ausência	Termodeassentimento.docx	15/03/2016 12:41:04	Marisa Batista Warpechowski	Aceito
TCLE/Termos de Assentimento/justificativa de Ausência	TCLC.docx	15/03/2016 12:40:23	Marisa Batista Warpechowski	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto1.pdf	28/03/2016 19:24:18	Marisa Batista Warpechowski	Aceito
Outros	Carta_AnuenciaFASC.docx	23/02/2016 19:59:03	Marisa Batista Warpechowski	Aceito
Outros	Parecerbanca.pdf	23/02/2016 19:58:11	Marisa Batista Warpechowski	Aceito
TCLE/Termos de Assentimento/justificativa de Ausência	TCLCtermodeassentimento.docx	23/02/2016 19:57:19	Marisa Batista Warpechowski	Aceito
Projeto Detalhado	Projetodepesquisa.docx	23/02/16	Marisa Batista Warpechowski	Aceito

Endereço:Rua Ramiro Barcelos, 2600**Bairro:** Santa Cecília

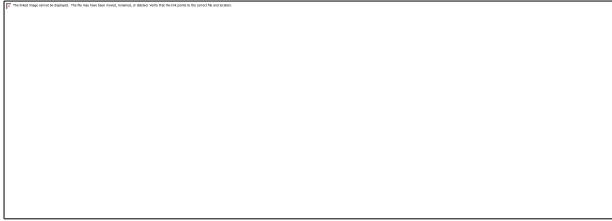
CEP: 90.035-003**UF:** RS

Município:PORTO ALEGRE

Telefone:(51)3308-5698 **Fax:**(51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Página 03 de 04



INSTITUTO DE PSICOLOGIA - UFRGS
Continuação do Parecer: 1.479.103
Investigador

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 05 de Abril de 2016

Assinado por:

Clarissa Marcell Trentini

(Coordenador)

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 **Bairro:** Santa Cecília

CEP: 90.035-003 **UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Página 04 de 04